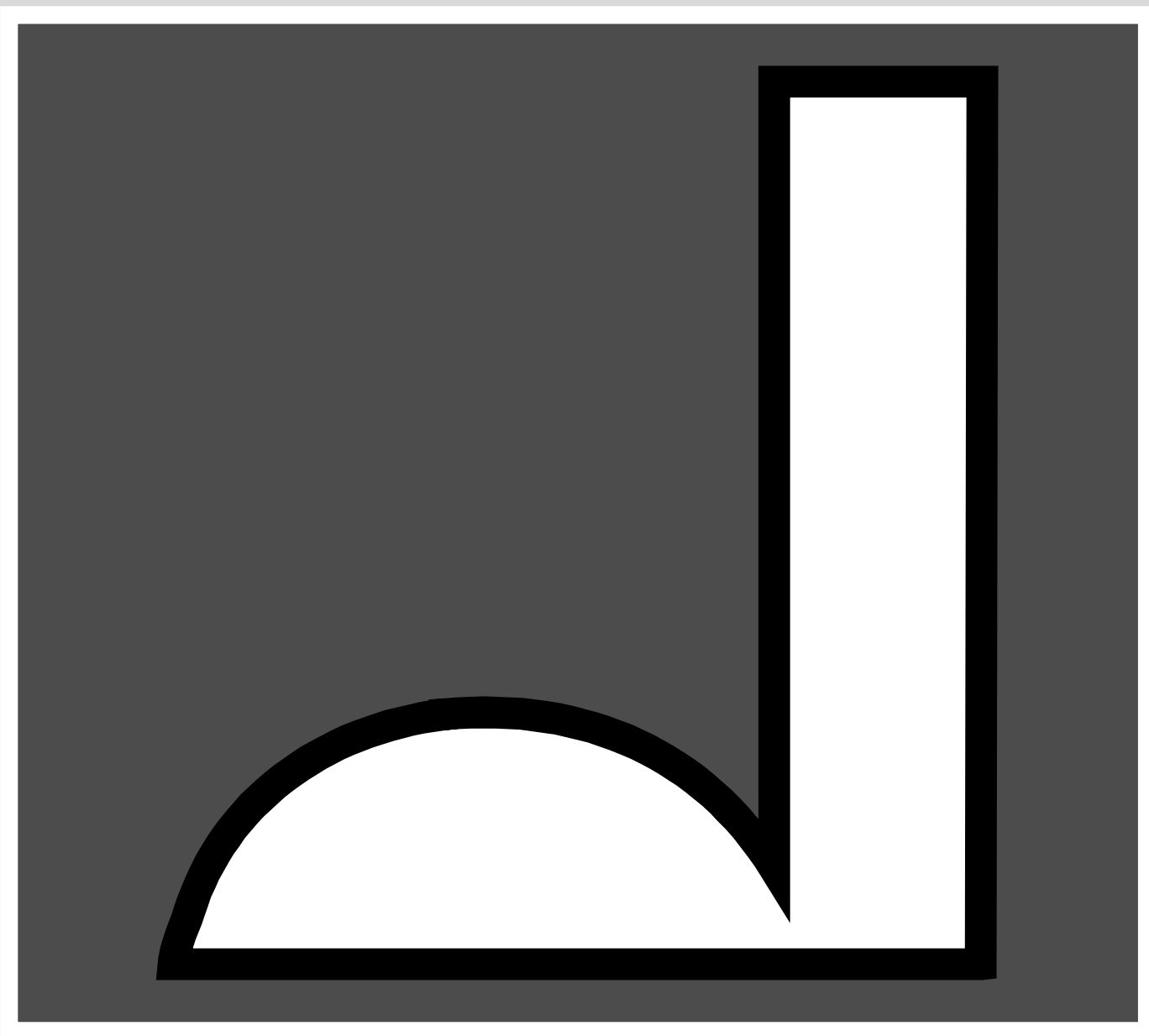




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 124 – SEXTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾<i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p>3º Secretário ⁽⁶⁾<i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</i> <i>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> <i>4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO</i> <i>Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i></p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i> <i>Bello Parga</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i> Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 9.10.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 227, de 2002, aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.	18763
Nº 228, de 2002, aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.	18763
Nº 229, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco... ..	18763
Nº 230, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.	18763
Nº 231, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.	18764
Nº 232, de 2002, aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.	18764
Nº 233, de 2002, aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.	18764
Nº 234, de 2002, aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	18764
Nº 235, de 2002, aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	18765

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 119ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002, de autoria dos Senadores Tião Viana, José Sarney, Lúcio Alcântara e outros Senadores. 18766

2.2.2 – Oradores

Senador Lúcio Alcântara.....	18766
Senador José Alencar.....	18768
Senador Tião Viana.....	18770
Senador José Sarney.....	18783
Senador Francelino Pereira.....	18784

2.2.3 – Fala associativa da Presidência

(Senador Edison Lobão).....	18786
-----------------------------	-------

2.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 298, de 2002 (nº 922/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro

Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 18786

Nº 299, de 2002 (nº 923/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 18793

Nº 300, de 2002 (nº 924/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 18799

Nº 301, de 2002 (nº 925/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 18806

2.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2002 (nº 4.590/2001, na Casa de origem), que dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de “Aeroporto de Navegantes – Ministro Victor Konder”. À Comissão de Educação. 18815

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 18831

2.2.6 – Pareceres (*)

Nºs 976 a 978, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de auto-

ria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001). 18836

(*) Leitura de pareceres após a Ordem do Dia (Item 2.3.2)

2.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 38, de 2002, de 4 de junho último, comunicando a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, que tramita em conjunto; em reunião realizada naquela data. 18840

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 622 e 628, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 18840

2.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 521, de 2002, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. À Mesa para decisão. 18841

Nº 522, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Será votado após a Ordem do Dia. 18841

2.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 233, de 2002-CN (nº 858/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de 3.728.847,00 (três milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 18841

Recebimento da Mensagem nº 234, de 2002-CN (nº 859/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$705.324.330,00 (setecentos e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18841	125, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18842
Recebimento da Mensagem nº 235, de 2002-CN (nº 899/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$64.448.553,00 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais), em favor do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18841	Recebimento de manifestação favorável da Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo – CAMMESP (Autuada como Petição nº 7, de 2002), referente à decisão emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, que aplicou o BTNf nos contratos de empréstimos mobiliários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH como critério de correção referente a março de 1990. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	18842
Recebimento da Mensagem nº 236, de 2002-CN (nº 900/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor global de R\$124.309.741,00 (cento e vinte quatro milhões, trezentos e nove mil, setecentos e quarenta e um reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18841	Recebimento do Aviso nº 3.060, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.418, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/RS, no trecho entre Osório/RS e a divisa com o Estado de Santa Catarina (TC nº 003.598/2001-5) (Anexado ao processado do Aviso nº 76, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18842
Recebimento da Mensagem nº 237, de 2002-CN (nº 901/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$41.758.583,00 (quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18841	Recebimento do Aviso nº 3.069, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.419, de 2002-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206, 1Km (TC nº 007.828/2002-3) (Anexado ao processado do Aviso nº 92, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18842
Recebimento da Mensagem nº 245, de 2002-CN (nº 909/2002, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas (Anexada ao processado da Mensagem nº		Recebimento do Aviso nº 3.072, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.420, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pelo Secex/PI, nas obras do Açude Algodão II no Estado do Piauí (TC nº 015.164/2002-6), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN (Anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18842
		Remessa à Câmara dos Deputados do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafos aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo	

Dutra, que altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; ambos com adequação redacional para excluir a menção à unidade fiscal de referência.

18842

2.2.11 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 328/2002, de 30 do corrente, solicitando a alteração dos prazos de apresentação de emendas, assim como também de publicação e distribuição dos avulsos das mesmas, referentes à Proposta Orçamentária para 2003 (Projeto de Lei nº 60, de 2002-CN). À publicação.

18844

2.2.12 – Ofícios

Nº 117, de 2002, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para as Comissões Permanentes. Designação do Senador Bello Parga para integrar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e como suplente, as Comissões de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle.

18844

Nºs 370, 504, 529, 530, 532, 533, 535, 536, 538, 539, de 2002, de 6 e 9 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 57, 46, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 62 e 63 de 2002, respectivamente.

18845

Nº 119, de 2002, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 74, de 2002.

18846

Nº 1.039, de 2002, de 30 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18846

S/nºs, de 31 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nº 76 e 77, de 2002, respectivamente.

18846

2.2.13 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 68, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$14.997.502,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e dois reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18847

Projeto de Lei nº 69, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em fa-

vor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$8.748.277,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18855

Projeto de Lei nº 70, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor total de R\$1.843.369.241,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$2.367.078.669,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18859

Projeto de Lei nº 71, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobras, crédito especial no valor total de R\$1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18877

Projeto de Lei nº 72, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$11.236.692,00 (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais), em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18893

Projeto de Lei nº 73, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$105.232.872,00 (cento e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais), em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18898

Projeto de Lei nº 74, de 2002-CN, que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comu-

nicações, no valor global de R\$68.123.121,00 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil e cento e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18905

Projeto de Lei nº 75, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18911

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rododiferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – MS. **Aprovado.** À sanção.

18912

Item 2 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. **Discussão adiada** para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002, tendo usado da palavra o Sr. Geraldo Melo. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

18913

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

18914

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná. **Aprovado.** À promulgação.

18914

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mo-

vimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco. **Aprovado.** À promulgação.

18915

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

18915

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

18915

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

18916

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. **Aprovado com emenda de redação.** À Comissão Diretora para redação final.

18916

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (**Parecer nº 979, de 2002-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação.

18917

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

18917

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. **Aprovado.** À promulgação.

18918

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 522, de 2002, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, só constará da Ordem do Dia com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 18918

2.3.2 – Leitura de pareceres

Nºs 980 a 983, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 463, 488, 491 e 495, de 2002, respectivamente, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Valmir Amaral e Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado. 18918

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado, dos Requerimentos nºs 463, 488, 491 e 495, de 2002, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Valmir Amaral e Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado. 18920

2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Solicitação de audiência à Comissão de Assuntos Econômicos para debater a crise na empresa de aviação Varig. 18920

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Reivindicação de programas do Ministério dos Transportes destinados à recuperação da malha viária do Estado do Mato Grosso do Sul. 18921

SENADOR MOREIRA MENDES – Classificação do Estado de Rondônia como área livre de risco de contaminação pela febre aftosa. 18923

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre o papel do PMDB nas eleições estaduais e presidencial. 18924

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios à postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso no processo eleitoral brasileiro. 18927

2.3.5 – Fala da Presidência

Proposta de designação dos Senadores Jorge Bornhausen, Freitas Neto e Benício Sampaio para integrar a delegação brasileira na Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de observadores parlamentares. **Aprovada.** 18929

2.3.6 – Discurso após a Ordem do Dia (Continuação)

SENADORA MARINA SILVA, como Líder – Análise do resultado das eleições no País. Agradecimento ao povo do Acre pela sua reeleição e balanço do seu primeiro mandato no Senado Federal. Registro do crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional. 18929

2.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MAURO MIRANDA – Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº

234, de 2001, que altera a tipificação de prevaricação constante do art. 319 do Código Penal. 18931

SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagem pelo transcurso do Dia do Médico, em 18 de outubro. 18932

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito dos oito anos de seu Governo. 18932

SENADOR RENAN CALHEIROS – Satisfação diante da edição, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da medida provisória que renegocia a dívida dos agricultores. 18934

2.3.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 5 de novembro, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 18935

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 11ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2002 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 18937

Ata da 117ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2002 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. . 18938

4 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ata da 15ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2002. 18939

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 72 a 75, de 2002. 18940

6 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 130, de 2002. 18942

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.174 a 1.178, de 2002. 18942

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

9 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 119ª Sessão Deliberativa Ordinária em 31 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão
Antonio Carlos Valadares e João Alberto Souza*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Samey – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pastore – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos dos **Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002**, de autoria dos Senadores Tião Viana, José Samey, Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade pelo transcurso do centenário do seu nascimento.

Inicialmente, assistiremos à exibição de um vídeo alusivo ao homenageado. (Pausa)

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara, eleito o novo Governador do Estado do Ceará. Meus parabéns a S. Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Excelência.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para um espírito como o dele, que, em vida, recusou-se sistematicamente a participar de celebrações de qualquer natureza, talvez sejam muitas as homenagens com que, este ano, comemorou-se o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

Na realidade, quantas sejam as homenagens que lhe façam, são insuficientes diante da dimensão literária de sua obra. Não se fala em literatura no Brasil sem se falar em Drummond. Um dos críticos literários mais respeitados internacionalmente, o americano Harold Bloom, da Universidade de Nova York, colocou o poeta Carlos Drummond de Andrade como o único representante brasileiro no seu famoso **O Cânone Ocidental**, que relaciona os melhores escritores de todos os tempos.

Dizia-se do alemão Goethe que o século XVIII, ao passar por ele, tomou sua verdadeira feição. Afirmção análoga se pode fazer a respeito da importância de Drummond para a literatura brasileira: ao passar por ele, encontrou, finalmente, a modernidade.

Neste pronunciamento, que não pode ter a profundidade de uma análise literária e que não quer se ater apenas aos dados biográficos do autor, destaco exatamente esse aspecto instigante da obra drummondiana, que é a sua modernidade, representada pela simplicidade de sua poesia.

Os poemas de Carlos Drummond de Andrade desconcertam e encantam pela simplicidade. Tradicionalmente, a poesia expressava-se por um tipo de texto obscuro e, ao mesmo tempo, convencional, em que a linguagem se mostrava opulenta, luxuriosa e esotérica, usando e abusando de comparações, metáforas e alegorias, exigindo, enfim, um estilo exaltado e sublime, no qual todos

os recursos clássicos da retórica – convencimento, sedução e mistério – eram valores maiores a serem colocados à disposição do leitor. Assim é que Drummond dizia que escrever é cortar palavras.

A poesia tinha algo a ver com o latim que escutávamos todos em belas e comoventes litâneas na hora da missa, mas cujo significado nos escapava por completo. Sentíamos-nos reconfortados moralmente, sabe-se lá como, ao sair da igreja. Uma língua sonora e opulenta, que escapava ao entendimento racional e ia ao encontro da sublimação da nossa miserável condição humana, tinha de ser a mais prezada nas alturas espirituais, lugar de onde vinha essa outra fala privilegiada, a da família real dos poetas.

Por fugir às regras da tradição, a simplicidade da poesia de Drummond – como a de outros modernistas – desconcertou nosso leitor habitual de poemas. Desde os anos 30, tornou-se peça de escárnio e de escândalo, mas também razão para repentina celebridade, o conhecido e iconoclasta poema “No meio do caminho”: “No meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho”. Essa simplicidade dos versos drummondianos encantou mais e mais o leitor, pouco ou nada acostumado à leitura da poesia.

Os poemas de Drummond são de tal modo singelos e significativos, que democratizaram a poesia, tornaram-se amados pelo grande público, memorizados e repetidos sem a ajuda do livro, do mesmo modo que só acontece com outro grande poeta da língua portuguesa, o múltiplo Fernando Pessoa.

No entanto, se a poesia simples de Drummond desconcerta o leitor habitual e exigente de poemas, acostumado a textos barrocos e complicados, isso não quer dizer que ele fique alheio a ela, ou a despreze, como sendo por demais vulgar para o seu paladar de literato. De todos os poetas modernistas da literatura brasileira, é, sem dúvida, Drummond o que recebeu a maior consagração por parte da crítica, tanto da militante em jornais, quanto da acadêmica.

Integram a fortuna crítica do poeta nomes como Mário de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Othon Moacyr Garcia, Haroldo de Campos, Afrânio Coutinho, Antônio Houaiss, Luiz Costa Lima, Gilberto Mendonça Teles, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Affonso Romano de Sant’anna, José Guilherme Merquior, Silviano Santiago, Roberto Schwarz, Tristão de Athayde e muitos outros.

O melhor da intelectualidade brasileira debruçou-se sobre a obra do poeta itabirano, que foi e é objeto, também, de inúmeras teses de mestrado e doutorado e de constantes ensaios e monografias. Seus poemas

foram, ainda, adaptados para filmes e peças teatrais, inspirando composições musicais e outros poemas.

Sua obra foi fonte de análises, exegeses, críticas e teorias. Descobriram-se fases e influências. Identificaram-se características, processos criativos, temas recorrentes e aparentes contradições. O regional e o cosmopolita. O asceta e o erótico. O comedimento e a exaltação.

Os seminários, debates, mesas-redondas, palestras e ciclos de leitura, que se realizaram em comemoração ao centenário de Drummond, evidenciaram a riqueza e a multiplicidade de enfoques de sua obra.

Uns destacaram o “sentimento do mundo”, outros, a presença da família, o engajamento poético, o humor corrosivo, a reflexão sobre o próprio fazer poético.

Em que pese a importância de todos esses aspectos para a compreensão da obra do poeta, ainda permanece impressionado com aquela simplicidade reveladora que me fez, ainda adolescente, constatar maravilha: “mas isso é poesia?”

No caso de Carlos Drummond de Andrade, a simplicidade é um exercício ético, que tem como campo de trabalho – o poeta diria de luta – as palavras nas suas manifestações imperiosamente coloquiais. Noite e dia, trabalhá-las de tal modo conseqüente, que, ao romper da aurora, tenham-se quebrado os tabus da dificuldade em se comunicar com o outro e o semelhante.

A comunicabilidade com o outro pela palavra poética, no caso, com o leitor, é conquista e fracasso do individualismo e é, ao mesmo tempo, um ideal ascético de exigência introspectiva e de simplicidade humana, vale dizer, de responsabilidade cidadã e de aversão ao culto do escritor como alguém que, por exercer uma profissão dita nobre, difere dos outros.

É essa opção radical pela comunicabilidade, coerente em quem tanto denunciou a tragédia do isolamento humano, que destaco no “vasto mundo” drummondiano. Esse gesto de abandonar a “torre de marfim” e misturar-se com os homens que, “embora taciturnos, nutrem grandes esperanças”.

A mesma coerência verifica-se na rigorosa dignidade intelectual de Drummond. Coerentemente, Drummond – como observou Paulo Francis várias vezes – não usava seu imenso prestígio para interferir no debate cultural e político brasileiro. Coerentemente, não se candidatou a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Coerentemente, pediu que seu sepultamento não tivesse nenhum aceno religioso, e esse desejo foi atendido. Céptico, apesar de sua sensibilidade, conseguiu, no entanto, graças a seu talento, tornar alcançável à nossa consciência um ângulo inesperado para observar o mundo.

Por essa coerência essencial, presumo que Drummond não levaria muito a sério as honrarias que ora lhe são prestadas: os selos, as moedas, as estátuas e até este modesto pronunciamento.

Imagino que apreciou, de fato, ser homenageado pela Estação Primeira de Mangueira, em 1987, com o samba-enredo “O reino das palavras”, com que, muito justamente, foi campeã do carnaval carioca naquele ano. No mesmo ano, em 5 de agosto, morreu sua filha Maria Julieta, a pessoa que ele próprio declarou que mais amou no mundo. Desolado, Drummond pediu a sua cardiologista que lhe receitasse um “infarto fulminante”, e apenas 12 dias depois, a 17 de agosto de 1987, faleceu numa clínica em Botafogo, no Rio de Janeiro. Cáustico e coerente até o fim.

O poeta, que nascera no ano seguinte àquele em que começou o século XX, teria morrido quatro anos antes do fim do século que o viu nascer, pois, segundo a cronologia original e correta, estabelecida pelo historiador Eric Hobsbawm, o século XX terminou em 1991.

Na literatura brasileira, ninguém retratou melhor o seu século. Drummond foi, por um lado, o introdutor da sensibilidade moderna, isto é, da experiência existencial do homem da grande cidade e da sociedade de massa, na alta literatura lírica; por outro, o fundador de uma escrita poética moderna, escrita de ruptura radical, ao mesmo tempo, com a tradição clássica e com o romantismo.

Na história da poesia, essas duas conquistas são obra de Drummond, um clássico moderno. Seu legado é imortal. O Poeta, cansado de ser “moderno, tornou-se eterno”.

O homem, “triste, orgulhoso, de ferro”, esse “não há mais”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar, por permuta com o Senador Tião Viana, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. presentes, antes de pronunciar meu discurso, desincumbo-me de uma solicitação do nosso eminente colega de Minas, Senador Arlindo Porto, que se encontra em Itabira, terra natal de Carlos Drummond de Andrade, onde também está participando, hoje, de uma homenagem ao nosso saudoso poeta. Ele pede para justificar a sua ausência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado homenageia, na sessão de hoje, o centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. Já temos homenageado, nesta Casa, personalidades ilustres, de variados afazeres e diferenciados matizes. Ora

vêm do meio cultural, do político, do acadêmico, ora são próceres do meio empresarial, jurídico, sindical. A todos se reconhece a importância e a contribuição de terem engrandecido o País com palavras, idéias, atos. Todos merecem as devidas reverências. No entanto, que me perdoem os demais, homenagear poetas parece-me ser das mais excelsas deferências. Digo isto porque vejo, nos poetas, a expressão maior da sensibilidade humana, da mais sutil expressão da alma das gentes, da mais refinada interpretação do sentimento dos homens.

Todavia, quando o poeta é Carlos Drummond de Andrade, mais elevada e altaneira se torna a deferência que lhe rendemos. Foi poeta, mas foi também cronista. Cronista, mas também contista. Contista, e ainda ensaísta. E mais fora, se para tanto engenho e arte mais vida houvera. Não lhe faltava a veia lírica, não lhe faltava assunto para as três crônicas semanais publicadas em jornal, não o refreou, a luta árdua com as palavras, luta vã, como ele disse. Mas não é verdade, porque não foi vã tal luta, nem infrutífera. Estão aí seus poemas, maravilhosos, encantadores, a emocionar milhões de leitores pelo mundo afora!

Sim, Sr. Presidente, pelo mundo afora! Drummond é dos poucos literatos brasileiros a ter a obra vertida para vários idiomas: alemão, inglês, espanhol, búlgaro, chinês, francês, holandês, italiano, norueguês, latim, sueco, tcheco. Imaginemos esses povos todos, alguns de culturas tão dessemelhantes à nossa, a saborear a estética do modernismo brasileiro, a mergulhar na saudade de Itabira, a deparar com “uma pedra no meio do caminho...”. Drummond fez um caminho de mão dupla – também ele trouxe para a Língua Portuguesa obras estrangeiras: Balzac, Proust, García Lorca.

Mas, como ia dizendo, homenagear Drummond é uma excelsa atribuição da qual nos desempenhamos com prazer inusitado! Entre ser “um homem orgulhoso: de ferro” e um poeta sensual ao falar de forma tão apaixonada das formas femininas, Drummond logrou esta virtude com a qual poucos homens foram agraciados: o de agradar de imediato, seja seu leitor uma criança, um jovem, um adulto, ou ainda um proveito senhor de avançada idade.

Não há brasileiro que, por mais jovem, ainda nos bancos escolares, não tenha sentido deslumbramento ao ler as crônicas de Drummond. São tão próximas de nosso cotidiano, tão coladas à realidade presente, tão afáveis ao coração infantil! Não há leitor que não pergunte, diante de escritos tão surpreendentes: que autor é esse que consegue contagiar ao primeiro contato?

Houve um tempo em que Carlos Drummond de Andrade publicava, diariamente, uma crônica no **Jornal do Brasil**. Lembro-me disso porque também às sex-

tas-feiras era publicada, na mesma página do **Jornal do Brasil**, se não me engano na pág. 4, um artigo do Dr. Alceu Amoroso Lima, Tristão de Athaíde. Mas as crônicas do Drummond, que possuía um humor muito fino, extraordinário, eram diárias, uma das quais ocorreu-me agora ao ler esse trecho, razão por que não está no texto, uma crônica muito interessante.

O Rio de Janeiro deixou de ser Rio de Janeiro, Distrito Federal, e passou a ser Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Ele contava nessa crônica que se correspondia com um amigo na Europa e teve de escrever-lhe que, doravante, passasse a subscitar as cartas dirigidas a Carlos Drummond de Andrade com rua tal, número tal, apartamento tal, exatamente a mesma coisa, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Depois o Rio de Janeiro deixou de ser Estado da Guanabara e passou a ser novamente Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; então ele precisou fazer outra carta para o amigo, dizendo que passasse a subscitar a correspondência para Carlos Drummond de Andrade, rua tal, número tal, apartamento número tal, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Ele ficou admirado com o meu cuidado de me mudar de vez em quando, mas exigir que a rua fosse a mesma, o mesmo nome, o mesmo número e também idêntico o número do próprio apartamento. Era admirável. Era a forma de fazer uma crítica àqueles acontecimentos no Estado do Rio de Janeiro, que, com a mudança da capital para Brasília, passou a ser Estado da Guanabara, como todos sabem, e depois voltou ao antigo nome. Então ele fez uma crônica muito interessante de que não me esqueço, era realmente uma daquelas crônicas que continha aquele seu humor.

Esse autor – convenhamos todos – é um fenômeno das letras nacionais. Não se pode falar em literatura brasileira, mais ainda, em literatura de língua portuguesa, sem que Drummond seja mencionado. Otto Lara Resende garante que o século XX só foi inaugurado no Brasil em 1930. Sabem o porquê dessa afirmação? A publicação do primeiro livro de Carlos Drummond de Andrade – *Alguma Poesia* – se dá em 1930. Nesse ano acontece também a Revolução de 30. Não se pode dissociar a realidade política da cultura, em qualquer parte do mundo.

Costuma-se associar, no Brasil, o movimento “tenentista” à modernização nas letras e nas artes. O levante dos tenentes ocorre em julho de 1922. Poucos meses antes, em fevereiro, eclodiu a Semana de Arte Moderna. Lembremos que a Revolução de 30 foi pregada com uma mensagem liberal: voto direto, universal e secreto. E não nos esqueçamos de que Carlos Drummond de Andrade, na juventude, viveu intensamente a atmosfera social e política dos anos 20, em Minas e no Brasil – como jornalista, como escritor, como poeta – até como

burocrata. Seus laços de amizade com companheiros de geração que tomaram parte no destino político do Estado e do País prendiam-no ao desenrolar dos fatos presentes, reforçavam os elos de um indisfarçável compromisso social. Como imaginar que possam ser de um poeta alienado, isolado de seu tempo e de sua gente, os versos que seguem? ¹

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(Trecho do poema “Mãos Dadas”)

Consta que a primeira edição de *Alguma Poesia...* foi bancada pelo próprio Drummond. A Imprensa Oficial de Minas rodou o livro, em troca de um desconto no salário do poeta, já na época funcionário público. A tiragem? Quinhentos exemplares! Na primeira página, vinha o conhecido “Poema de Sete Faces”, no qual se manifesta a estranheza do poeta para consigo próprio:

Quando nasci, um anjo torto
Desses que vivem na sombra
Disse: Vai, Carlos! Ser **gauche** na vida.

Esse livro, de edição modesta e poucos exemplares, trouxe a revelação do novo, do diferente, da inovação: o mineiro Drummond, recusando o academicismo, as formas convencionais e gastas, fazia ecoar a voz da rebeldia, a voz revolucionária de quem está farto dos esquemas conservadores e passadistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: homenagear o centenário de nascimento de Drummond tem, para nós, mineiros, um sabor de felicidade plena. Aliás, Minas Gerais está em estado de plenitude neste ano de 2002, em que dois de seus filhos mais ilustres completam 100 anos de nascimento: aquele de Diamantina, Juscelino Kubitschek; este de Itabira, Carlos Drummond de Andrade. Aliás, é melhor que se corrija logo – a plenitude deste ano de 2002 não é privilégio de Minas; é bem-aventurança do Brasil, é o fruto de uma safra de brasileiros da melhor cepa, homens da cultura, da política, da literatura.

Também se comemora o centenário de nascimento de Lúcio Costa, o admirável urbanista que fez surgir uma cidade do simples ato de marcar com um X um lugar; de Sérgio Buarque de Holanda, que interpretou a es-

sência do Brasil cavando fundo em suas raízes; de Cecília Meirelles, a poeta que romanceou em versos a saga da inconfidência mineira.

A melhor forma de se prestar reconhecimento a figuras ímpares de nossa história é celebrar sua memória junto aos pósteros, para que se perpetue, principalmente na mente de nossas crianças e jovens, a grandiosidade dessa gente e a nobreza de seus feitos. Agindo nessa linha de pensamento, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou 2002, por meio de lei, o “Ano Carlos Drummond de Andrade”.

Por seu turno, a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais incluiu, na programação destinada a comemorar o centenário do poeta mineiro, várias ações, entre as quais: reconstituição do casarão da Fazenda do Pontal, que será transformado no Centro Cultural Fazenda do Pontal, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce e fiscalização do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; exposição do acervo literário e biográfico do poeta no Palácio das Artes da Fundação Clóvis Salgado; restauração e modernização dos equipamentos da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, em Itabira; lançamento do selo comemorativo do centenário de nascimento do poeta.

Centenas de homenagens serão levadas a cabo em diferentes recantos do País. São palestras, exibição de vídeos e documentários, encenações teatrais, lançamento de livros e revistas sobre o poeta, mesas-redondas... Drummond será homenageado com uma moeda especial e até com uma estátua em tamanho natural na Praia de Copacabana – ali podemos admirar o poeta, sentado em posição contemplativa... A exposição itinerante “Hoje tem uma festa no meio do caminho” contando sobre a vida do poeta e levando parte significativa de seus poemas percorrerá o Estado mineiro. Será lançado um CD com 148 poemas do poeta. A Editora Record está lançando em edições especiais toda a obra em prosa e poesia de Drummond, em formato tal qual desejava o escritor ainda em vida.

Drummond conseguiu, como poucos, agradar a muitos. Gostam dele a elite intelectual tanto quanto aqueles que sequer sabem o que é poesia. Gostam dele o mais exigente crítico de literatura tanto quanto o leitor de poucas luzes literárias. Gostam dele os adeptos do Modernismo tanto quanto os detratores do movimento. Seus versos e sua prosa conseguem fazer vibrar a alma do povo. Sem fazer decair o laborioso cuidado com o estilo, com o arranjo das palavras, com a métrica e com a rima, Drummond conseguiu atingir a sensibilidade do povo, das pessoas simples, da gente humilde. Popularizou versos em um país onde se lê pouco. Quem já não falou ou ouviu algum dos versos?

“Tinha uma pedra no meio do caminho”

“E agora, José? / A festa acabou/a luz apagou/o povo sumiu”

“Mundo mundo vasto mundo / se eu me chamasse Raimundo / seria uma rima, não seria uma solução”.

Sabe-se, de antemão, que as comemorações do centenário de Carlos Drummond irão ultrapassar os esquemas e planejamentos oficiais. Quem se tornou tão popular na boca e nos ouvidos do povo, não deixará de receber homenagens espontâneas, aquelas que surgem em nossas palavras e atos sem quase nos darmos conta de sua materialização!...Num momento, serão crianças a declamar poemas nas escolas; no outro, versos a navegar pelo mar sem fim das redes de computadores; noutro ainda, poesia dramatizada por atores improvisados; mais acolá, pais e mães a lerem Drummond para seus filhos...

O mais importante disso tudo, Senhor Presidente – e com este último parágrafo já vou encerrando minha modesta homenagem a conterrâneo tão ilustre – , é que a boa literatura vai se espalhando qual semente alada ao vento: ouve-se um verso bonito hoje, lê-se um belo poema amanhã, desfruta-se de um intrigante conto depois de amanhã e, assim gradativamente, vamos entrando no universo da literatura de qualidade. Drummond, com sua excepcional habilidade em tocar a alma do povo, talvez seja a melhor porta de acesso à boa literatura para aqueles que não tiveram a oportunidade de completar a alfabetização, de concluir o ensino fundamental, de usufruir de ensino de qualidade.

Por isso, uma das tarefas urgentes a fazer cumprir, em nosso País, é democratizar o acesso à leitura e aos bons escritores de língua portuguesa, para que ninguém fique excluído do direito de se emocionar, de se sensibilizar e, mais que tudo, de se humanizar com uma boa literatura.

Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana, um dos autores do requerimento em homenagem ao centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de registrar ser este um dos momentos mais importantes da história do Senado Federal, quando temos o dever e a responsabilidade de contribuir para a homenagem que está sendo dada por todo o País a uma figura das mais extraordinárias da literatura mundial.

Carlos Drummond de Andrade, sem dúvida alguma, representa um dos momentos mais sublimes da história da literatura. Homem de fato à altura de seu tempo, soube traduzir, em sua poesia, em seus poemas, o século que viveu – o mais violento, o mais assassino de todos os séculos –, que foi o século XX. Um homem que soube depurar, como ele próprio dizia, o sentimento de um choque cultural profundo. Herdeiro que era de uma formação moral e cultural ainda anterior à Revolução Industrial – ele mesmo afirma, em documentários, que quem cuidava de sua infância era ainda do tempo da escravidão do Brasil –, Drummond conseguiu ser lido, ouvido e admirado por todos os brasileiros.

É unânime a homenagem prestada a ele pelo Brasil. Belíssimo momento da história nacional, por exemplo, é a estátua recentemente colocada no calçadão de uma famosa avenida do Rio de Janeiro, representando Drummond no seu jeito simples de estar, de pensar e de refletir sobre a vida e sobre o momento presente. Quando vejo a televisão brasileira exibindo diariamente trechos dos poemas de Drummond, considero isso um momento muito bonito da nossa história, principalmente por sermos um País com uma enorme dívida com a cultura. Pouquíssimos brasileiros têm acesso aos livros. O acesso ao cinema brasileiro é escasso. Se isso ocorre com o cinema que circula em nosso País, muito mais ainda com a literatura e a poesia.

Portanto, essa homenagem prestada a Drummond, que atravessa os corredores do Congresso Nacional, com uma pedra no caminho do Congresso Nacional, reflete o momento de percepção da história, da contemporaneidade, reflete o momento de sensibilidade desta Casa a Carlos Drummond de Andrade.

Vale lembrar o momento feliz que teve o Senado Federal, durante o ano passado, ao decidir que este ano seria o Ano Carlos Drummond de Andrade. Esse foi um momento de percepção e de justa homenagem.

É muito difícil – eu diria até impossível – falar, fazer uma análise literária de Carlos Drummond de Andrade. Os gênios da história da literatura brasileira, os grandes nomes da literatura brasileira e do jornalismo já o fizeram muito bem. Então vou me resumir a fazer comentários que julgo importantes sobre esse grande personagem do nosso tempo.

Está feita aqui, no Projeto Releituras, uma análise muito bonita da biografia de Drummond, que passo a ler:

O modernismo não chega a ser dominante nem mesmo nos primeiros livros de Drummond, *Alguma poesia* (1930) e *Brejo das almas* (1934), em que o poema-piada e a descontração sintática pareceriam revelar o con-

trário. A dominante é a individualidade do autor, poeta da ordem e da consolidação, ainda que sempre, e fecundamente, contraditórias. Torturado pelo passado, assombrado com o futuro, ele se detém num presente dilacerado por este e por aquele, testemunha lúcida de si mesmo e do transcurso dos homens, de um ponto de vista melancólico e cético. Mas, enquanto ironiza os costumes e a sociedade, asperamente satírico em seu amargor e desencanto, entrega-se com empenho e requinte construtivo à comunicação estética desse modo de ser e estar.

Vem daí o rigor, que beira a obsessão. O poeta trabalha sobretudo com o tempo, em sua cintilação cotidiana e subjetiva, no que destila do corrosivo. Em *Sentimento do mundo* (1940), em *José* (1942) e sobretudo em *A rosa do povo* (1945), Drummond lançou-se ao encontro da história contemporânea e da experiência coletiva, participando, solidarizando-se social e politicamente, descobrindo na luta a explicitação da sua mais íntima apreensão para com a vida como um todo.

Entendo que essa análise é uma tradução fantástica do que foi Carlos Drummond de Andrade.

Vale ressaltar momentos bonitos da sua história, da sua vida: o nascimento, no dia 31 de outubro de 1902; os momentos fortes de sua biografia, como, em 1927, o drama da perda de um filho com meia hora de vida; um ano depois, o nascimento de sua filha.

Aos 17 anos de idade, Drummond foi expulso do Colégio Anchieta, da ordem jesuíta, mesmo depois de ter sido obrigado a retratar-se de uma manifestação que teria feito na atividade escolar. E a justificativa da expulsão – “insubordinação mental” – marcou toda a sua vida.

Momento bonito da história de Drummond foi a homenagem prestada por um dos mais fortes exemplos da cultura popular brasileira, a Escola de Samba da Mangueira, em 1987. Drummond não pôde participar daquele desfile da cultura popular e emitiu a seguinte mensagem à Escola de Samba da Mangueira:

De posse de sua amável comunicação, venho agradecer calorosamente à Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira a alta distinção que me conferiu, tornando minha vida e obra literária tema do enredo para o carnaval de 1987. Sempre me habituei a ver na gloriosa Mangueira uma das forças mais representativas da nossa cultura popular. Por tradição, ela soube captar os sentimentos e aspi-

rações do seu povo, transformando-os em matéria rica de criação artística, internacionalmente admirada. Por isso, o distinto presidente e seus companheiros podem avaliar a emoção com que tive a notícia da homenagem a mim prestada e pela qual manifesto o meu profundo agradecimento.

Então, é um homem em sintonia com as manifestações populares, em sintonia plena com o erudito, com o século XX no seu comportamento estrutural, ou seja, o comportamento das guerras, das violências, do choque moral que viveu o século XX. Drummond conseguiu traduzir esse sentimento em suas poesias e manifestações.

Vale lembrar um poema seu intitulado **Procura da Poesia**, como tradutor de seus sentimentos para com a literatura:

Não faças versos sobre acontecimentos.
Não há criação nem morte perante a poesia.
Diante dela, a vida é um sol estático,
não aquece nem ilumina.
As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não contam.
Não faças poesia com o corpo,
esse excelente, completo e confortável corpo, tão infenso à efusão lírica.
Tua gota de bile, tua careta de gozo ou de dor no escuro
são indiferentes.
Não me reveles teus sentimentos,
que se prevalecem de equívoco e tentam a longa viagem.
O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.
Não cantes tua cidade, deixa-a em paz.
O canto não é o movimento das máquinas nem o segredo das casas.
Não é música ouvida de passagem, rumor do mar nas ruas junto à linha de [espuma].
O canto não é a natureza
nem os homens em sociedade.
Para ele, chuva e noite, fadiga e esperança nada significam.
A poesia (não tires poesia das coisas)
elide sujeito e objeto.
Não dramatizes, não invoques,
não indagues. Não percas tempo em mentir.
Não te aborreças.
Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,

vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de família
desaparecem na curva do tempo, é algo imprestável.
Não recomponhas
tua sepultada e merencória infância.
Não osciles entre o espelho e a memória em dissipação.
Que se dissipou, não era poesia.
Que se partiu, cristal não era.
Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consuma
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.
Não forces o poema a desprender-se do limbo.
Não colhas no chão o poema que se perdeu.
Não adules o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada no espaço.
Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?
Repara:
ermas de melodia e conceito,
elas se refugiaram na noite, as palavras.
Ainda úmidas e impregnadas de sono,
rolam num rio difícil e se transformam em desprezo.

Sr. Presidente, falar da biografia de Drummond é um desafio profundo. Ele não queria uma biografia com as nossas palavras, mas talvez uma biografia escrita por ele mesmo. Por essa razão, faço a leitura, para publicação nos Anais do Senado Federal, da autobiografia escrita para uma revista pelo próprio Carlos Drummond de Andrade:

Convidado pela Revista Acadêmica a escrever minha autobiografia, relutei a princípio, por me parecer que esse trabalho seria, antes de tudo, manifestação de impudor. Refleti logo, porém, que, sendo inevitável a bio-

grafia, era preferível que eu próprio a fizesse, e não outro. Primeiro, pela autoridade natural que me advém de ter vivido a minha vida. Segundo, porque, praticando aparentemente um ato de vaidade, no fundo castigo o meu orgulho, contando sem ênfase os pobres e miúdos acontecimentos que assinalam a minha passagem pelo mundo, e evitando assim qualquer adjetivo ou palavra generosa, com que o redator da revista quisesse, sincero ou não, gratificar-me.

Isto posto, declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses, que me criaram no temor de Deus. Ao sair do grupo escolar, tomei parte na guerra européia (pesa-me dizê-lo) ao lado dos alemães. Quando o primeiro navio mercante brasileiro foi torpedeado, tive que retificar a minha posição. A esse tempo já conhecia os padres alemães do Verbo Divino (rápida passagem pelo Colégio Amaldo, em Belo Horizonte). Dois anos em Friburgo, com os jesuítas. Primeiro aluno da classe, é verdade que mais velho que a maioria dos colegas, comportava-me como um anjo, tinha saudades da família, e todos os outros bons sentimentos, mas expulsaram-me por “insubordinação mental”. O bom reitor que me fulminou com essa sentença condenatória morreu, alguns anos depois, num desastre de bonde na Rua São Clemente. A saída brusca do colégio teve influência enorme no desenvolvimento dos meus estudos e de toda a minha vida. Perdi a Fé. Perdi tempo. E sobretudo perdi a confiança na justiça dos que me julgavam. Mas ganhei vida e fiz alguns amigos inesquecíveis. Casado, fui lecionar geografia no interior. Voltei a Belo Horizonte, como redator de jornais oficiais e oficiosos. Mário Casassanta levou-me para a burocracia, de que tenho tirado o meu sustento. De repente, a vida começou a impor-se, a desafiar-me com seus pontos de interrogação, que se desmanchavam para dar lugar a outros. Eu liquidava esses outros, mas apareciam novos. Meu primeiro livro, *Alguma Poesia* (1930), traduz uma grande inexperiência do sofrimento e uma deleição ingênua com o próprio indivíduo. Já em *Brejo das Almas* (1934), alguma coisa se compôs, se organizou; o individualismo será mais exacerbado, mas há também uma consciência presente de sua precariedade e uma desaprovação tácita da conduta (ou falta

de conduta) espiritual do autor. Penso ter resolvido as contradições elementares da minha poesia num terceiro volume, *Sentimento do Mundo* (1940). Só as elementares: meu progresso é lentíssimo, componho muito pouco, não me julgo substancialmente e permanentemente poeta. Entendo que poesia é negócio de grande responsabilidade, e não considero honesto rotular-se de poeta quem apenas verseje por dor-de-cotovelo, falta de dinheiro ou momentânea tomada de contato com as forças líricas do mundo, sem se entregar aos trabalhos cotidianos e secretos da técnica, da leitura, da contemplação e mesmo da ação. Até os poetas se armam, e um poeta desarmado é, mesmo, um ser à mercê de inspirações fáceis, dócil às modas e compromissos. Infelizmente, exige-se pouco do nosso poeta; menos do que se reclama ao pintor, ao músico, ao romancista... Mas iríamos longe nesta conversa. Entro para a antologia, não sem registrar que sou o autor confesso de certo poema, insignificante em si, mas que a partir de 1928 vem escandalizando meu tempo, e serve até hoje para dividir no Brasil as pessoas em duas categorias mentais.

Acredito ser essa autobiografia uma peça, um libelo da história literária brasileira, uma manifestação que Carlos Drummond de Andrade fez e com a qual prestou uma belíssima homenagem a si próprio. Ele não desejava maiores considerações em relação à sua personalidade. Entendia que era preciso compreender sua vida como a de alguém que depurava o seu interior e o tornava público como uma manifestação de um tempo. Muito mais do que moderno, ele se definia e queria ser definido como alguém atual.

É a homenagem que presto, Sr. Presidente. O Senado Federal está “sem discurso”, segundo o poema “José”, de Drummond, que diz, ainda: “Não veio a utopia”.

Só divirjo de Drummond para dizer que a utopia está chegando a partir de 27 de outubro. Novos tempos estão sendo anunciados. O Brasil vive um grande e belíssimo projeto de sociedade. É preciso muita união e determinação para construí-lo. Quando observamos a chegada da poesia, a chegada do poema ao Plenário do Senado Federal, vemos um sentimento de respeito e felicidade do Brasil inteiro em homenagear o seu poeta Carlos Drummond de Andrade. Colocando-o no pódio, como dizia hoje Carlos Heitor Cony, ao lado João Cabral de Mello Neto e de Manuel Bandeira, estamos cientes de que esta é a oportunidade de um novo momento.

O Canto ao Homem do Povo, uma homenagem a Charles Chaplin feita por Carlos Drummond de Andrade, é uma das mais preciosas peças da literatura em forma de poema que ele poderia ter feito. Encerrarei a minha homenagem a Carlos Drummond de Andrade fazendo uma leitura desse Canto ao Homem do Povo – Charles Chaplin.

Era preciso que um poeta brasileiro,
não dos maiores, porém dos mais expostos à galhofa,
girando um pouco em tua atmosfera ou nela aspirando a viver
como na poética e essencial atmosfera dos sonhos lúcidos,
era preciso que esse pequeno cantor teimoso,
de ritmos elementares, vindo da cidadezinha do interior
onde nem sempre se usa gravatas mas todos são extremamente polidos
e a opressão é detestada, se bem que o heroísmo se banhe em ironia,
era preciso que um antigo rapaz de vinte anos,
preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo,
viesse recompô-los e, homem maduro, te visitasse
para dizer-te algumas coisas, sobcolor de poema.
Para dizer-te como os brasileiros te amam
e que nisso, como em tudo mais, nossa gente se parece
com qualquer gente do mundo – inclusive os pequenos judeus
de bengalinha e chapéu-coco, sapatos compridos,
olhos melancólicos,
vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem
nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia,
vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor
como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua.
Bem sei que o discurso, acalanto burguês, não te envaidece,
e costumam dormir enquanto os veementes inauguram estátua,
e entre tantas palavras que como carros percorrem as ruas,
só as mais humildes, de xingamento ou beijo, te penetram.
Não é a saudação dos devotos nem dos partidários que te ofereço,

eles não existem, mas a de homens comuns,
numa cidade comum,
nem faço muita questão da matéria de meu canto ora em torno de ti
como um ramo de flores absurdas mando por via postal ao inventor dos
[jardins.

Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,
que entraram no cinema com a aflição de ratos fugindo da vida,
são duras horas de anestesia, ouçamos um pouco de música,
visitemos no escuro as imagens – e te descobriram e salvaram-se.

Falam por mim os abandonados da justiça, os simples de coração,
os párias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os indecisos, os líricos, os
[cismarentos,
os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.

E falam as flores que tanto amas quando pisadas,
falam os tocos de vela, que comes na extrema penúria, falam a mesa, os
[botões,
os instrumentos do ofício e as mil coisas aparentemente fechadas,
cada troço, cada objeto do sótão, quanto mais obscuros mais falam.

Sr. Presidente, peço que seja incluído esse poema, uma peça extraordinária, nessa homenagem que faço a Carlos Drummond de Andrade. E, como disse, não ousaria fazer uma análise literária desse grande poeta, porque gênios da literatura brasileira já o fizeram. Os poetas seus contemporâneos já o fizeram. Os professores da Língua Portuguesa e da Literatura já o fizeram, os jornalistas renomados já o fizeram, e, como ele próprio gostaria de dizer, discurso não há.

Esta é uma homenagem de quem admira e ama Drummond e sabe que, a partir do dia de hoje, mais jovens brasileiros conhecerão a poesia e os poemas de Carlos Drummond de Andrade.

Muito obrigado.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido na forma do disposto no art. 210 do Regimento Interno.)

Canto ao Homem do Povo - Charles Chaplin

Era preciso que um poeta brasileiro,
 não dos maiores, porém dos mais expostos à galhofa,
 girando um pouco em tua atmosfera ou nela aspirando a viver
 como na poética e essencial atmosfera dos sonhos lúcidos,

Carlos Drummond de Andrade

era preciso que esse pequeno cantor teimoso,
 de ritmos elementares, vindo da cidadezinha do interior
 onde nem sempre se usa gravatas mas todos são extremamente polidos
 e a opressão é detestada, se bem que o heroísmo se banhe em ironia,

era preciso que um antigo rapaz de vinte anos,
 preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo,
 viesse recompô-los e, homem maduro, te visitasse
 para dizer-te algumas coisas, sobcolor de poema.

Para dizer-te como os brasileiros te amam
 e que nisso, como em tudo mais, nossa gente se parece
 com qualquer gente do mundo - inclusive os pequenos judeus
 de bengalinha e chapéu-coco, sapatos compridos, olhos melancólicos,

vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem
 nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia,
 e vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor
 como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua.

Bem sei que o discurso, acalanto burguês, não te envaidece,
 e costumas dormir enquanto os veementes inauguram estátua,
 e entre tantas palavras que como carros percorrem as ruas,
 só as mais humildes, de xingamento ou beijo, te penetram.

Não é a saudação dos devotos nem dos partidários que te ofereço,
 eles não existem, mas a de homens comuns, numa cidade comum,
 nem faço muita questão da matéria de meu canto ora em torno de ti
 como um ramo de flores absurdas mando por via postal ao inventor dos jardins.

Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,

que entraram no cinema com a aflição de ratos fugindo da vida,
são duras horas de anestesia, ouçamos um pouco de música,
visitemos no escuro as imagens - e te descobriram e salvaram-se.

Falam por mim os abandonados da justiça, os simples de coração,
os parias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os indecisos, os líricos, os cismarentos,
os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.

E falam as flores que tanto amas quando pisadas,
falam os tocos de vela, que comes na extrema penúria, falam a mesa, os botões,
os instrumentos do ofício e as mil coisas aparentemente fechadas,
cada troço, cada objeto do sótão, quanto mais obscuros mais falam.

A noite banha tua roupa.

Mal a disfarças no colete mosqueado,
no gelado peitilho de baile,
de um impossível baile sem orquídeas.

És condenado ao negro. Tuas calças
confundem-se com a treva. Teus sapatos
inchados, no escuro do beco,
são cogumelos noturnos. A quase cartola,
sol negro, cobre tudo isto, sem raios.

Assim, noturno cidadão de uma república
enlutada, surges a nossos olhos
pessimistas, que te inspecionam e meditam:

Eis o tenebroso, o viúvo, o inconsolado,
o corvo, o nunca-mais, o chegado muito tarde

a um mundo muito velho.

E a lua pausa

em teu rosto. Branco, de morte caiado,
que sepulcros evoca mas que hastes
submarinas e álgidas e espelhos
e lírios que o tirano decepou, e faces
amortalhadas em farinha. O bigode
negro cresce em ti como um aviso
e logo se interrompe. É negro. curto,
espesso. O rosto branco, de lunar matéria,
face cortada em lençol, risco na parede,
caderno de infância, apenas imagem
entretanto os olhos são profundos e a boca vem de longe,
sozinha, experiente, calada vem a boca
sorrir, aurora, para todos.

E já não sentimos a noite,

e a morte nos evita, e diminuímos
como se ao contato de tua bengala mágica voltássemos
ao país secreto onde dormem os meninos.

Já não é o escritório e mil fichas,
nem a garagem, a universidade, o alarme,
é realmente a rua abolida, lojas repletas,
e vamos contigo arrebentar vidraças,

e vamos jogar o guarda no chão,
e na pessoa humana vamos redescobrir
aquele lugar - cuidado! - que atrai os pontapés: sentenças
de uma justiça não oficial.

III

Cheio de sugestões alimentícias, matas a fome
dos que não foram chamados à ceia celeste
ou industrial. Há ossos, há pudins
de gelatina e cereja e chocolate e nuvens
nas dobras do teu casaco. Estão guardados
para uma criança ou um cão. Pois bem conheces
a importância da comida, o gosto da carne,
o cheiro da sopa, a maciez amarela da batata,
e sabes a arte sutil de transformar em macarrão
o humilde cordão de teus sapatos.

Mais uma vez jantaste: a vida é boa.

Cabe um cigarro: e o tiras
da lata de sardinhas.

Não há muitos jantares no mundo, já sabias,
e os mais belos frangos

são protegidos em pratos chineses por vidros espessos.

Há sempre o vidro, e não se quebra,

há o aço, o amianto, a lei,

há milícias inteiras protegendo o frango,

e há uma fome que vem do Canadá, um vento,

uma voz glacial, um sopro de inverno, uma folha

baila indecisa e pousa em teu ombro: mensagem pálida

que mal decifras

o cristal infrangível. Entre a mão e a fome,

os valos da lei, as léguas. Então te transformas

tu mesmo no grande frango assado que flutua

sobre todas as fomes, no ar; frango de ouro

e chama, comida geral, que tarda.

O próprio ano novo tarda. E com ele as amadas.

No festim solitário teus dons se aguçam.

És espiritual e dançarino e fluido,

mas ninguém virá aqui saber como amas

com fervor de diamante e delicadeza de alva,

como, por tua mão a cabana se faz lua.

Mundo de neve e sal, de gramofones roucos

urando longe o gozo de que não participas.

Mundo fechado, que aprisiona as amadas
e todo o desejo, na noite, de comunicação.

Teu palácio se esvai, lambe-te o sono,
ninguém te quis, todos possuem,
tudo buscaste dar, não te tomaram.

Então encaminhas no gelo e rondas o grito.

Mas não tens gula de festa, nem orgulho
nem ferida nem raiva nem malícia.

És o próprio ano-bom, que te deténs. A casa passa
correndo, os copos voam,
os corpos saltam rápido, as amadas
te procuram na noite... e não te vêem,
tu pequeno, tu simples, tu qualquer.

Ser tão sozinho em meio a tantos ombros,
andar aos mil num corpo só, franzino,
e ter braços enormes sobre as casas,
ter um pé em Guerrero e outro no Texas,
falar assim a chinês a maranhense,
a russo, a negro: ser um só, de todos,
sem palavra, sem filtro,
sem opala:
há uma cidade em ti, que não sabemos.

Uma cega te ama. Os olhos abrem-se.
 Não, não te ama. Um rico, em álcool,
 é teu amigo e lúcido repele
 tua riqueza. A confusão é nossa, que esquecemos
 o que há de água, de sopro e de inocência
 no fundo de cada um de nós, terrestres. Mas, ó mitos
 que cultuamos, falsos: flores pardas,
 anjos desleais, cofres redondos, arquejos
 poéticos acadêmicos; convenções
 do branco, azul e roxo; maquinismos,
 telegramas em série, e fábricas e fábricas
 e fábricas de lâmpadas, proibições, auroras.
 Ficaste apenas um operário
 comandado pela voz colérica do megafone.
 És parafuso, gesto, esgar.
 Recolho teus pedaços: ainda vibram,
 lagarto mutilado.

Colo teus pedaços. Unidade
 estranha é a tua, em mundo assim pulverizado.
 E nós, que a cada passo nos cobrimos
 e nos despimos e nos mascaramos,
 mal retemos em ti o mesmo homem,
 aprendiz
 bombeiro
 caixeiro
 doceiro
 emigrante
 forçado
 maquinista
 noivo
 patinador
 soldado
 músico
 peregrino
 artista de circo
 marquês
 marinheiro
 carregador de piano
 apenas sempre entretanto tu mesmo,
 o que não está de acordo e é meigo,
 o incapaz de propriedade, o pé
 errante, a estrada

fugindo, o amigo
que desejaríamos reter
na chuva, no espelho, na memória
e todavia perdemos

Já não penso em ti. Penso no ofício
a que te entregas. Estranho relojoeiro
cheiras a peça desmontada: as molas unem-se,
o tempo anda. És vidraceiro.
Varres a rua. Não importa
que o desejo de partir te roa; e a esquina
faça de ti outro homem; e a lógica
te afaste de seus frios privilégios.

Há o trabalho em ti, mas caprichoso,
mas benigno,
e dele surgem artes não burguesas,
produtos de ar e lágrimas, indumentos
que nos dão asa ou pétalas, e trens
e navios sem aço, onde os amigos
fazendo roda viajam pelo tempo,
livros se animam, quadros se conversam,
e tudo libertado se resolve
numa efusão de amor sem paga, e riso, e sol.

O ofício é o ofício
que assim te põe no meio de nós todos,
vagabundo entre dois horários: mão sabida
no bater, no cortar, no fiar, no rebocar,
o pé insiste em levar-te pelo mundo,
a mão pega a ferramenta: é uma navalha,
e ao compasso de Brahms fazes a barba
neste salão desmemoriado no centro do mundo oprimido
onde ao fim de tanto silêncio e oco te recobramos.

Foi bom que te calasses.
Meditavas na sombra das chaves,
das correntes, das roupas riscadas, das cercas de arame,
juntavas palavras duras, pedras, cimento, bombas, invectivas,
anotavas com lápis secreto a morte de mil, a boca sangrenta
de mil, os braços cruzados de mil.

Canto ao Homem do Povo - Charles Chaplin

E nada dizias. E um bolo, um engulho
formando-se. E as palavras subindo.

Ó palavras desmoralizadas, entretanto salvas, ditas de novo.

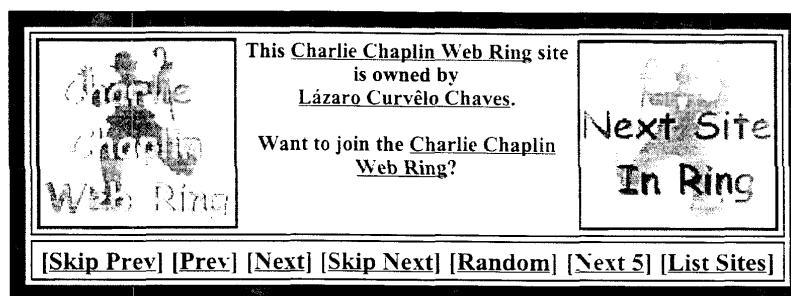
Poder da voz humana inventando novos vocábulos e dando sopros exaustos.

Dignidade da boca, aberta em ira justa e amor profundo,

crispação do ser humano, árvore irritada, contra a miséria e a fúria dos ditadores,

ó Carlito, meu e nosso amigo, teus sapatos e teu bigode

caminham numa estrada de pó e de esperança.



Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada tenho a acrescentar, em louvor da glória de Carlos Drummond de Andrade, às palavras aqui proferidas em nome do Senado pelos Senadores Lúcio Alcântara, José Alencar e Tião Viana.

Entretanto, ninguém nesta Casa entenderia, nem eu mesmo, se ficasse calado, sem dar uma palavra a respeito da obra e da vida de Carlos Drummond de Andrade, essa figura solar da Literatura brasileira.

Falar sobre Drummond é, sem dúvida, uma grande e impossível aventura de subir a uma montanha de centenas e centenas de livros escritos sobre ele, conferências, ensaios, estudos e críticas, além de ser matéria constante de interesse do cotidiano, incorporada à vida e à história do Brasil.

Confesso que ingressei na obra de Carlos Drummond de Andrade como leitor e como devoto. A partir da convivência com sua poesia, tinha a impressão de que estava praticando um ato de devoção a quase um deus, porque já se tem dito – e eu mesmo, muitas vezes, repeti – que a poesia é uma arte de Deus, é uma obra de criação. O primeiro grande poeta foi realmente o Criador, ao fazer do nada, por intermédio das palavras “no princípio era o Verbo”, aquilo que se tornou a realidade do mundo.

A poesia que Drummond tinha como necessária, como objeto do ofício exercido a cada dia, atingia um toque mágico naquela simplicidade formal que traz, desde o primeiro verso, o milagre da sua iniciação poética. Quero dar um toque, uma achega pessoal, também sobre o homem Carlos Drummond de Andrade, o meu conhecimento de Carlos Drummond de Andrade.

Eu chegava ao Rio de Janeiro pela primeira vez quando tinha 17 anos. Conversava com Josué Montello, já então um grande escritor deste País, que me disse: “Você quer conhecer Carlos Drummond de Andrade, quer estar com Carlos Drummond de Andrade?”. Era algo impossível para mim, poeta de província, menino de 17 anos chegando ao Rio de Janeiro, ter aquela oportunidade de conhecer Carlos Drummond de Andrade. Ele ligou e marcou uma visita a Carlos Drummond de Andrade. Que ousadia de um menino de 17 anos!

Fui ao encontro dele, que, a esse tempo, ainda trabalhava no prédio do Ministério da Educação e que me recebeu numa sala de absoluta simplicidade. Evidentemente, como todos podem imaginar, eu não sabia nem o que devia dizer. Não tive condições de lhe dizer tudo o que eu tinha pensado. E ele, vendo aquela dificuldade, aquela certa perplexidade daquele menino, perguntou-me: “O que você faz no Maranhão?”. E eu lhe disse: “Versos”. Ele, naturalmente, já procurado por muitos jovens, pensando que eu os traria, questionou-me: “E os seus versos, trouxe-os?”. A que lhe respondi: “Não tive coragem. Não são versos para que o senhor possa ler”.

Enfim, diante de poucos minutos que ali passamos juntos, ele, com aquela grande compreensão humana, sabendo dessa dificuldade em que se encontrava aquele menino, começou a falar sobre os amigos comuns:

Josué Montello, Odilo Costa Filho, o grande elo pelo qual muitas vezes estive com Drummond. Odilo foi o santo bom que Deus pôs na minha vida. Posso dizer que me tornei amigo de Carlos Drummond de Andrade naquela acepção que São Paulo dá à palavra “amigo”. Esse foi o meu encontro pessoal com ele.

Também quando estive com Carlos Drummond, já havia me iniciado em sua obra, na sua obra dum constante questionamento do poder, do fenômeno social. Basta dizer que **Alguma Poesia** foi editada no ano do meu nascimento; é de 1930 a primeira edição desse livro. Depois, já no período de redemocratização, depois de Getúlio, ele completava, nessa sensibilidade social, com o **Sentimento do Mundo**, com a **Rosa do Povo**. E foi aprofundando infinitamente, por meio dos livros que escreveu, aquela melodia das suas palavras, da sua poesia, que foi ficando cada vez mais despojada, livrada dos adjetivos, livrada de tudo que era desnecessário, para ficar só a palavra poética, que é a transfiguração das coisas na sua eternidade.

Drummond tinha um certo sorriso, um sorriso no canto da boca, de que a gente não esquece. E gostava de entremear a sua conversa com um “viu?”, que era muito mais baixo do que as coisas que ele falava num sorriso firme. Para a minha geração, não contava somente o poeta do **Claro Enigma**, mas também o cronista, o cronista Carlos Drummond de Andrade. Era, no cronista, o poeta e, no poeta, o homem historiador do cotidiano, como são todos os cronistas. Nessa arte, creio que não houve ninguém maior do que ele, senão Machado de Assis, na Literatura brasileira.

Quero também falar de um ponto que é uma certa identidade que tenho com o homem: a paixão por sua filha Julieta. A paixão de Drummond por Maria Julieta era excepcional. Ela também era excepcional, de uma conversa arrebatadora. Nos últimos anos de vida, ela foi amiga de minha mulher, Marly, com grande encantamento. Essa filha era a concretude de toda a sua criação. O destino fez com que Maria Julieta morresse no dia 5 de agosto e ele, no dia 17 de agosto, de tal modo que não se podia separar as datas, sabendo que sua vida estava ligada, no âmagô, à filha, o poema mais belo que ele havia escrito.

Estava no México, como Presidente da República, quando morreu Carlos Drummond de Andrade. Sabia que essa perda atingia a todos do País e, de lá, mandei uma mensagem, dizendo do meu sentimento, do que isso significava para o Brasil. Ao mesmo tempo, dizia que podíamos destruir tudo no mundo, até a pedra mais dura, mas uma coisa era impossível de ser destruída: a palavra. A palavra de um grande poeta se torna eterna e indestrutível.

Em setembro de 1985, também como Presidente da República, em discurso nas Nações Unidas, em nome do Brasil – era tradição os Presidentes se pronunciarem –, fiz algo quase incomum em um fórum daquela

natureza: incluir a poesia em um discurso de Chefe de Estado. Citei Carlos Drummond de Andrade, quando ele fala do “sentimento do mundo”, nas Nações Unidas.

Tive, como disse, o privilégio de ser seu amigo, aquela figura **gauche** e frágil – sua palavra, como falei, era de tom baixo –, de uma conversa em que não se tinha vontade ou desejo de mostrar-se brilhante. Ele não tinha o gosto de brilhar pela conversa, mas a sua conversa era como **currente calamo**, que se desdobrava na beleza. Desse modo, ele parecia estar sempre escrevendo quando falava com aquelas palavras comedidas que só ele, na sua grandeza de poeta, unindo a personalidade do homem e do poeta, podia juntar.

Enfim, eram essas as achegas pessoais. Eu não pretendia, como disse, pronunciar-me, pois penso que a homenagem do Senado está muito bem concretizada nos discursos aqui proferidos, na iniciativa do Senador Tião Viana, que tem grande sensibilidade para as coisas da Literatura, para que pudéssemos homenagear Carlos Drummond de Andrade, em seu centenário de nascimento.

É uma honra, não para ele, mas para o Senado, saber que aqui, nesta Casa de políticos – e todos pensam que os políticos são extremamente pragmáticos –, também temos sensibilidade para erigir estátuas à Poesia.

Carlos Drummond de Andrade era um deus. Vou regredir às minhas palavras iniciais: quando voltei do meu encontro com Drummond, Josué Montello me perguntou como havia sido a conversa. Tive a oportunidade de dizer-lhe: “Josué, entrei como se entrasse em uma igreja”. Josué me perguntou: “O que vocês conversaram?”. Respondi: “Aquilo que se conversa com os santos que estão no altar. Eu não disse nada! Olhei, admirei e saí cheio de graças!”.

Pois esta graça, no momento em que falo no Senado, ainda a guardo: de ter tido a ventura de conhecer esse grande poeta e de ser brasileiro, natural de um País que gerou um homem de extraordinária grandeza intelectual, esse monumento humano chamado Carlos Drummond de Andrade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero saudar os convidados na pessoa da Sr^a Vera Brant, que está aqui ao meu lado.

“Espírito de Minas, me visita, / e sobre a confusão desta cidade, / onde voz e buzina se confundem, / lança teu claro raio ordenador” – assim, Carlos Drummond de Andrade começa a sua “Prece do Mineiro no Rio”, um dos mais belos poemas da coletânea **A Vida Passada a Limpo**. Assim também começo esta homenagem a Drummond, pelo centenário do seu nascimento. Minas se faz presente a este encontro, porque sob a inspiração

da sua história e do seu povo é que nos reunimos neste plenário para reverenciar um dos seus filhos mais ilustres, o grande poeta de **Sentimento do Mundo** e de **A Rosa do Povo**.

Na terra distante, em meio à década de 40, um jovem franzino sonhava em estudar ciência jurídica, pensando na carreira política e também na literatura. Soubemos já de um poeta mineiro chamado Carlos, autor de dois livros que haviam despertado a atenção da crítica e do público leitor: **Alguns Poesia** e **Brejo das Almas**. Falava-se do talentoso poeta que trocara a capital de Minas pela capital da República; é que, em 1934, Drummond se mudara para o Rio de Janeiro, como chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde, seu amigo fraterno Gustavo Capanema.

Eram, Drummond e Capanema, dois dos mais brilhantes valores da primeira geração de mineiros que se mudara para o Rio, à qual também pertenciam Pedro Nava, Cyro dos Anjos e Afonso Arinos de Melo Franco, cujo famoso endereço, na Rua Dona Mariana, teve o privilégio de freqüentar. Depois viria a segunda leva de emigrantes, em que avultam os “Quatro Mineiros do Apocalipse”: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. O derradeiro grupo a trocar Belo Horizonte pelo Rio é o de Afonso Romano de Sant’Anna e Fábio Lucas, hoje duas das maiores expressões da crítica literária brasileira.

Em toda a sua vasta e magnífica obra, Drummond se revela essencialmente mineiro, visceralmente mineiro, literalmente – e literariamente – mineiro. Já em **Alguns Poesia**, o primeiro livro, encontramos “Lanterna Mágica”, em que o poeta evoca Belo Horizonte, Sabará, Caeté, São João Del Rei e, naturalmente, a sua Itabira. Sim, porque, na condição de mineiro, Drummond é fundamentalmente itabirano. “Alguns anos vivi em Itabira. / Principalmente nasci em Itabira” – lemos na “Confidência do Itabirano”, um dos primeiros poemas de **Sentimento do Mundo**. Falo da Itabira que tenho a honra de conhecer e de que tanto gosto, cujas ladeiras e casarões guardam a memória do menino Carlos.

“Noventa por cento de ferro nas calçadas. / Oitenta por cento de ferro nas almas”. É a Itabira da Vale do Rio Doce – que ainda hoje lhe fura as entranhas – e a Itabira do Pico do Cauê, a montanha do tempo de Drummond menino que hoje desapareceu, milhões de toneladas de minério que se foram nos vagões do “maior trem do mundo”, como chora o poeta em um das suas mais comovidas páginas.

Por isso é Itabira, que hoje festeja orgulhosa os cem anos do nascimento do seu filho mais ilustre, a maior e mais eloqüente expressão da referencialidade na poesia drummondiana. Se houve um tempo em que aos críticos não interessava a relação entre a matéria literária e a realidade concreta – “a obra de arte se basta a si

mesma”, diziam –, hoje reconhecemos a importância, no texto literário, das referências ao mundo, das alusões ao real. Nesse aspecto é que se destaca Itabira como a mais intensa e substancial tradução da referencialidade na poética de Drummond.

Aos ouvidos do leitor comum, o Pico do Amor, de que fala o poeta em um dos seus cantos, pode soar como apenas metáfora da relação amorosa, do desejo a que se rendem homens e mulheres. Pois o Pico do Amor existe: é um alto de onde se contempla toda a Itabira, bucólico recanto em que se ergue, hoje, o belo Memorial Carlos Drummond de Andrade, presenteado ao Município pelo gênio de Oscar Niemeyer, grande amigo do poeta. E assim há o santeiro Alfredo Duval, artesão de imagens religiosas que povoaram a infância do pequenino Carlito; o casarão em que hoje se encontra o Museu de Itabira, onde, outrora, funcionaram a cadeia pública e a prefeitura municipal; o velho sobrado do Barão de Alfíe, em que dramas de amor teriam acontecido.

São esses os pontos que marcam os “Caminhos Drummondianos”, excelente realização com que a Prefeitura Municipal de Itabira dá exemplo, para todo o Brasil, de um dos melhores e mais relevantes projetos de turismo cultural que conhecemos. Crianças e jovens de famílias de baixa renda – os famosos “Drummonzinhos” acompanham os turistas que percorrem o roteiro, dizendo os poemas que se lêem nas placas, verdadeiras certidões que asseguram à terra Itabirana o honroso privilégio da Capital Brasileira da Poesia.

“Itabira é apenas uma fotografia na parede. / Mas como dói!”. Se algum dia esses versos despertaram ressentimentos e acenderam mágoas, hoje os itabiranos os compreendem como um suspiro de tristeza, lamento do filho que à cidade não voltou porque, verdadeiramente, nunca a abandonara. Drummond carregou Minas na algibeira da saudade pela vida afora, como sinete marcado a ferro e fogo, daqueles elementos que nos forjam o caráter e fortalecem o espírito.

Drummond, brasileiro de Minas; Drummond, mineiro de Itabira, uma das mais altas vozes da poesia mundial do século XX. Passados 100 anos do seu nascimento, Carlos Drummond de Andrade continua presente no coração e na lembrança do seu povo como o poeta que nos deixou para sempre uma sublime lição de talento literário e de grandeza humana. Como escreveu Machado de Assis, “essa a glória que fica, eleva, honra e consola”.

Sr. Presidente, permita-me V. Ex^a que manifeste desta tribuna, em nome de 18 milhões de mineiros – Minas não é um Estado, é uma nação –, o nosso louvor a esta Casa pela iniciativa de realizar este evento para comemorar a vida, a literatura, o espetáculo de viver do maior poeta do Brasil; e, ao mesmo tempo, dirigir-me a todos os mineiros de Itabira, cujas ruas conheço, assim

como seu povo, seus líderes, seus operários, os minérios que se foram e os minérios que lá ainda estão, poucos, e manifestar a todos a satisfação do Senado da República por participar dos eventos que se realizam no Brasil em homenagem a Carlos Drummond de Andrade.

Quero louvar a Prefeitura Municipal pela divulgação que está realizando no Brasil inteiro e, mais ainda, a todos aqueles que estão freqüentando Itabira, suas ruas, suas ladeiras, seus minérios, sua vida, sua história, exatamente porque é uma cidade acolhedora e amiga, que tanto amo, porque sempre prestigiou este cidadão, desde Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas também como Deputado Federal, Senador da República, Governador de Minas e dirigente do Banco do Brasil. Minas é minha alma, porque a alma é de Minas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Assistiremos agora à exibição de um vídeo alusivo a Carlos Drummond de Andrade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma das homenagens mais justas prestadas pelo Senado por tudo quanto representa para a literatura brasileira esse gigante da poesia em nosso País. Ao longo de sua vida, ele lembrou-se de todos e contemplou a tudo. Não esqueceu sequer o Nordeste. Está embutido no seu currículo: Drummond conseguia a um só tempo ser chefe de gabinete do Ministro Gustavo Capanema, do Estado Novo, e usar suas palavras para destruir o capitalismo.

E, na poesia, ele chega a este ponto:

Deus, só me lembro de vós para pedir,
mas de qualquer modo sempre é uma lembrança.
Desculpai vosso filho que se veste
de humildade e esperança
e vos suplica: Olhai para o Nordeste
onde há fome, Senhor, e desespero
rodando nas estradas
entre esqueletos de animais.

Ouvimos aqui aqueles que são mais ligados à obra de Carlos Drummond de Andrade. A devoção de José Sanezy à obra desse grande poeta é o sentimento de um poeta para um poeta. Devoção, portanto, mais profunda ainda do que a dos demais.

A poesia de Carlos Drummond de Andrade é o evangelho dos intelectuais e dos que alimentam o gosto pelas letras, o gosto pelo que é bom na Literatura.

Essa homenagem, portanto, haverá de ficar marcada nos Anais do Senado como uma das mais justas aqui prestadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 11 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 298, DE 2002

(Nº 922/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1^o de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00349/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002-11-01

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1^o de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Boliviana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO

Nascido em Santos/SP, 28 de setembro de 1945. Filho de Silvio Leão e Alair de Andrade Leão. Graduado em Relações Internacionais pelo *Institut d'Etudes Politiques (Sciences-Po)*, da Universidade de Paris.

Ex-aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo (USP).

Diplomado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco.

CPF: 05710219134

CI:4665-MRE

Cargos e Promoções na Carreira de Diplomata

Terceiro Secretário, 11 de janeiro de 1972.

Segundo Secretário, merecimento, 22 de janeiro de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 21 de junho de 1979.

Conselheiro, merecimento, 22 de junho de 1983.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1989.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 29 de dezembro de 1998.

Funções Exercidas na Secretaria de Estado

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1972/76.

Coordenador, da Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais da Secretaria Geral, 1983/85.

Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1985/88.

Coordenador Executivo, Secretaria-Geral, 1988/90.

Inspetor adjunto do Serviço Exterior, 1995/96.

Coordenador-Geral de Acompanhamento da Execução do Contrato BID/MRE, 1996/98.

Diretor-Geral do Departamento Econômico, a partir de 1998.

Funções Exercidas no Exterior

Londres, Segundo Secretário, 1976/79.

Tóquio, Primeiro Secretário, 1979/83.

Londres, Ministro Conselheiro, 1990/93.

Washington, Ministro Conselheiro, 1993/95.

Participação em reuniões internacionais

Reunião Preliminar de Coordenação do Conselho Internacional do Cacau, Genebra, 1973

(assessor).

I e II Sessões do Comitê Provisório do Conselho Internacional do Cacau, Genebra e Londres, 1973 (assessor).

Reunião do Grupo de Trabalho "ad hoc" sobre a Reforma da Aliança dos Produtores de Cacau, Nigéria, 1974 (delegado).

Reunião do Comitê Executivo e do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1974 (delegado).

VI Assembléia Geral Especial da ONU, Nova York, 1974 (assessor).

Conferência Ministerial dos Países em Desenvolvimento sobre Matérias-Primas, Dacar, 1975 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho da Aliança dos Produtores de Cacau sobre Renegociação do Acordo Internacional do Cacau, Abidjã, 1975 (delegado).

Conferência da ONU para Negociação do Segundo Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1975 (delegado).

Organização Internacional do Cacau, Londres, 1976 a 1979 (representante permanente alterno).

Reunião do Comitê "ad hoc" da Aliança dos Produtores de Cacau sobre a Renegociação do Acordo Internacional de 1975, Yamoussokro, Costa do Marfim, 1978 (chefe).

Conferência da ONU para Negociação do Terceiro Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1979 (delegado).

Membro da Comitativa do Senhor Presidente da República em visita ao Uruguai, 1985.

XXI, XXII, XXIV a XXVII, XLIV e XLV Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacau, Lomé, 1973 e 1976, Abidjã, 1974, Duala, 1975, Acra, 1975 e Salvador, 1976 (delegado), São Tomé e Príncipe e Salvador, 1985 (chefe).

Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, 1986 (chefe).

Reunião Ministerial de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Cairns, Austrália, 1986 (assessor).

XXI e XXII Reuniões Plenárias do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), México, 1985 e Maceió, 1986 (delegado).

XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, 1986 (chefe).

Reunião do Grupo Negociador de Agricultura (GATT), Genebra, 1987 (chefe).

Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, Bariloche, 1987 (assessor).

VII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1987 (delegado).

XLVIII Reunião do Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, 1987 (delegado).

I a IV Sessões do Conselho Internacional de Madeiras Tropicais, Genebra, 1985, Icoama, Japão, 1977 e Rio de Janeiro, 1988 (chefe).

Reuniões de Ministros do Comércio, Constança, Alemanha, 1988 (assessor).

Reunião de Ministro do Comércio, 1988, Islamabad (Assessor)

Reunião Ministerial do *Mid-Term Review*, Rodada Uruguai (GATT), Montreal, 1988 (assessor).

Organização Internacional do Café, Londres, 1990/92 (representante permanente).

Organização Internacional do Açúcar, Londres, 1990/92 (representante permanente).

Organização Internacional do Cacau, Londres, 1990/92 (representante permanente)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1998, Washington (Subchefe)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1999, Nova York (Subchefe)

Reunião do Comissão Mista Brasil-União Européia, 1999, Bruxelas (Assessor)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contecioso Embraer/Bombardier, 1999, São Paulo (Subchefe)

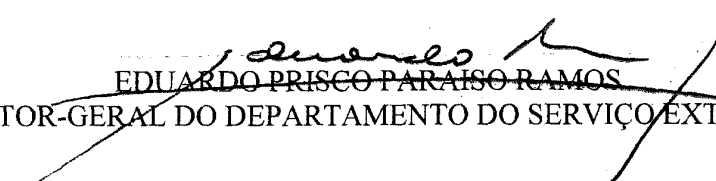
Reunião de Consultas Econômicas Brasil- Reino Unido, 1999, Londres (Chefe)
 Negociações Brasil-EUA sobre Comércio de Aço, Washington, 1999 (Chefe)
 Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Comerciais Multilaterais, 1999, Bangalore, (Chefe)
 Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1999, Nova York (Subchefe)
 Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 1999, Buenos Aires (Assessor)
 Conselho da Organização Internacional do Café, 1999, Londres (Chefe)
 III Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), 1999, Seattle (Assessor)
 Consultas Brasil/Canadá sobre Contecioso Embraer/Bombardier, 2000, Montreal (Subchefe)
 Reunião de Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, 2000, Brasília (Chefe)
 Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 2000, Banff, Canadá (Assessor)
 Reunião do Comitê de Agricultura da OMC, 2001, Genebra (Chefe)
 Consultas sobre Negociações Comerciais Multilaterais, 2001, Genebra (Chefe)
 Consultas Econômicas Bilaterais Brasil-Reino Unido, 2001, Londres (Chefe)
 Conselho da Organização Internacional do Café, 2001, Londres (Chefe)
 Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 2001, Punta del Este (Assessor)
 I Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2001, Paris (Chefe)
 II Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2001, Paris (Chefe)
 Reunião do Cosenho Latino-Americano do SELA, 2001, Caracas (Chefe)
 IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), 2001, Doha, Catar (Assessor)
 Missão aos Estados Unidos para Consultas sobre Comércio de Aço, 2002, Washington (Chefe)
 Reunião Ministerial de Meio Período da UNCTAD, 2002, Bangkok (Chefe)
 III Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2002, Paris (Chefe)
 IV Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2002, Paris (Chefe)
 Reunião do Conselho Geral da OMC, 2002, Genebra (Assessor)

Obra publicada

A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930 - 1934, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1990.

Condecorações

Prêmio Rio Branco, 1º lugar, Medalha de Ouro no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
 Ordem do Rio Branco ,Grã Cruz, Brasil.
 Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.
 Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.
 Legião de Honra, Oficial, França
 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão


 EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
 DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Política Interna

Durante os primeiros meses de 2002, tornou-se mais nítida na Venezuela a tensão a opor, de um lado, as classes privilegiadas, a cúpula da Igreja católica, os proprietários dos meios de comunicação e empresários e, de outro, as classes menos favorecidas, militares de patente média e políticos partidários do Presidente. A situação agravou-se no momento em que o Presidente destituiu diretores da empresa estatal de petróleo PDVSA.

Empresários ligados aos meios de comunicação e a Fedecámaras, principal entidade patronal venezuelana, bem como determinados integrantes do alto comando das Forças Armadas, obtiveram o apoio da Confederação de Trabalhadores da Venezuela para a convocação de paralisação no dia 9 de abril. As Forças Armadas entraram em prontidão. No dia 11 de abril, manifestantes se dirigiram ao palácio presidencial para exigir a renúncia do Presidente. Durante o confronto que se seguiu entre manifestantes pró e anti-Chávez, morreram cerca de dez pessoas.

Na madrugada de 12 de abril foi anunciada a renúncia de Hugo Chávez, fato que viria a ser desmentido posteriormente. A suposta renúncia do Presidente foi anunciada pelo militar de mais alta hierarquia do Governo, General Lucas Rincón Romero. Pedro Carmona Estanga, Presidente da Fedecámaras, assumiu o Governo jurando sobre a Constituição de 1961, derogada pela atualmente vigente, de 1999, e em condições de vácuo institucional criado pela destituição do Vice-Presidente e dos demais membros do Governo.

Nas poucas horas do seu “governo”, Pedro Carmona dissolveu o Congresso, destituiu integrantes do Tribunal Supremo de Justiça, governadores e prefeitos, e prometeu a realização de eleições presidenciais dentro de um ano. Forças leais ao Presidente eleito organizaram manifestação popular que passou a exigir a reabertura da Assembléia e o retorno de Chávez, que se encontrava preso. Este reassumiu o Governo ainda durante o sábado 13 de abril, com apoio ostensivo das Forças Armadas. A manifestação que propiciou a volta de Chávez ao poder não foi divulgada pelos principais meios de comunicação venezuelanos, os quais reproduziam, em lugar da cobertura dos fatos em curso, as tomadas dos protestos verificados em 11 de abril.

Durante a crise, o Governo brasileiro se manifestou em coordenação com os países do Grupo do Rio e, em duas ocasiões, por meio de comunicados independentes, condenando a ruptura da normalidade institucional e ressaltando a necessidade, em todos os casos, de respeito à democracia e à ordem constitucional estabelecida.

Ao reassumir, o Presidente Chavez fez declarações em tom conciliador: exortou à calma, deixou claro

que não seriam praticadas perseguições e reconheceu haver cometido erros. Concretamente, propôs a convocação de “mesas de diálogo nacional”, nos campos político, econômico e social. Em entrevista à imprensa internacional que concedeu em 14 de abril, Chávez fez constar o seu reconhecimento a alguns países (Brasil, Chile, Guatemala, México, República Dominicana e Rússia) e agradeceu o telefonema que recebera, naquele dia, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Superado o episódio do golpe de Estado, o Governo do Presidente Chávez continua a enfrentar dificuldades. O Presidente anunciou mudanças no Gabinete, as quais foram, de forma geral bem aceitas, sobretudo as dos novos Ministros de Finanças e de Planejamento, profissionais de orientação liberal. Mais polêmica foi à passagem de Diosdado Cabello, ligado aos “círculos bolivarianos”, da Vice-Presidência para o Ministério do Interior e Justiça.

A questão militar reveste-se de contornos especialmente delicados. O Governo tem-se esforçado por recompor a estrutura de mando e evitar possíveis ameaças à ordem e à disciplina nas fileiras castrenses. A oposição continua a agir junto do oficialato com propósitos nitidamente políticos e desestabilizadores dos esforços do Presidente para equacionar a situação militar no cenário pós-golpe.

Os meios de comunicação mais influentes têm privilegiado de forma consistente, em sua cobertura dos eventos de abril, a versão defendida pela oposição e pelos próprios golpistas, os quais sustentam a tese de que não se teria registrado, em última análise, golpe de Estado na Venezuela, mas apenas “vácuo de poder”. Representantes do canal de televisão “Globovisión” e do diário “El Nacional” retiraram-se, em 15 de maio, das “mesas de diálogo” coordenadas pelo Vice-Presidente Vicente Rangel, assim como o atual presidente da “Fedecámaras”. Passou a ganhar força a idéia, ventilada pelos setores oposicionistas, de apresentar proposta de emenda constitucional que abrevie o mandato do Presidente.

O Governo colombiano atendeu a pedido de asilo que lhe foi feito por Pedro Carmona Estanga, havendo o Presidente Hugo Chávez concedido, em 27 de maio, salvo-conduto para que ele deixasse o país com destino à Colômbia. Em 30 de maio o Chanceler Luis Alfonso Dávila, identificado com o núcleo “duro” dos assessores do Presidente, foi substituído no cargo por Roy Chaderton, que foi Embaixador da Venezuela em Londres e Bogotá e estava designado para assumir a representação em Washington. A medida é interpretada como gesto do Presidente venezuelano em direção à flexibilização do relacionamento com os Estados Unidos.

Na primeira semana de junho de 2002, a Organização dos Estados Americanos, reunida em Assembléia-Geral em Barbados, ofereceu sua ajuda e apoio para a “consolidação” do processo democrático na Ve-

nezuela, em detrimento da proposta norte-americana de que a OEA viesse a atuar como mediadora das negociações políticas internas. O ex-Presidente norte-americano Jimmy Carter aceitou convite do Governo venezuelano para atuar como “facilitador” do diálogo nacional.

Como resultado de entendimentos informais alcançados durante visita do ex-Presidente Carter a Caracas, missão tripartite integrada por representantes do Centro Carter, da OEA e da ONU deu início, em 25 de julho, a missão de dois dias de facilitação do diálogo político interno. A recusa dos grupos de oposição em atender a convite formulado por Carter para uma reunião com o Governo ilustra o dogmatismo e intransigência desses setores, que, conclamando à desobediência civil e militar, colocam a saída de Chávez como condição para o diálogo — o que, naturalmente, torna o exercício inviável de antemão.

Embora a oposição não conte com liderança ou programa de Governo identificáveis, a situação interna é complexa e cerca de dificuldades a tentativa do Governo de levar adiante o diálogo e a concertação nacional. Em 14 de agosto, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela decidiu, por 11 votos a 8, eximir de responsabilidade os quatro principais oficiais envolvidos no golpe de Estado de abril. Houve distúrbios nas imediações do Tribunal, provocados por confronto entre simpatizantes do Governo, que protestavam contra a absolvição dos militares, e integrantes da Guarda Nacional. O Vice-Presidente José Vicente Rangel fez apelo à calma e à necessidade de respeitar a decisão do Judiciário. O Presidente Chávez afirmou que a decisão do Tribunal favorável aos militares insurretos coloca a Constituição “aprova”, o que não deveria, porém, levar os venezuelanos “a desesperar-se”.

A sentença do Supremo Tribunal, que procura apresentar justificativas políticas ou éticas para a atitude dos oficiais golpistas, conclui não ter havido rebelião, ainda que os militares em questão tenham desacatado ordens do Presidente da República e solicitado sua renúncia. Apesar de seu nítido viés político, a decisão do Judiciário constitui importante derrota para o Governo do Presidente Chávez.

O Governo venezuelano solicitou ao Conselho Permanente da OEA a discussão da situação interna no país, com o objetivo de fazer aprovar projeto de resolução que traduzisse a disposição do Governo em solicitar o envolvimento da Organização e de outras entidades internacionais (Centro Carter e PNUD) no diálogo nacional. Em 14 de agosto de 2002, o Conselho Permanente aprovou resolução sobre o assunto que passou a incorporar, por insistência da delegação norte-americana e apesar de oposição venezuelana inicial, menção à expressão “Coordenadora Democrática de Venezuela”, entidade que congregaria as forças oposicionistas que participariam do pretendido diálogo interno.

À crise político-institucional somam-se sinais de deterioração da atividade econômica que, para alguns

analistas, configuram quadro de “depressão”. A queda do PIB no segundo trimestre foi de 9,9% e a direção do Banco Central venezuelano já admite que, mesmo com um cenário de reaquecimento até o fim do ano, a contração em 2002 ficaria entre 3 e 4%. Nesse ambiente, entidades patronais e sindicais voltaram a aventar a possibilidade de convocação de uma greve geral, por tempo indeterminado, como opção para o intento de retirar Chávez do poder. As oposições contariam com os efeitos desestabilizadores de um movimento desse tipo, incluindo confrontos com partidários do Presidente, a exemplo do que ocorreu em abril, para gerar situação de comoção social e forçar a renúncia do mandatário. São notórias, no entanto, as divergências entre as entidades que compõem a “Coordenadora Democrática” a respeito dessa estratégia para abreviar o mandato de Chávez vis-à-vis as alternativas “convencionais” já cogitadas (proposta de emenda constitucional, convocação de uma Assembléia Constituinte, processos judiciais contra o Presidente, referendo revocatório ou consultivo relativo ao atual mandato). Figuras de destaque da “Coordenadora” questionam se a mencionada paralisação atrairia adesão suficiente a ponto de não fracassar em poucos dias, alertando que a idéia poderia revelar-se um “tiro pela culatra”.

A atmosfera interna venezuelana apresenta-se dessa forma conturbada e fragmentada, mesmo no campo da oposição, sobressaindo cálculos desencontrados dos principais atores sobre a linha a seguir e grupos díspares de compromisso com as vias institucionais e democráticas.

A reação do Governo às articulações para a greve geral tomou a forma de declarações contundentes do Presidente Chávez em 7 de setembro, com o anúncio de que pretendia baixar decreto autorizando os trabalhadores a assumir o controle de empresas cujos proprietários queiram “sabotar” a economia e “conspirar” contra o governo, assim caracterizado o componente de locaute da referida paralisação. Quanto às repercussões do golpe de Estado de abril, Chávez também direcionou seu “contra-ataque”, sem especificar as “ações” a serem tomadas, aos 11 magistrados do TSJ que absolveram os líderes militares do movimento. O Presidente exibiu, ainda, trecho de vídeo inédito da CNN, no qual oficiais dissidentes estariam tratando do uso de franco-atiradores no 11 de abril para criar o fato legitimador da conspiração.

Com tal pano de fundo, ocorreu na semana entre 9 e 13 de setembro visita da missão tripartite OEA-PNUD-Centro Carter, com o objetivo de avançar o processo de diálogo nacional. O fim de “baixar a temperatura política” na Venezuela, vocalizado inclusive por Otto Reich, não parece ancorado na retórica de ambos os lados, tendo Chávez manifestado a expectativa de que as oposições “desta vez não falem à reunião, mintam ou falem ao respeito, como fizeram quando Jimmy Carter aqui esteve”, e integrantes da “Coordenadora Democrática”

ca” ressaltado na imprensa a visão de que “com Chávez não há solução” e sinalizado, assim, a intenção de discutir com setores oficialistas e a missão internacional “como” e “quando” se poderá realizar a transição do regime.

Na semana seguinte, contudo, qualquer perspectiva de moderado otimismo viu-se dissipada por novos agravantes da tensão política: setores de oposição têm recorrido à incitação a uma rebelião militar, o que foi respondido com a prisão de oficiais ligados à tentativa de golpe de abril; explosão de bombas no centro de Caracas foi associada a supostos grupos armados chavistas.

A Embaixada dos EUA em Caracas emitiu comunicado sobre os últimos acontecimentos, condenando o recurso a meios violentos e inconstitucionais para resolver a crise política atual, seja por parte do Governo, seja da oposição. A nota parece indicar a disposição norte-americana em assumir posição de neutralidade, defendendo uma saída pacífica e democrática para o impasse venezuelano.

O decreto baixado pelo Governo estabelecendo oito “zonas de segurança” em Caracas, nas quais se proíbem manifestações públicas, foi o estopim para mais uma demonstração da oposição, que reuniu cerca de 60 mil pessoas em 26 de setembro. A “Coordenadora Democrática”, motivada com esse êxito, anunciou marcha a ser realizada em 10 de outubro, sob o nome de “Tomada de Caracas”. O movimento, em caso de prolongar-se por mais de um dia, poderia reforçar a greve geral de que cogitam a Confederação de Trabalhadores da Venezuela e a “Fedecámaras”. Persistiria, no entanto, falta de consenso no interior das oposições sobre a oportunidade e os riscos associados a um eventual fracasso da paralisação.

Preocupado com a “elevação das tensões”, o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, realizou, entre 2 e 4 de outubro, visita não previamente agendada à Venezuela, na qual procurou, tanto junto ao Presidente Chávez quanto à “Coordenadora Democrática”, impulsionar a aceitação do projeto de uma “Declaração de Princípios para a Paz e a Democracia na Venezuela” (objeto dos bons ofícios da missão tripartite). Gaviria classificou o texto como um “ponto de partida para uma saída civilizada e democrática” à atual crise política.

Política Externa

São três as diretrizes principais a nortear a ação externa do governo Chávez: (a) ênfase na integração regional latino-americana e caribenha; (b) fortalecimento do relacionamento com os países da OPEP; e (c) ampliação do leque de parcerias. Inspirada pela afirmação da autonomia e do não-intervencionismo na condução dos assuntos externos, bem como por um certo universalismo, a esta última diretriz se associam as freqüentes críticas do Presidente à conformação de um mundo unipolar e aos efeitos negativos da globalização.

Também àquela linha pode ser atribuída a aproximação que procura estabelecer com países vistos como potenciais contrapesos à hegemonia norte-americana, tanto no plano global (China, Rússia, França), como regional (Brasil – “o gigante do Sul”, como, em mais de uma oportunidade, se referiu Chávez a nosso país). Outro aspecto que decorre daquela visão sobre a inserção externa do país é o maior protagonismo almejado nos foros multilaterais, sobretudo os de concertação entre os países em desenvolvimento, como o G-15 e o G-77, cujas presidências se encontram no momento a cargo da Venezuela.

A relevância do relacionamento com Washington dispensaria maiores comentários, bastando recordar, no plano econômico, os vínculos resultantes do fato de absorverem os EUA cerca de metade das exportações da Venezuela e ser este país um dos principais (terceiro) fornecedores de petróleo e derivados para o mercado norte-americano. Durante o governo Chávez, as relações têm sido, não obstante, marcadas por desconfianças recíprocas e instâncias de atrito.

Vários são os pontos de vista divergentes, em questões que vão desde a aproximação com Cuba, à atitude crítica em relação ao Plano Colômbia, a proibição de sobrevôo de aeronaves norte-americanas para combate ao narcotráfico, a recusa de ajuda humanitária dos EUA para as vítimas das inundações que afetaram a Venezuela em dezembro de 1999, até a mudança do voto venezuelano na Comissão de Direitos Humanos da ONU, o qual passou a ser contrário à condenação da China, Irã e Cuba.

A atitude do Governo norte-americano durante o golpe de Estado em nada favoreceu a redução do mal-estar que prevalece nas relações bilaterais. Da mesma forma, a posição ambígua adotada pela Espanha na ocasião suscitou suspeitas, por parte do Governo Chávez, de que Madri e Washington compartilhariam visão pelo menos complacente em relação à ruptura constitucional verificada e estariam empenhados em “isolar internacionalmente” a Venezuela.

O anúncio de que o Governo norte-americano estaria contemplando a abertura, junto a sua Embaixada em Caracas, de “Escritório para Iniciativas de Transição”, a exemplo daqueles instalados no passado no Burundi, Sudão ou Guatemala, tampouco contribuiu para a melhoria da atmosfera bilateral. A respeito, o Chanceler Roy Chaderton sugeriu, em 30 de julho, criativa interpretação do princípio da reciprocidade, propondo que, assim como a Venezuela colabora na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, os Estados Unidos poderiam cooperar na busca e eventual extradição daqueles que buscam minar o estado de direito na Venezuela.

Em visita a Washington, 19 e 20 de agosto, o Chanceler Chaderton, após proferir discurso em sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA sobre o diálogo interno venezuelano e a Resolução aprovada pela OEA a

respeito no último dia 14 de agosto, reuniu-se no Departamento de Estado com os Subsecretários Richard Armitage, Otto Reich e Phil Chicola. A imprensa venezuelana noticiou que teria sido acordada visita de Reich a Caracas nas semanas seguintes e registrou a avaliação de Chicola de que o nível de “retórica, tensão e desconfiança” nas relações bilaterais teria diminuído no passado recente, embora “muito trabalho ainda reste por fazer.”

Pode estar em curso uma dinâmica em que os irritantes nas relações bilaterais passem a ser conjurados em nome de um arranjo de mútuo interesse. A visita do Subsecretário Assistente para Assuntos Andinos. Thomas Shannon, a Caracas, em 27 de setembro, após o comunicado emitido pela Embaixada dos EUA sobre a crise política venezuelana, parece indicar uma renovada fluidez no diálogo diplomático entre os dois países, em que elementos concretos colocados à mesa sinalizariam a possibilidade de uma barganha. Nesse sentido, foi noticiada a gestão empreendida por Shannon visando à revisão da proibição de sobrevôo de aeronaves norte-americanas em missões de combate ao narcotráfico. Agregado a isso, especula-se sobre possíveis entendimentos em torno de uma garantia de fornecimento de petróleo a longo prazo aos EUA, significativa na atual conjuntura de tensão no Oriente Médio. No tabuleiro de tal convergência bilateral, figurariam, portanto, de um lado, o respaldo de Washington à ordem constitucional na Venezuela e a permanência dos EUA como principal destino do petróleo exportado pelo país, e, de outro, a continuidade da Venezuela como fornecedor confiável na eventualidade de um conflito armado no Iraque e a flexibilização da posição refratária de Chávez na questão dos sobrevôos.

Relacionamento Brasil – Venezuela

O Brasil, fundamentalmente por intermédio do diálogo presidencial, tem procurado preservar e estimular a proximidade do Governo venezuelano aos principais valores e objetivos que hoje se congregam na comunidade sul-americana de nações. O Governo Chávez vem colocando o desenvolvimento de uma relação estratégica com o Brasil como meta de alta prioridade, o que é valorizado pelo lado brasileiro, especialmente no contexto de nosso interesse pela integração regional sul-americana.

Delegação parlamentar brasileira, chefiada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, foi recebida em 30 de abril pelo Presidente Hugo Chávez, o qual renovou, na ocasião, seu reconhecimento pela solidariedade demonstrada pelo Governo brasileiro no difícil momento que atravessa seu país.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Presidente Chávez carta datada de 23 de abril por meio da qual, além de aludir ao “projeto político corajoso” desenvolvido por seu homólogo, faz referência à tarefa que este tem diante de si “na busca de um caminho de

reconciliação” para a sociedade venezuelana. A carta do Presidente da República exprime ao Presidente da Venezuela o “apoio” que este “encontrará sempre no Brasil em seus esforços para a consolidação do Estado de Direito e para a participação de todos os venezuelanos no processo histórico de ampliação das liberdades e de fortalecimento da justiça.”

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 299, DE 2002

(Nº 923/2002, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Os méritos do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00350 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente.

I N F O R M A Ç Ã O**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE****ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**

Nascido em Niterói/RJ, 03 de fevereiro de 1947. Filho de Zózimo da Costa Menna Gonçalves e Ozilda Lisboa Menna Gonçalves. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. CAE, IRBr. "Proficiency Certificate in English, Michigan and Cambridge Universities. Licenciado em Língua Inglesa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito, Universidade de Brasília. Professor da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

CPF: 07593880753

ID: 3253 MRE

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970.

Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Primeiro Secretário, merecimento, 02 de março de 1979.

Conselheiro, merecimento, 21 de dezembro de 1983.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de junho de 1993.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 28 de junho de 2000.

Assessor do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1970/72

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, 1972/73.

Auxiliar do Chefe do Departamento da Europa, 1973.

Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1979/80.

Chefe, substituto, da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1980/84.

Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1980/84.

Secretário, substituto, de Informações do Exterior, 1990/92.

Assessor Especial do Subsecretário-Geral de Planejamento Político e Econômico, 1993.

Diretor-Geral do Departamento das Américas, 1999.

Âncara, Terceiro Secretário, 1971.

Âncara, Encarregado de Negócios, 1971.

Milão, Cônsul-Adjunto, 1974/76.

Milão, Cônsul-Geral, interino, 1974 e 1975.

La Paz, Segundo Secretário, 1977/79.

La Paz, Primeiro Secretário, 1979.

Washington, Conselheiro, 1985/88.

Caracas, Conselheiro, 1988/90.

Caracas, Encarregado de Negócios, 1989 e 1990.

Washington, Ministro-Conselheiro, 1994.

Washington, Encarregado de Negócios, 1995/96/98/99.

Feira Internacional de Amostras de Milão, 1975 e 1976 (Diretor do "stand" de Informações do Brasil).

Feira Internacional de Mármore e Máquinas de Sant'Ambrogio di Valpolicella, 1975 e 1976 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Salão Internacional do Móvel de Milão, 1976 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

III Reunião da Assembléia de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Sucre, 1977 (Delegado).

XVIII Período Ordinário de Sessões da CEPAL, La Paz, 1979 (Delegado).

Feira Internacional de Argel, 1979 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

Comitê de Peritos do Grupo Assessor Misto do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, Genebra, 1980 (Representante).

Grupo Assessor Misto do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, Genebra, 1980 (Representante).

Feira Internacional de Aeronáutica de Farnborough, 1980 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Comitê Técnico do Grupo Assessor Misto do ITC - GATT/UNCTAD, 1981 (Representante).

Diretor-Geral-Adjunto da V Exposição Industrial Brasileira em Caracas, 1981.

Feira Internacional de Lisboa, 1982 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos da América sobre Cooperação Industrial-Militar, 1983 (Representante do MRE).

Feira TECNOMIN, Lima, 1984 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

Comitê Ad-Hoc Brasil-Iraque, Bagdá, 1984 (Delegado).

XXIII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, Caracas, 1990 (Chefe da Delegação do Brasil).

Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da rodovia BR - 174, Caracas, 1988 (Chefe da Delegação do Brasil).

Grupo Interministerial para Revisão do Plano Plurianual 1991-1995 (Representante do MRE).

Painel de Peritos sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, Nova York, 1992 (Membro).

Comissão Especial Interministerial para Elaboração de Anteprojeto de Lei sobre Fluxo Internacional de Bens e Serviços na Área de Tecnologia Sensível, 1992 (Representante do MRE).

À disposição do Presidente dos EUA na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

Painel de Peritos sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, Nova York, 1994 (Membro).

À disposição do Secretário de Defesa dos EUA em sua visita ao Brasil, 1994.

Reunião Ministerial de Defesa das Américas, Williamsburg, 1995 (Delegado).

Grupo Revisor da Implementação da Cúpula das Américas, Washington e San Salvador, 1995 (Delegado).

Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Caracas, 2000 (Chefe da Delegação do Brasil).

Missão Especial à cerimônia de posse do Presidente do Peru, 2000 (Membro).

V Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, Barranquilla, 2000 (Delegado).

I Encontro Institucional Brasil-Guiana, Boa Vista, 2000 (Delegado).

IX Cúpula Ibero-Americana, Havana, 2000 (Delegado).

X Cúpula Ibero-Americana, Panamá, 2001 (Delegado).

Cúpula do Grupo do Rio, Santiago, 2001 (Delegado).

I Reunião de Coordenadores Nacionais sobre Diálogo Político MERCOSUL-CAN, Santa Cruz de la Sierra, 2001 (Chefe da Delegação do Brasil).

VI Reunião da Comissão de Vizinhaça Brasil- Colômbia, Rio de Janeiro, 2001 (Chefe da Delegação do Brasil).
 Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL, 2001.
 I Reunião de Ministros das Relações Exteriores MERCOSUL-CAN, Guiana e Suriname, La Paz, 2001 (Delegado).
 Reunião de Cúpula do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Montevideu, 2001 (delegado).
 Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, 2002 (Representante do MRE).
 Reunião de Cúpula do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Buenos Aires, 2002 (Delegado).
 II Reunião de Presidentes da América do Sul, Guayaquil, 2002 (Delegado).
 Missões Especiais às cerimônias de posse dos Presidentes da Bolívia e da Colômbia, 2002 (Membro).
 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
 Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.
 Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.
 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil.
 Ordem "Sol del Perú", Grande Oficial, Peru
 Ordem Nacional do Mérito, Grande Oficial, Paraguai
 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
 Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile
 Ordem Nacional ao Mérito, Grã-Cruz, Equador


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS

Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

Bolívia

DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República da Bolívia
Organização do Estado: República unitária e presidencialista
Capitais: La Paz (sede do governo) e Sucre (constitucional)
Área: 1.098.581 quilômetros quadrados
Extensão da fronteira com o Brasil: 3.126 quilômetros
Fronteiras: Peru (900km), Chile (861 km), Argentina (832 km) e Paraguai (750km)
Idioma: espanhol, quíchua, aimará
Maiores cidades: La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, El Alto
População: 8,28 milhões de habitantes (2001)
PIB preços correntes: US\$ 7,95 bilhões (2001)
PIB per capita: US\$933 (2001)
Moeda: peso boliviano
Presidente da República: Gonzalo Sánchez de Lozada
Ministro das Relações Exteriores: Carlos Saavedra Bruno
Representante do Brasil na Bolívia: Embaixador Stélio Marcos Amarante

Comércio Brasil-Bolívia

(US\$ milhões FOB)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL
1996	531	62	469
1997	720	26	694
1998	675	22	653
1999	442	23	419
2000	364	140	224
2001	333	256	77
2001 (Jan-Ago)	218	183	35
2002 (Jan-Ago)	297	250	46

Bolívia Situação Interna

O primeiro turno das eleições presidenciais bolivianas, realizado em 30 de junho último, registrou vitória do candidato Gonzalo Sánchez de Lozada, do partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e revelou desempenho surpreendente do candidato Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), ligado aos plantadores de coca, que terminou em segundo lugar.

Pesquisas eleitorais dos seis meses anteriores às eleições já vinham expondo o crescimento de candidaturas ditas “independentes”, isto é, não relacionadas aos principais partidos políticos bolivianos. Morales pode ter-se beneficiado, ainda, da reação do eleitor boliviano a declaração do Embaixador dos EUA, Manuel Rocha, segundo a qual a ajuda econômica à Bolívia poderia ser reduzida, caso o candidato **cocalero** viesse a ser eleito.

Os grandes partidos políticos da Bolívia, como o MNR, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e Ação Democrática Nacionalista (ADN), são os principais responsáveis pela chamada “democracia pactada”, cujas características fundamentais são o governo por coalizão e a aceitação do princípio de alternância no poder. Por esse sistema, a oposição, sempre com pelo menos um dos partidos grandes, aceita atuar dentro das regras do jogo. O sistema tem expressão prática em um segundo turno das eleições presidenciais que se realiza no Congresso, caso nenhum dos candidatos obtenha maioria no primeiro turno. Neste segundo turno, os partidos buscam formar alianças e coalizões em torno de uma chapa presidencial de consenso, a fim de garantir-lhe condições de governabilidade.

A coalizão política que levou à eleição de Gonzalo Sánchez de Lozada é um bom exemplo da “democracia pactada” em ação, ao unir tradicionais adversários políticos em torno de um pacto de governabilidade e da distribuição de cargos públicos. O fato de Jaime Paz Zamora ter chegado em quarto lugar nas eleições presidenciais não constituiu empecilho para que ele, e não os outros dois candidatos mais bem colocados, fosse a peça fundamental da equação política do atual governo boliviano.

O governo, embora formado por coalizão e eleito pelo Congresso, está sendo obrigado a lidar com um quadro partidário mais fragmentado, que reflete o maior poder alcançado por parte de partidos independentes. Nesse contexto, como principal novidade do quadro político que emergiu das eleições de 2002, destaca-se o marcado crescimento dos partidos de representação das populações indígenas. Ainda que as primeiras ma-

nifestações e posicionamentos das lideranças indígenas tenham se notabilizado pelo radicalismo, chegando ao extremo de questionar a própria legitimidade do Estado boliviano, e em última análise a existência do país como hoje o conhecemos, é de se esperar que um gradual processo de amadurecimento político leve tais lideranças a buscar formas mais construtivas de reivindicação de seus direitos. De todo modo, deve-se destacar o aspecto positivo da entrada em cena na vida política do país de camadas da população antes gravemente marginalizadas, o que certamente contribuirá, a longo prazo, para a legitimidade da democracia boliviana.

O Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada tomou posse em 6 de agosto último. O governo brasileiro foi representado nas cerimônias da posse pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio de Meio.

As dificuldades enfrentadas pelos partidos tradicionais nas últimas eleições também guardam relação direta com o quadro recessivo que vem caracterizando a economia boliviana nos anos recentes. Além do impacto negativo da política de combate à produção de coca sobre a atividade econômica geral, a Bolívia não foi capaz de atrair capital externo ou arregimentar poupança nacional em quantidades suficientes para a entrada em ciclo de crescimento sustentado, em que pese o aprofundamento de reformas de cunho liberal. Nesse sentido, pode-se também debitar parte do recente crescimento dos partidos “assistêmicos” ao desalento com o desempenho da economia, especialmente no que diz respeito à criação de renda e de empregos.

No campo econômico, o grande trunfo de Sánchez de Lozada nas eleições foi a promessa de amplo programa de obras e projetos públicos, a fim de reativar o emprego e impulsionar a demanda agregada. O novo governo vem enfrentando, no entanto, dificuldades para colocar em prática tal propósito, em virtude das exigências de ajuste fiscal por parte das agências financeiras internacionais.

Relações Bilaterais

O relacionamento entre o Brasil e a Bolívia apresenta hoje sinais muito positivos. O projeto do gasoduto e sua crescente indução de projetos de densificação econômica nos dois lados da fronteira tende a cristalizar uma firme tessitura de interesses entre os dois países que deverá mostrar-se imune a injunções de ordem conjuntural.

Um tema que preocupa é o do preço do gás boliviano vendido no Brasil. A Bolívia tem resistido às ponderações da Petrobras e de empresários do setor elétrico brasileiro de que a regra de formação de preço do gás boliviano torna a energia elétrica com ele produzida pouco competitiva, se comparada à energia hidroeétrica. A Petrobrás vem tentando negociar a substituição da regra atual, que vincula o preço do gás boliviano ao preço de uma cesta de derivados do petróleo no mercado internacional, por novo mecanismo, que incorpore, ao menos, tetos e pisos que limitem a volatilidade do preço do produto no mercado brasileiro.

Na visita de Estado à Bolívia do Presidente Fernando Henrique Cardoso (26 a 28 de junho de 2001) ficou registrado, na Declaração Presidencial de Tarija, o firme propósito de ambos os países de seguir avançando com projetos conjuntos de elevado significado econômico e social, como são as construções de termelétricas nos dois países e a implantação de um pólo petroquímico na região de fronteira, alimentados pelo gás natural boliviano.

De 10 a 12 de dezembro de 2001, o então Presidente Jorge Quiroga realizou visita de trabalho ao Brasil. Em Brasília, encontrou-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, entre outras autoridades, e reafirmou o interesse de progredir no caminho de aumento do valor agregado das exportações bolivianas ao Brasil, com ênfase particular para os projetos de pólo petroquímico e de produção de energia termelétrica.

Mesmo se considerados apenas os efeitos diretos das exportações de gás natural boliviano para o Brasil, é notável a mudança quantitativa e qualitativa no comércio entre os dois países. As importações brasileiras, que de 1996 a 1998 tinham média inferior a 30 milhões de dólares, alcançaram de janeiro a agosto de 2002 a cifra de 250 milhões de dólares, equivalente ao total importado pelo Brasil da Bolívia ao longo de 2001. Em que pese o fato de que as exportações brasileiras para a Bolívia ainda não tenham recuperado todo seu potencial, o que poderia vir a ocorrer caso a demanda interna no país vizinho volte a se aquecer, cabe ressaltar o significado político do relacionamento comercial entre os dois países. De fato, o papel do Brasil como principal mercado daquele país nos coloca em situação de grande responsabilidade, mas também de grande poder e influência.

A percepção de que o destino econômico boliviano atrela-se ao do Brasil causa algum desconforto em setores das elites políticas bolivianas mais vinculados aos EUA. Por outro lado, trata-se de um dado da realidade, que mesmo zonas do espectro político antes mais refratárias ao adensamento das relações com o Brasil, como é o caso do Presidente Sánchez de Lozada, vem tratando de reconhecer.

Como não poderia deixar de ser, a concentração do relacionamento comercial no tema do gás coloca a Petrobras em posição privilegiada para atuar como ponta de lança dos interesses brasileiros na Bolívia, ainda que a empresa estatal brasileira sempre pautasse suas ações por critérios técnicos e financeiros. A Petrobras-Bolívia consolidou nos últimos anos sua posição como maior principal empresa do país, com faturamento que chegou em 2001 a 900 milhões de dólares. O volume de investimentos diretos coloca.

A Bolívia, assim como o Equador, o Peru e o Chile, tem demonstrado grande interesse em projetos de integração da infra-estrutura e, em especial, em iniciativas que tornem realidade um “corredor interoceânico” entre a costa do Pacífico e a do Atlântico. No caso específico da Bolívia, o corredor que ligaria o Sudeste-Sul brasileiro ao litoral chileno-peruano, e que passaria por Santa Cruz de la Sierra, é visto pelo governo brasileiro como de grande importância, ao permitir a consolidação do processo de densificação econômica iniciado com a construção do gasoduto Bolívia-Brasil. Outro eixo rodoviário em estudo, também visto como estratégico pelos governos dos dois países, ligaria o Centro-Oeste brasileiro, a partir de Cuiabá, até Santa Cruz de la Sierra, daí seguindo para o litoral chileno.

Política Externa

Os principais eixos permanentes da política externa da Bolívia, além do relacionamento com o Brasil, são a chamada questão da mediterraneidade e o relacionamento com os EUA, com grande concentração no tema da coca e do narcotráfico.

O tema do acesso soberano da Bolívia ao mar, perdido para o Chile na Guerra do Pacífico, de fins do século XIX, tem forte conteúdo emocional para os bolivianos. O Brasil, tradicionalmente, vem pautando sua atuação no tema pelo respeito aos princípios de

não-interferência nos assuntos internos de outros países e de estímulo às soluções negociadas. Não obstante, o então chanceler Luiz Felipe Lampreia chegou a oferecer aos dois países o “auspício amistoso” do Brasil para o encaminhamento da questão. O Chile, porém, não se dispõe a reabrir a discussão sobre a questão, e reage a qualquer participação de terceiros países no desenvolvimento do tema. Os meios políticos bolivianos, por sua vez, vêm buscando vincular o tema às discussões sobre empreendimentos empresariais, como a proposta de exportação de gás liquefeito boliviano para os EUA e o México. Chile e Peru aparecem como candidatos a sediar a planta de liquefação e o porto de origem para o produto boliviano.

A dependência da Bolívia em relação aos Estados Unidos diminui em muito a margem de manobra de Sánchez de Lozada com relação à política de erradicação das plantações de coca. As preferências concedidas no âmbito do Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA), por exemplo, estão condicionadas pelos EUA à manutenção do esforço de erradicação. Além disso, a implementação do programa de governo de Sánchez de Lozada, que prevê muitas obras públicas, depende da obtenção de recursos junto a órgãos financeiros internacionais, também fortemente influenciados por Washington.

As iniciativas do Presidente boliviano de abrir o diálogo com o líder **cocalero**, Evo Morales, esbarram na intransigência da Embaixada dos Estados Unidos, que adota postura dura na questão da coca, percebida como sinônimo de cocaína. Exemplos da atitude norte-americana em relação ao tema são a escolha do ‘czar’ antidrogas John Walters para representar o Presidente Bush na posse de Sánchez de Lozada. A recente publicação pela imprensa de informe do Departamento de Estado, que afirma terem em dois anos as plantações de coca aumentado em 59%, também é percebida por alguns setores como pressão norte-americana para a continuação da política antidrogas adotada por Banzer e Quiroga.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 300, DE 2002
(Nº 924/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor STELIO MARCOS AMARANTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

Os méritos do Embaixador Stelio Marcos Amarante, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 351 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57. do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-Vitae do Embaixador Stelio Marcos Amarante, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE STELIO MARCOS AMARANTE**

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 03 de janeiro de 1942. Filho de Jurandyr Marcos Amarante e Esther de Castilho Amarante. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Chefes de Setor Comercial. CAE, IRBr.

CPF: 04691270744

ID: 1828

Terceiro Secretário, 03 de março de 1967.

Segundo Secretário, merecimento, 01 de agosto de 1968.

Primeiro Secretário, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 02 de março de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1987.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de junho de 1997.

Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Exposições, 1968/70.

Coordenador Técnico do Departamento de Administração, 1977.

Coordenador de Acompanhamento de Planos Nacionais da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, 1978/79.

Chefe da Divisão da Europa II, 1985.

Chefe da Divisão da Europa I, 1986.

Chefe, Substituto, do Departamento da Europa, 1986/88.

Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior, 1995/1999.

Berna, Segundo Secretário, 1970/73.

Bogotá, Segundo Secretário, 1973/75.

Bogotá, Encarregado de Negócios, 1973.

Teerã, Segundo Secretário, 1975.

Teerã, Primeiro Secretário, 1975/77.

Lisboa, Conselheiro, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/83.

Buenos Aires, Conselheiro, Chefe do Setor Político, 1983/85.

Bonn, Ministro-Conselheiro, 1988/91.

Bonn, Encarregado de Negócios, 1988/89/90.

Santiago, Ministro-Conselheiro, 1991/92.

Santiago, Encarregado de Negócios, 1992.

La Paz, Embaixador, 1998

Força Tarefa Especial para Assuntos Amazônicos, 1967 (membro).

III Feira de San Salvador, 1968 (representante).

IV Feira do Pacífico, Lima, 1969 (representante).

Seminário sobre Exportação de Serviços, Brasília, 1976 (participante).

Reunião da Grande Comissão de Cooperação Econômica Franco-Brasileira, Brasília, 1978 (delegado).

Reunião da Comissão Econômica Luso-Brasileira, Brasília, 1978.

À disposição do Chanceler da Venezuela por ocasião da posse presidencial, 1979.

IV Reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, 1979.

XXXVI Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Buenos Aires, 1984 (chefe da delegação).

Secretário Executivo da Comissão Internacional sobre Cooperação Científica e Tecnológica com os Países da Europa Oriental, 1985.

À disposição do Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, durante a Cerimônia de exéquias do Presidente Tancredo Neves, 1985.

À disposição do Sir Geoffrey Howe, Secretário para Assuntos Exteriores da Comunidade Britânica, 1985.
 XI Reunião da Comissão Mista Brasil-Brasil-Tcheco-Eslováquia, 1985 (subchefe).
 VIII Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS e comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Moscou, 1985.
 Encontro dos Chefes de Missão no Leste Europeu, Frankfurt, 1985.
 Delegado às Reuniões da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1986 e 1988.
 I Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica, 1986 (subchefe).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia, Brasília, 1986 (subchefe).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-Suécia, Brasília, 1986 (subchefe).
 Reunião da Comissão Mista Brasil-República Federal da Alemanha, Brasília, 1986 (membro).
 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica, 1986 (chefe).
 Encontro com os Chefes de Missão na Europa Ocidental, Genebra, 1987.
 Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em Visita Oficial aos Países Escandinavos, 1988 (membro).
 Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em Visita Oficial a Portugal, 1988 (membro).
 Comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita de Estado a La Paz, 2001.

Entre os anos de 1985 e 1988, proferiu palestras nas seguintes escolas militares: Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Escola do Estado-Maior do Exército, Escola de Guerra Naval e Escola Nacional de Informações.

Publicações: Prêmio de viagem à RFA em concurso promovido pelo Jornal "O Globo" e pela Embaixada da RFA em 1963, sobre o tema "O Muro de Berlim".

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.
 Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.
 Ordem do Mérito Aeronáutico, , Brasil.
 Ordem do Mérito Naval, , Brasil.
 Ordem de Ipiranga, Comendador, Estado de São Paulo, Brasil.
 Ordem de San Carlos, Oficial, Colômbia,
 Ordem Nacional do Mérito, Oficial, França.
 Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal.
 Ordem da Benemerência, Comendador, Portugal.
 Ordem de Cristo, Comendador, Portugal.
 Ordem Bernardo O'Higgins, Comendador, Chile.


 EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS
 DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**INFORMAÇÃO SOBRE A
REPÚBLICA DA IRLANDA**

Outubro de 2002

Avaliação das Relações Bilaterais**Diálogo Político**

As relações entre o Brasil e a Irlanda — praticamente inexistentes até 1991 — têm adquirido densidade desde a abertura naquele ano de nossa Embaixada residente em Dublin. Com a consolidação do processo de paz e o extraordinário crescimento econômico irlandês dos últimos cinco anos (em 2000, a Irlanda apresentou crescimento de 11% do PIB e um superávit fiscal de 2,4%, o maior da sua História; para 2002, o Governo prevê um crescimento de 3,9%), existem boas perspectivas para a intensificação do relacionamento, em especial nos campos econômico e cultural. A recente abertura de Embaixada residente da Irlanda em Brasília (novembro de 2001), após a visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Bertie Ahern, deverá contribuir para esse processo.

No plano político-diplomático o relacionamento bilateral é fluido e correto. O internacionalismo dos dois países facilita a aproximação e, freqüentemente, o apoio recíproco em organismos internacionais. Brasil e Irlanda são países pacifistas, que apoiam decididamente as atividades e iniciativas das Nações Unidas. Acumularam extensa experiência em matéria de cooperação internacional, de participação em Operações de Paz da ONU e da discussão e montagem dos principais mecanismos multilaterais de desarmamento mundial.

As mútuas visitas de personalidades de governo ou de técnicos, embora ocorram com escassa freqüência, costumam contribuir para a superação do recíproco desconhecimento.

Em passado recente, visitaram a Irlanda o Procurador-Geral da República, o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Doutora Ruth Cardoso. No sentido inverso, já visitaram o Brasil a então Presidente Mary Robinson, em 1995 (a primeira de um Chefe de Estado irlandês ao País), o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dick Spring, em abril de 1996, a Vice-Primeira-Ministra Mary Harney, em 1999, e o Ministro da Pesca e dos Recursos Marinhos, em agosto de 2001, além do Primeiro-Ministro Bertie Ahern, em julho de 2001, ocasião em que foi anunciada a abertura

da Embaixada irlandesa em Brasília, iniciativa de evidente alcance para as relações bilaterais.

Registre-se, ainda, a atuação de um grupo numeroso de ONGs irlandesas em relação a temas brasileiros, freqüentemente crítica. Algumas dessas ONGs (entre as quais sobressai a Trocaire, de origem católica) atuam diretamente em projetos de ajuda humanitária no Brasil.

Instalação de Embaixada em Brasília

O Primeiro-Ministro Bertie Ahern anunciou durante sua visita oficial ao Brasil, em julho de 2001, a abertura de Embaixada irlandesa em Brasília, o que deverá proporcionar um aumento na fluidez do diálogo e, no plano econômico, mais precisa avaliação das potencialidades do mercado brasileiro. A ampliação do serviço diplomático irlandês é tema polêmico da agenda política de um país cuja gestão pública é marcada por rigorosa disciplina orçamentária. No caso em exame, o Primeiro-Ministro empreendeu forte campanha de convencimento junto à área financeira de seu Governo (e também da opinião pública) sobre a importância da criação de um pequeno número de novas Embaixadas, entre as quais a de Brasília.

Relações Econômico-comerciais

No plano econômico, o fluxo de investimentos e o intercâmbio comercial ainda são pouco expressivos, apesar do extraordinário crescimento irlandês e do interesse mútuo em sua dinamização. Em 2001, as exportações brasileiras para a Irlanda somaram apenas US\$323 milhões e nossas importações, US\$245 milhões. Também em matéria de investimentos, o intercâmbio mantém-se abaixo da potencialidade existente. Entendimentos sobre cooperação na área de promoção de turismo vêm sendo mantidos entre entidades dos dois países.

O baixo volume de intercâmbio comercial, em termos relativos, (o Brasil respondeu, em 2001, por apenas 0,2% das exportações irlandesas e por 0,2% das importações daquele país), explica-se por peculiaridade da economia irlandesa na orientação operativa de seu comércio externo. A Irlanda troca prioritariamente com seus parceiros da UE — em especial com o Reino Unido (22% das exportações e 37% das importações, em 2001) — e com os EUA (17% das exportações e 15% das importações, em 2001). Um dos pontos fortes da economia irlandesa é a atuação como entreposto para internação de produtos de origem norte-americana no ambiente econômico da UE. Um segundo pilar econômico do país é o acolhimento de fábricas de

bens de consumo que exportam toda a produção para centros comercializadores na Europa e além.

Alguma movimentação existe, não obstante, por parte de órgãos de fomento ao comércio e investimento irlandeses no sentido de melhor avaliar a potencialidade do mercado brasileiro, como atesta a recente missão da Agência de fomento Enterprise Ireland ao Brasil. A melhor possibilidade real de aumento do intercâmbio Brasil x Irlanda ainda é o incremento dos esforços de prospecção do mercado irlandês por parte de associações de exportadores brasileiros, em busca de sinergias e oportunidades concretas de negócios.

Realizou-se na Irlanda, em novembro de 2001, **road show** da Firjan. Restrito em número de consumidores, o mercado importador irlandês é ainda assim importante por seu poder de compra (e de investimento) — proporcionado pela segunda maior renda **per capita** da EU e o quarto PNB **per capita** mundial. Tal esforço prospectivo poderá abrir importantes oportunidades exportadoras para firmas brasileiras em setores tópicos como: pacotes turísticos, móveis, vestuário e calçados, jóias e pedras preciosas e alimentos.

O turismo merece registro à parte. O público irlandês demonstra afeição por áreas distantes e por “artigos” considerados localmente raros, e que, no Brasil, são abundantes: calor e luz solar. Faltaria, no setor, a intervenção de operador(es) de peso, capaz de realizar o investimento que atraísse parte da demanda irlandesa para destinos no Brasil.

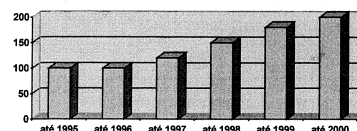
Também em matéria de investimentos, o intercâmbio mantém-se abaixo da potencialidade existente. A presença do grupo irlandês Kerry no Brasil, com duas fábricas de insumos alimentares em MC, constitui exceção honrosa. Outras áreas promissoras para acolhimento de investimentos irlandeses seriam: biotecnologia, agronegócios e IT/ITC — subsector que comanda o crescimento celta.

Deve-se mencionar, ainda, a presença na Irlanda de cerca de 600 operários especializados no processamento de carnes, contratados em regime temporário por frigoríficos locais. Registre-se, igualmente, que este surto migratório deu origem a outro, menos uniforme, envolvendo mão-de-obra empregada em hotelaria e serviços diversos. Complementando o quadro da presença de trabalhadores brasileiros na Irlanda, note-se ainda o recente aparecimento de contingente de técnicos em computação especializados em “localization” de programas, na produção de equipamentos de telecomunicações e gestores de alto nível em multinacionais.

Estoque total de investimentos irlandeses no Brasil
(em US\$ milhões)

até 1995	até 1996	até 1997	até 1998	até 1999	até 2000
100	100	120	150	180	200

Fonte: DE-I (estimativa com base em dados do Banco Central e das câmaras de comércio)



Comércio Brasil-Irlanda
(em US\$ milhões FOB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*	2002
Exportações	70	52	43	83	100	323	60	60
Importações	158	187	173	202	242	245	122	122
Saldo	-88	-135	-130	-119	-142	77	-62	-62

Fonte: MDIC. Jan. a junho

Principais produtos exportados: farelo de soja e extrato de óleo, bagaços e outros resíduos sólidos, madeiras compensadas, fumo e seus sucedâneos manufaturados, farelo de polpa cítrica, tecidos atalhados de algodão, propulsores de potência.

Principais produtos importados: químicos orgânicos, insumos para fármacos e fármacos, caldeiras e equipamentos mecânicos, instrumentos médicos, máquinas elétricas, acessórios para embalagens, unidades de discos magnéticos.

Relações Culturais e Educacionais

A riqueza das culturas brasileira e irlandesa constitui base fértil para o desenvolvimento de uma pauta de contatos nessa área. Também nesse setor existe potencial inexplorado. O Brasil dispõe, na Irlanda, de plataforma cultural natural: a cidade de Drogheda, que se especializou no estudo do samba e de percussão de origem latino-americana. Permanecem pendentes de definição projetos de geminação cultural de Drogheda com localidade brasileira igualmente reconhecida por ritmos afro-brasileiros e o apoio oficial do Brasil ao Festival de Samba na cidade, realizado anualmente no mês de julho.

Outra área que apresentaria potencial de crescimento é a do intercâmbio universitário. Como se sabe, uma das explicações do sucesso econômico da Irlanda é o notável esforço de investimento em educação realizado pelo país nas últimas décadas. Dele decorreu a criação de importante rede universitária de ensino e pesquisa. A presença de estudantes brasileiros nessa estrutura é incipiente, dado o alto custo dos cursos (cobrados de cidadãos provenientes de países não-membros da UE).

Duas das principais universidades de Dublin mantêm convênios com Universidades brasileiras em nível de pós-Graduação, no âmbito dos quais reduzido intercâmbio é promovido. Uma iniciativa de cooperação mais ampla poderia ser perseguida pela parte brasileira, envolvendo instituições como o CNPQ e negociando-se com a Parte irlandesa a alocação de vagas e bolsas para estudantes universitários e pesquisadores brasileiros.

INFORMAÇÕES GERAIS

Conjuntura política

As dimensões do país e o complicado sistema distrital adotado (baseado em votações com duas opções) dão à política interna irlandesa tinturas marcadamente personalistas. Não obstante a presença de inúmeras agremiações menores e de personalidades independentes no Legislativo, permeia o parlamentarismo irlandês uma espécie de bipartidarismo **de facto** entre o Fianna Fáil e Fine Gael, que se alternam no poder desde a Independência. Os contornos do quadro partidário não são, como em outras democracias liberais européias, definidos por posicionamento ideológico clássico. Os dois grandes partidos adotam, basicamente, a mesma orientação em termos de filosofia de governo. São partidos liberais, congregadores de lideranças enraizadas na burguesia industrial e agrária e nas profissões liberais. O Fine Gael é tido como partido ligeiramente mais conservador que seu rival e mais identificado com o meio agrário irlandês. O Fianna Fáil, partido do Primeiro-Ministro, aparece como agremiação mais cosmopolita e progressista. A distinção essencial entre os dois partidos é de natureza histórica. Originam-se ambos do Sinn Féin histórico, que uma vez conseguida a independência, dividiu-se em uma ala mais pragmática, favorável ao acordo com o Governo britânico, e outra desfavorável aos entendimentos com Londres. As duas alas deram origem ao Fine Gael (partido de Michael Collins) e Fianna Fáil (partido de Eamon de Valera). Os dois partidos convergem em manter a unificação da Irlanda como objetivo permanente de suas respectivas atuações políticas.

Componente ideológico mais pronunciado aparece no substrato político do terceiro maior partido, o Trabalhista, hoje alinhado com a "Progressive Governance", e nos partidos Verde e Democrático Progressista. Incapazes de romper a tradicional configuração da política irlandesa, o caminho encontrado por esses partidos para chegar, ainda que em posição secundária, ao poder, é buscar a formação de coalizões. Entre os pequenos partidos aparece como agremiação de crescente importância o atual Sinn Féin. Trata-se do único

partido implantado nas duas unidades políticas da ilha irlandesa, apresentando, na República, considerável potencial de crescimento em função de seu apelo fortemente nacionalista e do carisma de seu Presidente Gerry Adams.

As últimas eleições gerais (maio de 2002), consolidaram o poder da coalizão reunindo o Fianna Fáil, de Bertie Ahern, os Democratas Progressistas, de Mary Harney (Vice-Primeira Ministra) e parlamentares independentes. Referida coalizão, no poder desde 1997, deu prosseguimento à política liberal em matéria econômica, já aplicada pelo Governo anterior. O alcance de situação de virtual pleno emprego consolidou seus índices de popularidade, da mesma forma que a assinatura dos Acordos de Paz na Irlanda do Norte em 1998. O Governo chefiado pela dupla Ahern-Harney e, tal como reza a tradição irlandesa, integrado exclusivamente por Ministros com mandato parlamentar, é o primeiro a ser reconduzido pelo Dail desde 1969. Em linhas gerais, e em termos de nomes, denota continuidade em relação à administração anterior.

Conjunturas econômica e social

A crônica econômica internacional apelidou a Irlanda de "tigre celta" não apenas em função da rapidez do desenvolvimento irlandês, mas também da prioridade atribuída pelos planejadores locais à indução ao investimento em setores de alta tecnologia. Em 1973, com o ingresso do país na União Européia, a Irlanda atrelou seu sistema monetário ao alemão e optou pela atração em massa de empresas multinacionais mediante a concessão de renúncias fiscais e incentivos diretos. Essas opções —aliadas ao retorno do maciço investimento em educação e formação profissional— originaram o fenomenal crescimento irlandês dos últimos anos. Fatores político-geográficos contribuíram para esse resultado: a localização da ilha a meio caminho entre a Europa e a América do Norte (que favorece a instalação na Irlanda de "entrepósitos industriais") e a existência de afluente colônia de ascendência irlandesa (aproximadamente 55 milhões de indivíduos) nos EUA, com ramificações sólidas na política e nos meios empresariais. A essência do tigre "celta" é, assim, a presença de multinacionais que transformaram a ilha num integrado ambiente de produção de bens de alta tecnologia destinados à exportação para outros países da UE.

Os setores industriais básicos da economia são os de informática, telecomunicações, química e medicamentos. Um potente setor de serviços desenvolveu-se no país, estimulado por incentivos governamen-

tais. O complexo financeiro instalado em Dublin centraliza boa parte das operações de compensação entre bancos europeus. O setor agrário do país, embora haja perdido a predominância que já usufruiu em conjunturas passadas, mantém-se dinâmico, exibindo tendência à especialização na produção de carne e derivados para exportação (mais de 80% do volume da produção são exportados).

Há quase uma década o crescimento econômico do país tem sido o mais elevado da UE, tendo alcançado números anuais que se aproximavam dos 10% (o Governo prevê um crescimento de 3,9% em 2002, auxiliado por um crescimento próximo aos 10% das estatísticas exportadoras do país). Esse ritmo superaquecido de crescimento tem seus críticos, que prenunciam dificuldades para a “aterissagem” da economia irlandesa, e aventam a possibilidade de estouro da “bolha” de desenvolvimento celta. Até o momento, porém, as previsões pessimistas não encontram eco substancial na realidade. Mesmo que alguns episódios isolados de cessação de atividades de firmas multinacionais em solo irlandês se venham verificando, a economia irlandesa continua a crescer. Mantém-se em situação de virtual pleno emprego, é obrigada a importar mão-de-obra estrangeira, acumula saldos fiscais, e vê seu sistema bancário “padecer” do mal de um excesso de estoque de créditos.

O único indicador efetivo de desequilíbrio no cenário econômico do país é o aumento da inflação. A inflação irlandesa está entre as mais elevadas da área do euro, havendo superado, em recente medição, os 7% anuais. Atualmente encontra-se em 4%. O país, porém, reluta em aceitar medidas de contenção e disciplinamento monetário, o que gerou a primeira “reprimenda” da Comissão Européia a um país-membro em função de sua política econômica. Como resultado do **boom** econômico irlandês, a renda **per capita** do país já é a segunda maior da UE. O acentuado crescimento levou à decisão comunitária de confirmar a **graduation** do país, que está progressivamente deixando de receber ajuda dos fundos comunitários de desenvolvimento.

Política externa

País novo, emancipado no Século XX, desde a Independência a Irlanda buscou construir uma imagem diplomática própria, capaz de lhe reforçar a identidade nacional vis-à-vis a antiga potência colonial — com a qual o país celta sempre foi obrigado, pela proximidade e enraizamentos históricos, a manter relacionamento fortemente interativo. Embora existindo densos e crescentes vínculos econômico-comerciais, as relações entre a Irlanda e a Inglaterra são, como é natural, condicionadas

por ressentimentos antigos e pela questão da Irlanda do Norte. A reivindicação irlandesa por uma Irlanda unificada é um dos elementos balizadores da política externa do país.

O caminho escolhido, por Dublin, para marcar distância em relação à diplomacia britânica foi o do neutralismo, incorporado à Constituição nacional como princípio basilar de política externa. Este preceito permitiu ao país manter-se à margem da Segunda Guerra Mundial. Retardou, igualmente, o ingresso irlandês na Organização das Nações Unidas, ocorrido em 1955, e fundamentou, juntamente com a profissão de fé pacifista, também incorporada à Constituição, o não-ingresso na OTAN. Em 1999, Dublin dispôs-se a tomar parte na chamada “Parceria pela Paz”. O Governo irlandês foi, por isso, na época, acusado pelos defensores do neutralismo tradicional de inadmissível rompimento com os compromissos constitucionais de neutralidade.

A militância principista e multilateralista é traço fundamental da postura diplomática irlandesa. Como se o país buscasse compensar a sua parca geografia com uma atuação multilateral sobredimensionada. Nessa linha, sobressai a hiperatividade dos diplomatas irlandeses em áreas como: 1) Desarmamento — recorde-se, por exemplo, que coube à Irlanda apresentar nas Nações Unidas a proposta (retabulada em várias AGNUs) de assinatura de um TNP mundial; 2) Direitos Humanos — a militância irlandesa, (desenvolvida originalmente em função da problemática da Irlanda do Norte, porém posteriormente multidirecionada através da atuação de organizações não-governamentais e missionárias de origem irlandesas em dezenas de países) acabou por ser premiada com a obtenção do cargo de ACNUDH para a ex-presidente Mary Robinson; 3) Pacificação — a Irlanda é hoje o 6º país no mundo em número de efetivos colocados à disposição da ONU para missões de pacificação; e 4) Ajuda internacional — o país mantém o compromisso — na prática abandonado por quase todos os países ocidentais — de atingir as metas percentuais de ajuda internacional preconizadas pela ONU e pela OCDE.

A militância internacionalista da Irlanda explica a recente eleição do país, com expressiva votação, para mandato no CSNU. A campanha eleitoral irlandesa incluiu arregimentação de votos nos vários grupos de países a que, por diferentes afinidades, a Irlanda pertence: no de países pequenos ou insulares; no de países ocidentais; entre os anglo-saxões e no de nações neutralistas. Intenso apoio sobreveio-lhe, igualmente, do grupo de países de menor desenvolvimento relativo, recipiendários da copiosa ajuda internacional emanada

de Dublin. No Conselho, a Irlanda tem, até o momento, mantido postura discreta e pragmática, sem exageros principistas ou contestação aberta da hierarquia de poder no âmbito do órgão.

Ao lado da vertente internacionalista e dos capítulos especiais das relações com o Reino Unido e com a União Européia, a Irlanda mantém relação privilegiada com os Estados Unidos da América, país em que vivem dezenas de milhões de descendentes de emigrantes irlandeses. Esses descendentes – hoje muitas vezes alçados à cúpula dirigente, empresarial e política norte-americana – conformam um poderoso **lobby** pró-irlandês, ativamente atuante junto ao Governo de Washington. Os EUA exerceram, como se sabe, influência decisiva para a celebração dos Acordos de Paz na Irlanda do Norte, de 1998, que proporcionam à Irlanda perspectiva real de uma futura unificação da Ilha sob o enquadramento republicano. No plano econômico, foi basicamente o investimento de firmas multinacionais de origem norte-americana que transformou este país em “tigre” europeu.

Dados Básicos

Nome oficial: República da Irlanda

Língua: inglês, gaélico

População: 3,8 milhões (2001)

Área: 70 mil km²

Capital: Dublin

Cidades principais: Dublin (500 mil), Cork (130 mil)

PIB: USD 103 bilhões (2001)

PIB per capita:

Chefe de Estado: USD 27 mil (2001)

Chefe de Governo: Presidente Mary McAleese

Ministro do Exterior: Primeiro-Ministro (Taoiseach) Bertie Ahern

Embaixador em Brasília: Brian Cowen Martin Green

Fontes: /Me The Economist

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 301, DE 2002

(Nº 925/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto nos arts. 56 e 66 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Os méritos do Ministro Kywal de Oliveira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 352 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Ministro Kywal de Oliveira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Lafer.**

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM-VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE KYWAL DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro/RJ, 19 de maio de 1946. Filho de Kywal Samborjense de Oliveira e Leny Ramos de Oliveira. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UEG. CPCD, IRBr. CAE, IRBr.

CPF: 09779396187

CI: MRE: 5123

Terceiro Secretário, 06 de fevereiro de 1973.

Segundo Secretário, merecimento, 18 de agosto de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1984.

Ministro de Segunda Classe, 24 de junho de 1993.

Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1974/1976.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1982/1983.

Chefe do Serviço de Cadastro e Lotação, da Divisão do Pessoal, 1983/1985.

Assessor do Chefe do Departamento do Pessoal, 1985.

Chefe da Divisão do Pessoal, 1993/95.

Coordenador-Geral da Coordenadoria-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, 1998-2000

Buenos Aires, Segundo Secretário, 1976/79.

Roma, Segundo Secretário, 1979.

Roma, Primeiro Secretário, 1982.

Madri, Conselheiro, 1985/88.

La Paz, Conselheiro, 1988/90.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1988.

Miami, Cônsul-Geral Adjunto, 1990/93.

Miami, Encarregado do Consulado-Geral, 1991.

Sydney, Cônsul-Geral, 1995/98.

Dili, Chefe do Escritório de Representação, 200-2002

Dili, Encarregado de Negócios, 2002.

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, Brasília, 1973 (assessor).

Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, Brasília, 1974 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1974 (assessor).

III Conferência Interamericana de Telecomunicações, Buenos Aires, 1979 (delegado).

I Conferência sobre o Fluxo Transnacional de Dados, Roma, 1980 (delegado).

V Reunião Extraordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, Madri, 1986 (Chefe da Delegação).

X Reunião Ordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, Açores, 1987 (Chefe da Delegação).

Reunião de Partes Interessadas no Estabelecimento da Força de defesa de Timor- Leste, Dili, 2000 (chefe da delegação).

Comitiva Oficial do Senhor Presidente da República em visita a Timor Leste, Dili, 2001 (membro).

Reunião Intermediária de Países Doadores sobre Timor-Leste, Dili, 2001 (chefe da delegação).

Reunião de Países Doadores, Dili, 2002 (chefe da delegação).

Comitiva Oficial do Senhor Ministro de Estado às Celebrações da Independência de Timor-Leste, Dili, 2002 (membro).

Medalha do Pacificador.

Medalha do Mérito Santos Dumont.

Ordem Ao Mérito, Oficial, República Italiana.

Ordem de Mayo ao Mérito, Oficial, República Argentina.

Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, CPCD, IRBr.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

TIMOR LESTE
MAÇO INFORMATIVO

AGOSTO DE 2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA II

Índice	PG
1. Dados Básicos	3
2. Traços Históricos Gerais	5
3. Política Interna	8
4. Política Externa	13
5. Economia	14
6. Relações Bilaterais	15

1. Dados Básicos

Nome oficial: República Democrática de Timor-Leste

Superfície: 19.000 km²

População (2001): 825.000

Língua oficial: Português e Tétum

Capital: Díli

Sistema político: República Parlamentarista

Chefe de Estado: Presidente Kay Rala Xanana Gusmão

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Mari Alkatiri

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: José Ramos-Horta

Moeda: Dólar norte-americano

PIB (2001): US\$ 380 milhões

PIB “per capita” (2001): US\$ 422

Crescimento real do PIB (2001): 15%

Inflação (2001): 3,00%.

Reservas Internacionais (2001): US\$ 15,90 milhões.

Comércio exterior: Exportações (2001) = US\$ 30,00 milhões

Importações (2001) = US\$ 161,00 milhões

Intercâmbio comercial (2001) = US\$ 191,00 milhões

O Timor Leste compreende a metade oriental da ilha de Timor. Situa-se no Arquipélago das Pequenas Ilhas Sonda, a 500 quilômetros ao norte da Austrália, sendo banhado pelo Oceano Índico (Mar do Timor) ao sul e pelo Oceano Pacífico (Mar da Banda) ao norte. Ocupa uma superfície de 19.000 km² (menor do que a de Sergipe), incluído o enclave de Oecussi, localizado a 70 km dentro do território indonésio, e a pequena ilha de Ataúro. A distância da fronteira com Timor Oriental à extremidade nordeste da ilha é de 265 km, enquanto a largura máxima é de 92 km. A parte ocidental da ilha é ocupada pela província indonésia de East Nusa Tenggara (Timor Ocidental), cuja capital é Kupang.

Estima-se atualmente a população de Timor Leste em cerca de 850 mil habitantes, dos quais em torno de 50 a 60 mil refugiados timorenses em Timor Oeste. Haveria cerca de 80 mil timorenses vivendo na Austrália, em Portugal, na Indonésia e em Macau.

A composição étnica da população é heterogênea, com grupos das etnias tétum, mambai, gari e kemah, de origem malaia, melanésia e polinésia, além de 36 subgrupos étnico-lingüísticos.

Os timorenses são conhecidos como “povo maubere”, termo cunhado pela resistência, que não se refere a um grupo étnico em particular, e poderia ser traduzido como “povo caboclo” ou “caipira”.

Mais de 90% da população timorense é católica. Há, ainda 4% de muçulmanos, 3% de protestantes e 2% de animistas. Contrariamente ao que aconteceu nas demais ilhas do arquipélago indonésio, Timor Leste praticamente não teve contato com o islamismo ou com o hinduísmo, mantendo uma tradição animista associada à prática generalizada do catolicismo, herança da colonização portuguesa.

2. Traços Históricos Gerais

A chegada dos primeiros portugueses ao Timor data do século XVI. Por volta de 1514, navegadores lusitanos aportaram no território, em busca do lucrativo sândalo branco ali existente. Em 1651, entretanto, os holandeses conquistaram Kupang, localidade no extremo ocidental de Timor, iniciando-se a divisão da ilha entre Holanda e Portugal que, no entanto, somente em abril de 1859 celebrariam tratado delimitando a fronteira entre o Timor português (Timor Leste) e o Timor holandês (Timor Ocidental). Quando, em 1945, as Índias Orientais Holandesas declararam unilateralmente a independência, constituindo a República da Indonésia, o Timor Ocidental passou a fazer parte integrante do novo Estado. Em 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) pro-

clamou, unilateralmente, a independência da República Popular de Timor Leste.

Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu e ocupou militarmente o Timor Leste. Por ato de 17 de julho de 1976, com base na solicitação de uma “Assembleia Popular” de 37 delegados, o Governo indonésio consumou a anexação do território como a 27^{1ª} província da República da Indonésia, gesto não reconhecido pelas Nações Unidas, que continuaram a conferir ao Timor Leste o estatuto formal de Território Não Autônomo sob Administração Portuguesa.

Os timorenses, porém, impuseram às Forças Armadas indonésias uma insuspeitada resistência. Durante 24 anos as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL), ao custo de milhares de vidas, continuaram, na guerrilha, a luta pela independência de seu país. Por vezes quase desapareciam, para, de um momento para o outro, renascer com inesperado vigor e jamais depor suas armas, ainda quando, em determinado momento, eram pouco mais de centena e meia que ainda lutavam por Timor Leste.

A certa altura, perderam, em combate, seu grande líder, Nicolau Lobato, mas, em 1980, as FALINTIL passaram ao comando de um líder guerrilheiro, então com 34 anos de idade, que sobrevivera aos piores momentos da luta. Era Xanana Gusmão, que reagrupou suas forças e imprimiu novo rumo à luta de libertação nacional, criando uma rede clandestina de apoio à guerrilha, formando uma aliança com a Igreja e impulsionando a unificação das forças políticas timorenses no Conselho Nacional da Resistência Maubere, que mais tarde se chamou Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). Durante anos e anos, enquanto a diáspora timorense, no exílio, clamava em favor da independência de seu país, no interior, separados do resto do mundo por uma cortina de silêncio, os timorenses, de arma na mão e sem santuários, combatiam incansavelmente o ocupante estrangeiro.

De 1975 a 1982, a Assembleia Geral condenou a ação perpetrada pelas autoridades de Jacarta mediante resoluções que afirmavam o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. O Brasil, em todas as ocasiões, votou a favor da aprovação dessas resoluções. A partir de 1983, as discussões sobre o estatuto político do território do Timor Leste passaram a ser conduzidas no âmbito do diálogo tripartite que foi institucionalizado entre Portugal, Indonésia e o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU).

Em novembro de 1991, um incidente em Díli, chamou a atenção do mundo. Um numeroso grupo de estudantes, à saída da missa pela morte de um colega, dirigiu-se ao Cemitério de Santa Cruz, em Díli, para depositar-lhe flores no túmulo. Em meio à deposição, surgiram

militares indonésios, que, de cima de caminhões, dispararam contra a multidão, provocando centenas de mortos, feridos e desaparecidos, no que ficou conhecido como o “Massacre de Santa Cruz”. O incidente foi documentado por jornalistas e divulgado em todo o mundo, desmentindo a tese de que a integração de Timor Leste na Indonésia era completa e já não tinha mais oponentes.

Em 1992, a resistência sofreria uma derrota, ao ser preso Xanana Gusmão, que somente viria a ser libertado em 1999. Em 1996, no entanto, os ventos começam a soprar decididamente a favor dos combatentes timorenses, quando dois compatriotas seus, o Bispo de Dili, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, e o Doutor José Ramos-Horta, o diplomata da causa de Timor Leste independente, dividiram o Prêmio Nobel da Paz e chamaram a atenção do mundo para o que se passava em seu pequeno país.

Os Chanceleres de Portugal e Indonésia, sob os auspícios do SGNU, assinaram, em 5 de maio de 1999, em Nova York, acordos para a realização de uma consulta popular sobre o futuro político do Timor Leste, na qual os timorenses escolheriam se aceitariam a proposta de autonomia especial, dentro da República da Indonésia, ou se, ao contrário, rejeitariam aquela proposta, iniciando processo que levaria à independência do território. A fim de organizar e supervisionar a consulta popular prevista nos acordos de 5 de maio, o Conselho de Segurança criou, pela Resolução 1246 (1999), de 11 de junho de 1999, a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET). O mandato da Unamet foi subsequente estendido até fins de novembro de 1999 pelas Resoluções nºs 1.257 (1999), de 3 de agosto de 1999, e 1.262 (1999), de 27 de agosto do mesmo ano. Por esta última resolução, a Unamet passou a ser composta por contingente de até 460 observadores policiais, 300 oficiais de ligação, além dos componentes eleitoral, de assuntos civis e de informação pública.

Tão logo o resultado do plebiscito foi conhecido, milícias pró-Indonésia iniciaram ondas de violência, saqueando e queimando todo o território. Diante da incapacidade das autoridades indonésias em controlar a situação, criou-se uma força internacional de paz, com participação do Brasil, que, em 20 de setembro de 1999, desembarcou em Timor Leste. O Conselho de Segurança instituiu também a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), cuja chefia foi confiada ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Ao longo de seu mandato, que se estendeu por dois anos e meio, a UNTAET cuidou de organizar e reconstruir o país. Após a proclamação da independência, foi criada pelo Conselho de Segurança a Missão de Apoio das Nações Unidas a Timor Leste (UNMISSET).

3. Política Interna

Timor Leste foi, até setembro de 2001, administrado por um Gabinete, chefiado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e administrador transitório, Sérgio Vieira de Meira, e composto por nove Membros, com quatro pastas ocupadas por funcionários internacionais e cinco por timorenses. O Gabinete e o Conselho Nacional (um quase-parlamento timorense formado por 36 membros da sociedade civil nomeados pelo Administrador Transitório) formaram a chamada Administração Transitória de Timor Leste, ou EITA na sigla inglesa.

O Conselho Nacional foi, até 28 de março de 2001, presidido por Xanana Gusmão, quando foi substituído pelo empresário Manuel Carrascalão. O Conselho Nacional, que foi dissolvido às portas das eleições de 30 de agosto, teve a atribuição de discutir projetos de regulação. A composição do Conselho Nacional refletiu a proporcionalidade de forças políticas do plebiscito de 1999, acrescida de representantes dos setores mais importantes da sociedade civil timorense: Igreja, empresários, estudantes, etc.

Do ponto de vista administrativo, Timor Leste está dividido em 13 Distritos, cada qual chefiado por um Administrador Transitório. Entre os treze distritos está o enclave de Oecussi, onde primeiro se estabeleceram os portugueses e que se encontra inserido no Timor Oeste. Apesar do país ter aproximadamente a superfície do Estado de Sergipe, a estrutura administrativa possui ainda vários escalões: região, zona ou posto, “suco” e aldeia. Cada região, posto, “suco” ou aldeia possui seu chefe, em sua maioria nomeados pelo CNRT após o plebiscito de 1999.

Em 30 de agosto de 2001 foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte de Timor Leste. A Assembleia redigiu a carta constitucional que foi assinada em 22 de março de 2002. A Assembleia Constituinte se transformou na Assembleia Legislativa do país, em 20 de maio deste ano. A Assembleia é unicameral, formada por 88 membros.

Em 14 de abril de 2002 houve eleições para Presidente da República de Timor Leste. Xanana Gusmão, apoiado por uma coligação de dez partidos, foi eleito com 82,7% dos votos, derrotando Francisco Xavier do Amaral, apoiado por duas pequenas agremiações. A Fretilin, o partido majoritário não apresentou candidato. Sua posição era a de apoiar Xanana Gusmão, desde que este se apresentasse como candidato independente. O novo Presidente de Timor Leste tomou posse em 20 de maio.

Passados os dois primeiros meses desde as cerimônias de independência de Timor Leste, em 20 de maio, o Governo do Primeiro Ministro Mari Alkatiri, dis-

pondo de maioria estável no Parlamento Nacional, não tem encontrado dificuldades em fazer aprovar as leis de seu interesse. A FRETILIN (Frente Timorense de Libertação Nacional), partido do Primeiro Ministro, foi o mais votado nas eleições de 30 de agosto de 2001, ainda que não tenha conseguido obter a maioria de 2/3. O segundo colocado, foi o jovem Partido Democrático (PD), seguindo-se o Partido Social-Democrata, com apenas seis representantes no Parlamento.

O Presidente da República, Xanana Gusmão, tem representado seu país no exterior, com a utilização de sua carismática imagem para promover as relações do país com a comunidade internacional.

Biografia de Xanana Gusmão

Kay Rala Xanana Gusmão nasceu em 20 de junho de 1946 em Laleia, Manatuto, Timor Leste.

Aderiu, em 1975, à FRETILIN – Frente Revolucionária para um Timor Leste Independente.

Em dezembro de 1978, assumiu a liderança da FRETILIN. Em Março de 1981, organizou a Primeira Conferência Nacional da FRETILIN na qual é eleito líder da Resistência e Comandante-em-Chefe das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste).

Em 20 de novembro de 1992 foi capturado pelas forças armadas indonésias e mantido prisioneiro em Jacarta, onde foi sentenciado a pena perpétua, sentença posteriormente comutada para 20 anos.

O referendo de 30 de agosto de 1999, patrocinado pela Nações Unidas, que rejeitou a proposta de autonomia apresentada pela Indonésia, representou o fim da ocupação Indonésia de Timor Leste e o início do processo de transição para a independência, liderado pela Nações Unidas. Xanana Gusmão foi libertado em 7 de setembro de 1999.

Em agosto de 2000, Xanana Gusmão foi eleito Presidente do CNRT/Congresso Nacional. De novembro de 2000 a abril de 2001, foi Presidente do Conselho Nacional, órgão legislativo da Administração Transitória de Timor Leste.

Em 14-4-2002, foi eleito Presidente da República, tendo tomado posse em 20 de maio de 2002, após a declaração de Independência da República Democrática de Timor Leste.

O Presidente Xanana Gusmão, entre outras distinções, foi homenageado com os títulos de Cidadão Honorário de Brasília, em 1995; Cidadão Honorário de São Paulo, em 1998. Recebeu ainda, em 2000, a Medalha da Vice-Presidência da República Federativa do Brasil e a Ordem do Mérito José Bonifácio, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em sua visita ao Brasil, em 29 e 30 de julho de 2002, o Presidente timorense foi agraciado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Primeiro Governo Constitucional de Timor Leste

1. Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento e Meio Ambiente, Mari Alkatii;

2. Ministro de Estado, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Ramos-Horta;

3. Ministra da Justiça, Ana Pessoa;

4. Ministra do Planejamento e Finanças, Madalena Boavida;

5. Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Ovídeo de Jesus Amaral;

6. Ministro da Administração Interna, Rogério Tiago Lobato;

7. Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, Estanislau Aleixo da Silva;

8. Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Armindo Maia;

9. Ministro da Saúde, Rui de Araújo;

10. Secretário de Estado da Defesa, Roque Rodrigues;

11. Secretário de Estado do Trabalho e da Solidariedade, Arsénio Paixão Bano;

12. Secretário de Estado do Comércio e Indústria, Arlindo Rangel da Cruz;

13. Secretário de Estado do Conselho de Ministros, Gregório de Sousa;

14. Secretário de Estado para Assuntos Parlamentares junto ao Primeiro-Ministro, Antoninho Bianco;

15. Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Luís Guterres.;

16. Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Jorge Teme;

17. Vice-Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, César Vital Moreira;

18. Vice-Ministro da Justiça, Domingos Sarmiento;

19. Vice-Ministro da Justiça, Manuel Abrantes;

20. Vice-Ministra do Planejamento e Finanças, Aicha Bassarewan;

21. Vice-Ministra da Administração Interna, Ilda Maria da Conceição;

22. Vice-Ministro da Saúde, Luis Lobato;

23. Secretário de Estado para Eletricidade e Águas (Ministério dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas), Egídio de Jesus;

24. Secretário de Estado do Turismo, Meio Ambiente e Investimento (Ministério do Desenvolvimento e Meio Ambiente), José Teixeira;

25. Secretário de Estado da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto), Virgílio Simith.

5. Política Externa

Timor Leste independente trata de pôr em prática a estratégia diplomática concebida e anunciada pelo Dou-

tor Ramos-Horta desde o primeiro momento em que assumiu a responsabilidade pela condução dos negócios estrangeiros de seu país. As duas maiores prioridades são Austrália e Indonésia, seguidas de Portugal, União Européia, Nações Unidas e Estados Unidos, bem como a inserção na CPLP e ASEAN.

No terreno dos movimentos externos, a primeira viagem oficial de Xanana Gusmão, na qualidade de Presidente da República, fez-se à Austrália. Em seguida, viajou à Indonésia para o estabelecimento formal de relações diplomáticas com o antigo invasor, cuja Presidente, embora comparecesse a Díli, nas celebrações da Independência, não desejou estabelecê-las na capital timorense. A visita a Portugal ocorrerá em breve, logo depois da presença na Assembléia-Geral das Nações Unidas em setembro. Antes teve lugar a visita oficial ao Brasil e a participação na IV Conferência dos países da CPLP, quando se dará o ingresso formal de Timor Leste na organização.

Com respeito ao mundo lusófono, a Constituição timorense assevera, por um lado, que “a República Democrática de Timor Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”. Portugal e os lusófonos ocupam lugar de particular relevância, situando-se neste contexto ações como a adoção do português como língua oficial (ao lado do tétum) e a adesão à CPLP. Timor Leste deverá manter a política externa de gestos equilibrados para os vários quadrantes que hoje pratica. Nela haverá certamente lugar especial para o mundo de língua portuguesa e para o Brasil.

6. Economia

Timor Leste era uma das províncias mais pobres da Indonésia, com uma renda **per capita** de cerca de US\$350 em meados dos anos 90. O PIB real cresceu à taxa média de 10% em 1994-96, em boa medida graças a gastos com construção de estradas e edificação pelo Governo indonésio. Naquele triênio, o PIB **per capita** aumentou 23%, atingindo US\$430 em 1996.

Na esteira da crise asiática, o crescimento diminuiu para 4% em 1997 e para 2% negativos em 1998. Com o cancelamento ou adiamento de projetos de construção de estradas e de edificações, o setor de construção contraiu-se quase 30% em 1998. Este declínio foi parcialmente compensado pela manutenção do crescimento do setor financeiro, da administração pública, defesa, serviços públicos e hotéis. A produção agrícola manteve-se praticamente inalterada. Em linha com a situação na Indonésia, a inflação e os juros aumentaram em 1998 para 80% e 38%, respectivamente.

A economia e a estrutura institucional de Timor Leste sofreram profunda desorganização em decorrência do surto de violência e destruição que se seguiu ao plebiscito de 30 de agosto de 1999. Estima-se que o PIB real tenha declinado quase 40% em 1999 (estimativas mais recentes, no entanto, indicam que a queda pode ter

sido um pouco menor). O choque de oferta foi dramático, refletindo o efeito combinado da interrupção do ciclo agrícola, da destruição dos estoques locais de produtos manufaturados, do fechamento da fronteira com Timor Leste e da limitação das operações do porto de Díli. Cerca de 70% dos prédios públicos, e muitos prédios privados, foram parcial ou completamente destruídos e/ou saqueados. Embora muitos agricultores tivessem retornado a suas terras em outubro e novembro, o plantio para as colheitas de 2000 começou tarde, e com dificuldades decorrentes da destruição de sementes. A infra-estrutura — estradas, geração de eletricidade e água, portos e aeroportos — sofreu danos graves.

Entre as dificuldades inerentes à reconstrução e à preparação para a independência timorense, destaca-se o fato de que a colonização portuguesa e a ocupação indonésia não haviam contribuído para a criação de quadros com capacidade gerencial. Em particular, a Indonésia criou uma cultura de dependência de empregos, transferências e subsídios governamentais. Além disso, criou-se uma infra-estrutura pouco desenvolvida, mas de manutenção dispendiosa.

A atividade econômica no território começou a se recuperar no ano 2000, impulsionada sobretudo pelo comércio, serviços básicos e reconstrução de edifícios públicos e residenciais. Diversos restaurantes, hotéis e locadoras de veículos estão operando em Díli, e o serviço postal entre Díli e Baucau foi restabelecido. Várias empresas estrangeiras estão operando, sobretudo em construção e transporte marítimo.

Prevê-se que até meados da década a exploração do petróleo no “Timor Gap” venha a render ao Estado timorense recursos significativos, suficientes para o financiamento do orçamento público.

7. Relações Bilaterais

O Brasil votou consistentemente nas Nações Unidas em favor da independência de Timor Leste.

A história mais recente das relações bilaterais retrocede a fevereiro de 2000, quando o Embaixador do Brasil em Jacarta entregou a Xanana Gusmão carta pela qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso o convidava a visitar o Brasil.

O Brasil recebeu as visitas do Presidente Xanana Gusmão (então na qualidade de Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, CNRT) e do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, ambas em março/abril de 2000. Recebeu igualmente visita do atual Secretário da Defesa, Roque Rodrigues.

Em 1º de junho de 2000 começou a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli, transformado em Embaixada em 20 de maio de 2002.

Em 22 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a Doutora Ruth Cardoso visitaram Timor Leste para reafirmar o interesse brasileiro em cooperar com o país e garantir o seu direito à independência.

Realizou visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro de 2002, o Administrador Transitório de Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, que, em seus contactos com autoridades brasileiras, deu ênfase à participação do Brasil na Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz e à cooperação nos terrenos da defesa, da educação, da saúde e da agricultura.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores representou o Brasil na cerimônias de independência de Timor Leste, realizadas em 20 de maio de 2002. Na mesma data, foram estabelecidas relações diplomáticas com o novo Estado, assinados Acordos de Cooperação Técnica e Educacional e o Escritório de Representação do Brasil em Díli foi elevado à categoria de Embaixada.

O Presidente Xanana Gusmão realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 29 e 30 de julho deste ano, às vésperas da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, por ocasião da qual ingressou formalmente na CPLP. Durante sua estada em Brasília, tendo em vista a importância da consolidação da língua portuguesa em Timor Leste, foi criado por Decreto presidencial o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor Leste, no âmbito da CAPES/Ministério da Educação. Esse Programa, a ser implementado no ano de 2003 e nos quatro anos subseqüentes, prevê o envio anual de cinquenta professores brasileiros para aquele país.

Além da participação de efetivos do Exército brasileiro na Força de Manutenção de Paz da ONU e da presença de observadores militares nacionais em Timor Leste, diversas são as iniciativas brasileiras em apoio à reconstrução do novo país, nas quais tem importante participação a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Entre elas merecem destaque:

(a) “Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social Brasil – Timor Leste” (ABC) — cuja implantação, promovida pela ABC/MRE, contou com a colaboração direta do SENAI e da FIESP (cujo Presidente, Horácio Lafer Piva, também esteve em Timor). O projeto tem por objetivo, numa primeira etapa, a formação de profissionais nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, informática, panificação e confeitaria; posteriormente, serão também formados profissionais em mecânica, fabricação de mobiliários e confecções em couro. O Centro foi lançado em janeiro de 2001, com a Presença do Presidente da República e inaugurado em 21 de maio passado pelo Ministro Celso Lafer. O Governo brasileiro está aportando a esse projeto cerca de US\$1,8 milhão;

(b) “Alfabetização Solidária em Timor Leste” (ABC) — a partir de projeto-piloto em Díli, a iniciativa foi ampliada a todos os 13 distritos do País, contemplando 141 salas de aula e 3.550 alunos. Tal projeto, dedicado à alfabetização de jovens e adultos, utilizou a metodologia do

Programa Alfabetização Solidária do Brasil, concebido no âmbito da atuação da Doutora Ruth Cardoso à frente do Programa Comunidade Solidária. O valor total do projeto atinge a cifra de US\$540 mil;

(c) “Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância (Telecurso)” (ABC) — projeto apoiado pela Fundação Roberto Marinho. Esta iniciativa tem por objetivo a formação nos níveis fundamental e médio de jovens e adultos recém-alfabetizados, tendo alcançado implantar 20 tele-salas, atendendo a mais de 450 alunos. O custo final do projeto deve alcançar US\$490 mil;

(d) “Transferência de Técnicas Cafeeiras” (ABC) — convênio firmado recentemente entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Direção-Geral da Agricultura e Pesca de Timor Leste, com vistas a aumentar a produtividade da cultura cafeeira local. Estima-se o valor do projeto em US\$130 mil;

(e) “Cooperação em Matéria de Saúde” — decorrente de entendimentos mantidos no ano de 2001 entre os Ministérios da Saúde brasileiro e timorense, resultou na presença de médicos brasileiros em Timor Leste e medidas de apoio à atuação do Ministério da Saúde timorense;

(f) “Pastoral da criança” — está em processo de implantação em Timor Leste, devendo contar com recursos da INICEF e do Ministério da Saúde local;

Esses projetos, além dos que se desenvolvem no âmbito da CPLP (nas áreas de educação, saúde, ensino profissionalizante, agricultura e telecomunicações, entre outras), revestem-se de ampliado conteúdo social e abrangem numerosas populações, com acesso democrático e igualitário.

Representam, também, a confiança do Governo brasileiro na consolidação e aprofundamento da cooperação solidária com Timor Leste.

Merece também destaque o apoio prestado pelo Brasil à realização de eleições livres em Timor Leste. Missão brasileira de observação eleitoral, composta por representantes do Congresso Nacional e da Justiça Eleitoral, participou da fiscalização à Consulta Popular de agosto de 1999, quando se confirmou o desejo de independência da população timorense. Com igual sucesso, outras duas missões de observadores eleitorais brasileiros — contando com representantes da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário — foram enviadas a Timor Leste, em agosto de 2001 e abril de 2002, para fiscalizarem, respectivamente, as eleições para a Assembléia Constituinte e Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2002

(Nº 4.590/2001, na Casa de Origem)

Dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É denominado "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 4.590, DE 2001

Nº 4.590 DE 2001

Dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É denominado "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo prestar justa homenagem a ilustre e exemplar homem público, para tanto denominando "Aeroporto de Navegantes/Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Ministro da Viação e Obras Públicas no Governo do Presidente Washington Luis, no período de 1926 a 1930, Victor Konder revelou-se grande entusiasta da aviação comercial como meio de integração do território nacional, por permitir a rapidez no transporte de pessoas nos trajetos de longa distância e, da mesma forma, por favorecer as comunicações, mediante o transporte de malas postais.

Na edição de 15 de junho de 1927, o jornal "O Estado", de Florianópolis, reproduzia texto do diário carioca "O Paiz", sob o título "Premio ao mérito real", registrando:

"O gesto feliz e pouco commum dos nossos dirigentes e do dr. Victor Konder, realizando uma viagem aérea à sua terra natal, a todos deu a certeza de que s.exa. voltaria um fervoroso adepto do novo meio de transporte."

A viagem a que se refere o artigo do jornal carioca é marco histórico de nossa aviação civil.

Pesquisa coordenada pela diretora do Museu da Varig, em Porto Alegre, senhora Lídia Maria Ermida Marques, atesta pormenores do fato relevante. Foi em 1º de janeiro de 1927, segundo relatado na obra "*Primórdios da Aviação Comercial no Brasil*", de Oswald Müller, funcionário da Condor-Syndicat e um dos primeiros aeroviários brasileiros, que teriam se deslocado, do Rio de Janeiro para Itajaí e Florianópolis, com o Ministro Victor Konder e sua comitiva, a bordo do hidroavião "*Atlântico*", pertencente àquela empresa alemã. O evento veio a merecer o lançamento de selo comemorativo. (cópia, em anexo).

Tendo recebido autorização do governo brasileiro para anuar no País, transportando passageiros e malas postais, em fevereiro de 1927, a empresa alemã passou a operar a primeira linha regular, ligando Porto Alegre - Pelotas - Rio Grande, conhecida por Linha da Lagoa, utilizando aquele mesmo aparelho "*Atlântico D-1012*". No mês seguinte, a empresa francesa *Lignes Aériennes Latécoère* obteve permissão para estabelecer os serviços de malas postais de Natal até Pelotas.

Em ambos os casos, a ação política do Ministro de Viação e Obras Públicas, Victor Konder, constituiu-se na mola propulsora indispensável ao surgimento de um novo meio de transporte em nosso país: o avião; principalmente pelo fato de, no governo anterior do Presidente Artur Bernardes, o Tribunal de Contas da União não ter aprovado o contrato de exploração do correio aéreo pela *Compagnie Générale d'Entreprises Aéronautiques - Lignes Aériennes Latécoère*, do engenheiro Francês Monsieur Pierre-Georges Latécoère.

Catarinense de Itajaí, Victor Konder nasceu em 21 de fevereiro de 1886. Era um dos 6 filhos do professor de alemão Markus Konder Senior, um imigrante que veio da Renânia para se estabelecer em Santa Catarina, e da brasileira Adelaide Flores Konder. Concluído o curso primário, acompanhado pelos irmãos Adolpho e Marcos, foi aluno interno do Colégio Santo Antônio, em Blumenau, para depois fazer os estudos de nível médio no Colégio Conceição em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em seguida, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo, a grande academia que congregava valores os mais expressivos da intelectualidade nacional. Diplomado, passou a exercer a advocacia em Blumenau, no seu Estado natal. Nesta

cidade, ingressou na vida pública. Foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal. Líder incontestado do grande município. Secretário da Fazenda do Governo Pereira Oliveira. Em seguida, elegeu-se Deputado Federal.

Em 1926, com a instalação do governo Washington Luiz, Victor Konder foi investido na pasta da Viação e Obras Públicas, tendo desenvolvido ações as mais expressivas em todas as áreas de atuação do Ministério. A propósito do transporte aéreo dizia:

"A unificação pátria, magno problema que a Colônia legou aos estadistas do Império e da República, e que ditou a necessidade imperiosa de comunicações cada vez mais estreitas, poderá ser fortalecida com a criação da rede de viação aérea brasileira, que exigirá dispêndios grandemente inferiores aos necessários à viação terrestre". (Victor Konder. Alguns discursos. FCC Edições, 1986, p. 73).

Para bem justificar este projeto, passo a transcrever alguns documentos.

O Jornal "O Estado" assim se pronunciou, a respeito do Ministro Victor Konder.

"Florianópolis - terça-feira, 15 de junho de 1927

Prêmio ao mérito real (matéria de capa)

A imprensa carioca elogia a acção do dr Victor Konder, a propósito da navegação aérea no Brasil

Rio, 14 - O diário O Paiz, em sua edição de hoje, publica, na secção "Aviação", diversos sueltos referentes á acção do sr. Ministro Victor Konder.

Depois de commentar e elogiar a actividade do illustre titular, diz que até agora todas as tentativas feitas para estabelecer a aviação civil em nosso país tinham sido infrutíferas, por várias causas, entre as quais avultava a indiferença dos poderes públicos.

Com o advento, porém, do actual governo, como por encanto, começaram a surgir, em toda parte, louváveis iniciativas, algumas das quais tornadas realidades.

Não se enganaram os que assim pensavam; mais uma vez o digno secretário da Viação deu outra prova de carinho com que procura solucionar todos os problemas que dizem respeito á navegação aérea, obtendo do seu collega da Marinha um hangar, na Ilha das Enxadas, para abrigo dos aviões commerciaes.

Esse acto do dr. Victor Konder é duplamente patriótico: ao mesmo tempo que estimula outras companhias á organização, pela certeza de pouso e abrigo adequados, attende aos interesses nacionais, quando pela conservação dos custosos hangars da antiga Escola de Aviação Naval, que, graças á sua feliz iniciativa, ficarão preservados da total destruição a que estavam condemnados pela acção inclemente do tempo e pela carência de recursos de que póde dispor a administração naval para attender as urgentes obras que os mesmos requerem para a sua conservação.

Convém salientar ainda que as rampas semi-destruidas da Ilha das Enxadas terão forçosamente de ser reparadas pelas companhias interessadas, caso dellas desejem fazer uso.

No Brasil realiza-se o milagre, até hoje não admittido pelos outros países do funcionamento de linhas aéreas sem subvenção.

Todas as medidas administrativas, que visem amparar, proteger e estimular as companhias de navegação aérea, serão recebidas pelos verdadeiros Brasileiros como expressão de sadio patriotismo.

O dr. Victor Konder póde ter a certeza de que o seu acto, vindo ao encontro de uma necessidade premente da aviação commercial marítima, é altamente apreciado por todos aquelles que anseiam por verem os céus do Brasil sulcados por aviões, em todas as direcções."

"Florianópolis - Sexta-feira, 17 de junho de 1927.

Os nobres intuitos do Ministério da Viação (matéria de capa)

Como "O Paiz" allude á acção do actual ministro, dr. Victor Konder

Rio, 16 - O jornal O Paiz, sob o titulo COMMUNICAÇÕES RADIOTELEGRÁPHICAS, publica o seguinte:

Tem sido constante o esforço desenvolvido pelo Ministério da Viação, no sentido de dotar o país do aparelho de comunicações de que elle tanto precisa, quer completando o que já possuímos, quer procurando imprimir a maior effi ciência ao serviço de transportes, tanto de utilidades, como de palavras. Já muito conseguiu a esse respeito e seria uma profunda injustiça o desconhecimento de semelhante verdade.

Agora mesmo, obediente à sua política de approximar as distâncias no Brasil, o governo baixou um decreto de alta valia. Referimo-nos à Sancção da autorização legislativa habilitando o Executivo a installar estações radio-telegraphicas em Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo.

É evidente o alcance do melhoramento que vamos auspiciosamente converter, dentro em breve, numa proveitosa realidade. Basta ver que, pela futura estação de que vai ser dotado o Estado de Mato Grosso, se farão as ligações com o Rio Grande, com Santo Antônio do Madeira e com Assumpção, esta última no Paraguay.

Conforme se sabe, apresenta um aspecto premente a necessidade de dotarmos aquella longínqua unidade fronteiriça dos meios de comunicação proporcionais ao largo papel que se lhe acha reservado na vida nacional.

A radio-telegraphia possui todos os requisitos para cooperar em proveito do mencionado fim.

No decreto de que tratamos, o governo visa ainda imprimir um raio de effi ciencia maior aos serviços radio-telephonicos, permitindo aos respectivos concessionários o emprego da radio-telegraphia, que apresenta vantagens por si mesmo evidentes.

Além da estação de Mato Grosso, installar-se-ão, como acima accentuamos, as de São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, de um lado, por intermédio da de Cuyabá, todas essas estações se communicarão com o Rio de Janeiro e com Santo Antonnio do Madeira, e de outro lado, mediante o Rio Grande do Sul, as ligações se realizarão com as estações das Repúblicas do Sul.

Serão elos, portanto, de grande significação esses que o Ministério da Viação vai construir, approximando-o aos países que ficam às suas fronteiras meridionais.

Estamos diante de um melhoramento que deve ser convenientemente assignalado, pois elle demonstra os intuitos do governo, no sentido de realizar, dentro das nossas possibilidades financeiras, um programma devotado á solução de necessidades que, tendo ligação directa com o problema dos transportes, avultam sobre todos os outros".

"Florianópolis, 28 de junho de 1927

(Editorial- capa)

Quando o sr. dr. Victor Konder foi escolhido, pela clarividência do sr. dr. Washington Luiz, para o elevado cargo de Ministro de Viação, ao lado de dois outros nomes catharinenses - general Nestor Sezefredo dos Passos (para pasta da Guerra) e almirante Pinto da Luz (para a Marinha) - o povo de Santa Catharina, na justa ufania com que recebeu a notícia, vibrou, em entusiásticas demonstrações de legítimo entusiasmo, a que não foram alheias as correntes políticas que, antes, pareciam dissentir do programma traçado pelo sr. dr. Victor Konder, na sua acção á frente de um dos departamentos do Estado.

E era louvável essa harmonia de vistas entre as divergentes camadas políticas do Estado, as quais calçavam aos pés antigos preconceitos partidários, para só sentir o jubiloso acontecimento que prenunciava novo dia de progresso para Santa Catharina.

E ninguém se enganava.

Santa Catharina, assim tão influentemente representada no governo do dr. Washington Luiz, ocupa, agora, no concerto da União, uma posição de honra de que fôra privada, durante alguns, annos inexplicavelmente.

Agora, tendo á frente da sua administração interna um governo de nobres intenções, como o do dr. Adolpho Konder que não converge os seus esforços para a conquista de futuras garantias políticas, mas que sobrepõe a pessoais conveniências a consciência do dever bem cumprido - não se póde duvidar de que o nosso Estado, a pouco e pouco desobrigado de compromissos prementes do passado, tem a sua grandeza assegurada, ademais impulsionada pelos seus illustres filhos que occupam cargos de responsabilidade na administração federal.

Sem querer olvidar os nomes de Nestor Passos e de Pinto da Luz, que, pela natureza dos cargos que occupam, não devem muito á terra natal, refiramo-nos ao dr. Victor Konder, a respeito de cuja operosidade e competência tem feito consecutivos commentarios a imprensa carioca.

Há alguns dias, ainda, O Paiz, o acreditado diário da Capital Federal, lembrava a acção do illustre catharinense, a propósito da aviação no Brasil, como meio de transporte e de correspondência; passados pouco dias, o mesmo jornal voltava a tratar, ainda, do dr. Victor Konder, com referência á installação de estações radiographicas em diversos pontos do país, onde são necessários meios de comunicação com a Capital.

Mas, cuidando de servir o país, dotando-o de melhoramentos possíveis e urgentes, o dr. Victor Konder não se esquece, em particular, das necessidades de Santa Catharina, que conhece bem de perto.

Agora mesmo, cogita de contractar com uma empresa particular a obra de dragagem do porto de Florianópolis.

Ninguém ignora a somma dos prejuizos soffridos pelo commercio e mesmo por particulares, devidos á falta de porto franco. Os navios que regularmente tocam em a nossa capital são forçados a ficar nos Rationes, de onde passageiros e cargas vêm, morosa e incommodamente em lanchas, o que custa grandes despesas e muito atraso de correspondência e de mercadorias, para o commercio.

É assim que se torna merecedor dos applausos dos Brasileiros em geral e dos Catharinenses em particular, por um acto que, envolvendo uma grande realização, é também uma justa medida econômica, de alcance visível, para os cofres federais"

"Florianópolis - Terça-feira, 13 de Setembro de 1927

(O FUTURO AÉRO-PORTO DO RIO DE JANEIRO)

Rio, 12 (Radio) - Por aviso de ontem, o dr. Victor Konder, Ministro da Viação, autorizou o Inspector de Portos, Rios e Canais a officiar á Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, convidando-a a apresentar estudos sôbre as possibilidades de installação de uma área nos terrenos dos Manequinhos para nella ser installado o aero-porto do Rio de Janeiro.

Tais estudos deverão ser feitos sém onus para o gôverno e effectuados no mais breve prazo possível"

"Florianópolis - Quarta-feira, 14 de setembro de 1927

PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PORTO-AERO)

Rio, 14 (A.A.) - O sr. Ministro Victor Konder autorizou a Empresa de Aviação Riograndense a construir um porto de aviação e o respectivo hangar - do terreno que possui a margem direita da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre.

Este campo será destinado à reparação e ao abastecimento das aeronaves pertencentes á mesma Empresa."

"Florianópolis - Teça-feira, 11 de outubro de 1927

O DR. VICTOR KONDER QUER PRESTAR HOMENAGENS AO GLORIOSO BRASILEIRO SANTOS DUMONT

Rio, 10 (Radio) - O dr. Victor Konder, Ministro da Viação, dirigiu, ontem, ao eminente brasileiro Santos Dumont, actualmente em Paris, um telegramma, no qual solicita a vinda, aqui do illustre e glorioso pai da aviação, para prestar-lhe uma expressiva homenagem, e communicando-lhe que a um hydro-avião Dornier-Wall vai ser dado o seu nome. O referido apparêlho destina-se ao tráfego aereo-commercial entre Recife - Rio de Janeiro - Porto Alegre.

O telegramma do illustre titute titular é nos seguintes termos: 'A gloriosa ephemeride de 19 de Outubro, que nunca será esquecida pelos patricios do eminente Brasileiro, eu a desejaria commemorar, este anno, inscrevendo seu nome no hydro-avião "Dornier-Wall", que fará o tráfego da linha Recife - Rio de Janeiro - Porto Alegre. Para isso, peço sua acquiescencia a essa justa homenagem ao pai da aviação. Affectuosas saudações. Victor Konder, Ministro da Viação'.

Segunda-Feira, 17 de outubro de 1927

SANTOS DUMONT AGRADECE AO DR. VICTOR KONDER

Paris, 16 (Radio) - O célebre inventor brasileiro Santos Dumont, tendo sido consultado, por telegramma, pelo sr. dr. Victor Konder Ministro da Viação, sôbre a homenagem que o Brasil desejava prestar-lhe, denominando 'Santos Dumont' o hydro-avião Dornier-Wall, que vai iniciar a 19 do corrente a linha aérea Recife - Porto Alegre, respondeu a s. excia., acquiescendo, nos seguintes termos: 'Dr. Victor Konder, Ministro da Viação. - Rio . - De Biarritz, completamente retirado, há muitos annos, da vida aeronautica, não me julgo com direio a tão alta distincção. Agradeço entretanto, desvanecido, a lembrança da delicadeza do seu telegramma. (ass.) Santos Dumont'.

"Florianópolis - Quarta-feira, 19 de outubro de 1927

VISITA DE CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE

Rio, 18 (Rádio) - O Presidente da República, pouco antes da audiência pública, recebeu, cerca das 17 horas, em audiência especial, os aviadores Costes e Le Briz, que o foram cumprimentar. Achava-se presente também o Ministro dr. Victor Konder, que também foi cumprimentado pelos pilotos franceses."

No final do ano de 1930, o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Victor Konder, publicou o livro *Alguns Discursos*" (capas, por xerox. anexas) contendo seis discursos proferidos em ocasiões diversas, durante o quadriênio 1926-1930, e a síntese de um dos seus relatórios apresentados ao então Presidente Washington Luiz.

Em 1986, por ocasião do centenário de seu nascimento, esse livro foi reeditado.

Convém transcrever o discurso que proferiu, no Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1927, saudando os aviadores, quando da chegada do Jahu:

"ECOS DA CHEGADA DO JAHU"

(Rio, 7 - O sr. ministro da Viação Victor Konder, em saudação aos aviadores, pronunciou o seguinte discurso):

Meus queridos e bravos patrícios.

Esta reunião íntima eu vo-la offereço, heróicos brasileiros do "Jahu", em carácter bem menos official do que fraternal.

Certo, tendo-me cabido no actual governo a pasta que superintende a aviação do país, sempre foi grande o meu interesse pelo successo técnico, pelo êxito científico do vosso "raid".

Vendo-vos triumphante, cresce em mim a certeza de que já agora podia a nossa navegação aérea contar com o valioso coeficiente de patrícios nossos, que á competência profissional reuniam as lições da experiência conquistada em largos vôos transoceânicos.

Mas, acima de tudo, a minha vibração de entusiasmo senti-a em caracter todo pessoal.

É que há meses tive o ensejo de ir em avião das águas da Guanabara ao meu Estado natal, revendo com indizível comoção os sítios ruraes em que se plasmara a minha sensibilidade de brasileiro.

Calculei então, quando me conservava sob os céos de meu país, quão intenso seria o prazer patriótico dos que, como os aeros-bandeirantes do "Jahú", voavam carregando o nome do Brasil em sua máquina de Ferro e Fogo, sob outros céos e sobre outros mares.

Respirando a energia e patenteando o gosto da accção dynamica, provastes, assim, meus caros Ribeiro Barros, Braga, Negrão, Mendonça e Cinquini, que a cultura e a audácia dos brasileiros não soffrem intercadencias no desejo de levar a seus extremos limites o problema da aviação.

Sim, porque, á nossa technica e á nossa coragem, deve o mundo talvez mais que a qualquer outro povo a dádiva maravilhosa dos veivolos.

Não há jaciência nacionalista em tal conceito.

É a história quem o assegura.

É a história que torna immortal o nome do nosso Bartholomeu de Gusmão, paulista de uma estirpe de gênios, authentic precursor dos venturosos Montgolfier, espírito illuminado de antecipador da sciencia, visionário que lançou aos céus de Lisboa as asas de sua "Passarola".

Muitas décadas e décadas depois, para que o Brasil continuasse a ser a pátria predestinada da aviação, um riograndense do norte, de nome duplamente romano, Augusto Severo, vóa sobe as torres de Paris, lançando no coração dos scepticos parisienses os primeiros germens dessa miraculosa floração de homens-passaros.

Logo após, e podeis imaginar o enternecimento com que profiro tal nome, veio fixando definitivamente o princípio da dirigibilidade dos balões, esse extraordinário Santos Dumont, que é um dos supremos benfeitores do gênero humano, um desses heroes morais, um desses typos representativos que dão cartas de nobreza a todo um povo.

E agora vós, intrépidos contendores das nuvens e dos ventos, vós que praticais o heroísmo, com galanteria aristocrática tão ao sabor da gente nova dos trópicos; vós que nos destes num tempo de prosa banal o sabor das velhas epopéas cavalleirescas; vós que trouxestes á pátria no "Jahú", das terras latinas que viram o gênio encyclopédico de Leonardo da Vinci e esta verde Chanaan, em que os campeadores guascos, os paulistas das monções, os praieiros pernambucanos e os domadores da "Selva Selvagem" do Amazonas, semearam tradições heróicas que nos cumpre manter a todo transe... vós ahí estaes e todos os vossos corações são agora a propriedade inalienável dos nossos corações.

Sois, para todos nós mestres de energia, polarizadores de vontade.

Fizestes renascer entre nós, o gosto de applaudir o nobilíssimo prazer de admirar. Por tudo isso, não vos falo obedecendo os vagos preceitos protocollares, dentro do convencionalismo das saudações officiais, falo-vos como a jovens que uma perigosa aventura tornou veteranos.

Falo-vos como o symbolo vivo do Brasil - novo na sua ânsia de ser digno das glórias dos seus ancestrais, de affirmar também a sua vontade de ser no concerto dos povos.

E saudando-vos é como se saudasse directamente a imagem plástica do meu Brasil, do nosso Brasil, do adorável Brasil de todos nós".

**SÍNTESE DE ALGUNS TÓPICOS DOS RELATÓRIOS
MINISTERIAIS DA VIAÇÃO APRESENTADOS A S. Exa. O
SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA: -**

"IMPORTÂNCIA DA VIAÇÃO COMERCIAL

Á aviação commercial está reservado importante papel na economia do paiz.

A vastidão do território brasileiro e o accidentado da sua topographia, a par da escassez relativa da população, adensada no litoral e ganglionarmente distribuída no interior: taes os elementos do problema para cuja solução poderá a aviação commercial efficazmente contribuir, desde já erigindo-se em precursora das novas communicações por terra.

O avião não substituirá, é certo, o comboio ferreo ou o navio. Será, porém, forçosamente, o complemento indispensável, na vida econômica actual, dos outros meios de transporte, dado o ganho enorme de tempo que permite obter, nos longos percursos, e, principalmente, dado o seu caracter de factor de relevo nas relações políticas e nas transacções mercantis.

A unificação pátria, magno problema que a Colônia legou aos estadistas do Imperio e da Republica, e que dictou a necessidade imperiosa de communicações cada vez mais estreitas, poderá ser fortalecida com a criação da rede de viação aérea brasileira, que exigirá dispêndios grandemente inferiores aos necessários á viação terrestre.

Impianados no território do paiz os campos de pouso indispensáveis, bem como as demais installações peculiares ao estabelecimento das rotas aéreas, e que poderão ser custeados, mediante accôrdos, pela União, pelos Estados e pelos Municípios, isolada ou solidariamente, o que será objectivo facilmente atingível, porque envolve conjugação de mútuos interesses, estabelecer-se-á, para essas organizações de terra, o regimen da livre e indistincta utilização, mediante o pagamento de taxas, sob jurisdição federal.

Não há como pôr em dúvida o futuro reservado á aviação commercial no Brasil. Basta attentar-se no surto quase vertiginoso das linhas de egual genero na Europa, especialmente na Allemanha, e, ainda, no incontestável êxito registrado pelas três companhias que, entre nós há menos de um anno, exploram aquelle serviço".

"LINHAS AÉREAS NA AMÉRICA DO SUL

Nem só, porém, interessa ao Brasil a aviação interior. A sua situação geographica torna-o privilegiado em relação á aviação internacional. Para as demais republicas da América do Sul, como para a Europa e a América do Norte, as linhas aéreas, muito provavelmente, terão de cruzar o nosso território.

Já o Perú e a Bolívia, aquelle em Iquitos e esta em Guajará-Mirim e Puerio Suarez, estão sobre as nossas fronteiras, com linhas da sua aviação commercial, amparadas e subvencionadas pelos respectivos Governos, á espera de estende-las, com os seus aviões ou com aviões brasileiros, segundo as iniciativas em nossa paiz, até o Atlântico, de modo a abreviar grandemente as communicações postaes com a Europa. O serviço da Colômbia, em funcionamento há cerca de dez annos, será talvez, em breve, um dos trechos de ligação das linhas aéreas da América do Norte, passando pela América Central e pelo México, ao norte, e alongando-se para o sul, pelo Amazonas e tributários, em busca das repúblicas sul-americanas, e, pela costa brasileira, demandando o Prata.

Por outro lado, a experiência colhida dos vôos transatlânticos ultimamente realizados, parece indicar que a rota futura, entre o velho continente e as Américas, será norteadá pelos alizeos que sopram entre a costa d'África e o nordeste brasileiro. De tal sorte, o porto de Natal está naturalmente indicado para ser um dos grandes entroncamentos das linhas aéreas mundiaes futuras.

A situação que se delineia é pois, de molde a justificar o advento de uma política de aviação utilitária no Brasil, no sentido de não se

oppor embargos ao desenvolvimento das redes aéreas internacionais, num ou noutro caso, mediante criação de linhas nacionais que, servindo ao nosso território, possam também constituir o prolongamento das estrangeiras que o demandem, no regimen do tráfego mútuo.

Nos limites das escassas possibilidades presentes, vem este Ministério prestando os auxílios indirectos que a aviação commercial tem reclamado, facilitando as providências relativas ao tráfego e despacho das aeronaves e aos transportes que executam, especialmente no que toca ao serviço postal.

A Compagnie Générale Aéropostale, que explora a linha aérea entre a Europa e a América do Sul, faz o transvôo do nosso território, no trecho de Natal á fronteira com a República do Uruguay, na extensão de cerca de 4.200 kilometros. Nesse trecho, cujo tráfego regular teve inicio em novembro de 1927, com viagens semanaes, foram percorridos, até 31 de dezembro do mesmo anno, 69.415 kilometros e o transporte postal atingiu a 156.421 kilos. Até essa época, eram em numero de 13 os aviões utilizados no serviço.

O Syndicato Condor Limitada, ainda no mesmo mez de novembro de 1927, começou a effectuar o tráfego regular na linha de hydro-aviões entre Rio de Janeiro e Rio Grande, cuja extensão média é de 1.630 Kilometros. No período de novembro a 31 de dezembro de 1927, em viagens dessa linha e em outras extraordinarias, o tráfego representou-se por 23.400 kilometros de vôo, não tendo sido apurado o transporte de passageiros e de correspondência postal. Nesse tráfego utilizaram-se hydro-aviões".

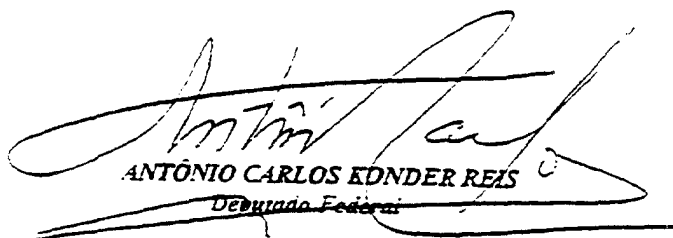
"AVIAÇÃO COMERCIAL: VARIG

A Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense regularizou, afinal, a partir de junho de 1927, o tráfego da linha que explora na Lagoa dos Patos, entre as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, com a extensão de 280 kilometros. Daquelle mez até 31 de dezembro do mesmo anno, o tráfego dessa Empresa é representado

por 35.060 quilômetros de vôo, 668 passageiros, 210.355 quilos de carga, 146.645 quilos de correspondência postal e 6.181 quilos de bagagens. No serviço empregaram-se dois hydro-aviões da Empresa".

Pelo empreendimento pioneiro, poder de visão, sentimento de brasilidade, arrojo e coragem, a vinculação do nome Victor Konder ao Aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina, constitui, ainda que modesta, justa homenagem ao trabalho do tão ilustre homem público.

Brasília, ^{Hoje} 23 de ~~2001~~ de 2001 ~~23-20~~


ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS
Deputado Federal

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2002
(Nº 5.682/2001, na Casa de origem)

Prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT manterá os contratos de exploração de serviços celebrados com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por cinco anos, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT encaminhará à Câmara dos Deputados relação das Agências de Correio Franqueadas - ACF que tiverem seus contratos prorrogados na forma prevista no art. 1º, no prazo de sessenta dias contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.682, DE 2001

Prorroga o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;

O Congresso Nacional aprova;

Art.1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT manterá os contratos de exploração de serviços postais celebrados pela ECT com as Agências de Correio Franqueadas – ACF, a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º, da Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por cinco anos, contados a partir da publicação desta Lei, ficando assegurada a execução de todos os serviços constantes da pauta comercial da ECT.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os contratos das Agências de Correio Franqueadas têm vigência assegurada até 31 de dezembro de 2001 do corrente ano.

Inicialmente previa-se a aprovação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, do substitutivo do Deputado Santos Filho ao Projeto de Lei nº 1.491/99, do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Correios, do seu órgão regulador, e dá outras providências.

Este substitutivo, devidamente aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, estabelece, em seu artigo 185, que os anuais franqueados teriam seus anuais contratos prorrogados por um prazo de cinco anos, a partir da publicação da respectiva Lei.

Por outro lado, o Colégio de Líderes da Câmara ao definir sua pauta de votação para o final deste ano acabou por não incluir o referido Projeto de Lei na lista de prioridades.

Por esta razão é que resolvi apresentar a presente proposta para sanar este “vácuo institucional” que será criado com a não aprovação do projeto de lei e o término do prazo dos contratos de franquias com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT no final deste ano.

Além disso é oportuno analisar os aspectos de natureza econômica e social que a matéria se reveste. Os Franqueados dos Correios constituem, atualmente, 1.500 unidades constituídas sob a forma de microempresa, gerando cerca de 30 mil empregos diretos e 20 mil indiretos além de representar cerca de 50% do faturamento total da ECT, faturamento este que foi fundamental para a recuperação financeira da empresa.

Adicionalmente, é oportuno esclarecer que os Franqueados têm uma larga experiência no setor adquirida ao longo de 12 anos de serviços prestados ao povo brasileiro com qualidade, tendo em vista os investimentos realizados para atender a cada dia um público mais exigente de serviço público de boa qualidade.

São essas, meus nobres pares, as razões que levaram-nos a apresentar o presente projeto de lei para o qual pedimos o apoio de todos para solucionar o impasse desse importante segmento que tanto tem contribuído para a geração de emprego e renda na nossa economia.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2001

[Handwritten signatures and stamps]
 SALVADOR ZIMBALDI
 EDUARDO BEZ
 LUIZ ANTONIO FLEURY
 29817
 Câmara dos Deputados
 10/11/01
 30 PO UNIV AL PHS

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995

ESTABELECE NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:

- I - (VETADO)
- II - (VETADO)
- III - (VETADO)
- IV - vias federais, precedidas ou não da execução de obra pública;
- V - exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas;

VI - estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas;

VII - os serviços postais.

** Inciso VII acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/05/1998.*

Parágrafo único. Os anuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder a data limite de 31 de dezembro de 2002.

** Parágrafo único acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/05/1998.*

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS N. 3.890-A, DE 25 DE ABRIL DE 1961, N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, N. 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, N. 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, N. 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 3º Os artigos 1º, 10, 15, 17, 18, 28 e 30 da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

VII - serviços postais.

Parágrafo único. Os anuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder a data-limite de 31 de dezembro de 2002.”

“Art. 10. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.”

“Art. 15.

§ 1º Decorridos três anos da publicação desta Lei, os consumidores referidos neste artigo poderão estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado.

§ 5º O exercício da opção pelo consumidor não poderá resultar em aumento tarifário para os consumidores remanescentes da concessionária de serviços públicos de energia elétrica que haja perdido mercado.

§ 7º Os concessionários poderão negociar com os consumidores referidos neste artigo novas condições de fornecimento de energia elétrica, observados os critérios a serem estabelecidos pela ANEEL.”

“Art. 17.

§ 3º As instalações de transmissão de interesse restrito das centrais de geração poderão ser consideradas integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações.”

“Art. 18.

Parágrafo único. Os consórcios empresariais de que trata o disposto no parágrafo único do artigo 21, podem manifestar ao poder concedente, até seis meses antes do funcionamento da central geradora de energia elétrica, opção por um dos regimes legais previstos neste artigo, ratificando ou alterando o adotado no respectivo ato de constituição.”

“Art. 28.

§ 1º Em caso de privatização de empresa detentora de concessão ou autorização de geração de energia elétrica, é igualmente facultado ao poder concedente alterar o regime de exploração, no todo ou em parte, para produção independente, inclusive quanto às condições de extinção da concessão ou autorização e de encampação das instalações, bem como da indenização porventura devida.

§ 2º A alteração de regime referida no parágrafo anterior deverá observar as condições para tanto estabelecidas no respectivo edital, previamente aprovado pela ANEEL.

§ 3º É vedado ao edital referido no parágrafo anterior estipular, em benefício da produção de energia elétrica, qualquer forma de garantia ou prioridade sobre o uso da água da bacia hidrográfica, salvo nas condições definidas em ato conjunto dos Ministros de Estado de Minas e Energia e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em articulação com os Governos dos Estados onde se localiza cada bacia hidrográfica.

§ 4º O edital referido no § 2º deve estabelecer as obrigações dos sucessores com os programas de desenvolvimento socioeconômico regionais em andamento, conduzidos diretamente pela empresa ou em articulação com os Estados, em áreas situadas na bacia hidrográfica onde se localizam os aproveitamentos de potenciais hidráulicos, facultado ao Poder Executivo, previamente à privatização, separar e destacar os ativos que considere necessários à condução desses programas.”

“Art. 30. O disposto nos artigos 27 e 28 aplica-se, ainda, aos casos em que o titular da concessão ou autorização de competência da União for empresa sob controle direto ou indireto dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que as partes acordem quanto às regras estabelecidas.”

PARECERES**PARECERES Nº 976, 977 E 978, DE 2002**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências; e Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. (Tramitando em conjunto. nos termos do Requerimento nº 255, de 2001)

PARECER Nº 976, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Primeiro pronunciamento — sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999)

Relator: Senador **Francelino Pereira**

Relator **ad hoc**: Senador **Ramez Tebet**

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do ilustre Senador Roberto Requião, que “Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende revogar todo o Capítulo IX da Lei nº 9.615/98 — “Lei Pelé”, que dispôs sobre as diretrizes gerais do jogo do Bingo e autorizou a sua realização em todo o território nacional.

Compete à União, concorrentemente com os Estados, nos termos do inciso XI do art. 24, legislar sobre desporto.

É de competência do Congresso, nos termos do art. 48, legislar sobre os termos de competência da União.

Eliminado o Capítulo IX da “Lei Pelé”, as atividades ilegais ligadas ao jogo de bingo voltarão a estar sujeitas às sanções previstas para jogos de azar, no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais.

Não vemos qualquer óbice constitucional ou infra-constitucional à continuidade de tramitação da matéria, que será examinada, quanto ao mérito, pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

No que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe cláusula de revogação genérica, motivo pelo qual propomos a exclusão do art. 3º.

O voto é pela aprovação, com a inclusão seguinte

EMENDA CCJ Nº 1

Suprima-se o art. 3º do PLS nº 622/99.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2000. — **José Agripino**, Presidente — **Ramez Tebet**, Relator “ad hoc” — **Amir Lando** — **Romeu Tuma** — **Lúcio Alcântara** — **Álvaro Dias** — **Artur da Távola** — **Pedro Simon** — **José Eduardo Dutra** — **Íris Rezende** — **José Alencar** — **Sérgio Machado**.

PARECER Nº 977, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em segundo pronunciamento, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº s 622 e 628, de 1999.

Relator: Senador **Maguito Vilela**

Relator **ad hoc**: Senador **Íris Rezende**

I – Relatório

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, são submetidos ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, que “revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências” e o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, que “revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, que tramitam em conjunto.

Versam os dois projetos sobre a revogação dos dispositivos que regulam a realização dos sorteios denominados “bingos” pelas entidades desportivas, nos termos dos arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1999 (Lei Pelé), de modo a proibir sua prática no País. O Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, examinado anteriormente por esta CCJ quando de sua tramitação em separado, recebeu parecer pela aprovação.

As proposições, ora tramitando em conjunto por força de requerimento de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena, estiveram à disposição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

A permissão para que as entidades esportivas realizem os sorteios denominados “bingos” foi instituída pela Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), como forma de destinar recursos adicionais ao esporte, para o fomento das atividades dos clubes e auxílio às modalidades olímpicas. O dispositivo foi mantido na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, já com a nova redação sugerida como resultado da “CPI do Bingo”, levada a efeito na Câmara dos Deputados, em 1995, para investigar as denúncias de irregularidades constatadas no funcionamento dos sorteios.

Conquanto a norma tenha dedicado seu Capítulo IX (arts. 59 a 81) integralmente à regulamentação pormenorizada dos bingos, essa providência não foi suficiente para livrar a atividade de acusações, tais como denúncias de vinculação do bingo com esquemas de corrupção, fraude, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, além de apropriação de recursos que deveriam se destinar às entidades desportivas.

Ante essa realidade, a Comissão Mista constituída para examinar a Medida Provisória nº 2.011-8, de 26 de maio de 2000, que alterou a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, entendeu ser urgente e necessária uma completa revisão da matéria. A esse respeito, firmou-se consenso entre os membros daquele Colegiado de que a atividade é estranha à matéria desportiva, não devendo integrar a legislação que institui as normas gerais sobre desporto.

Como resultado desse posicionamento, foi aprovada, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, a revogação, a partir de 31 de dezembro de 2001, dos arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações para a exploração da atividade dos bingos que estiveram em vigor, até a data da sua expiração.

Esse, exatamente, em nosso entendimento, o único caminho para pôr fim aos desmandos e desvirtuamentos existentes na prática do bingo. Com efeito, nos moldes em que está regulada, não parece restar outra alternativa que não a extinção da atividade. Isso significa que, caso não seja elaborada legislação específica para regulamentar os jogos de bingo, as entidades de administração e de prática desportiva, mesmo que representadas por empresas comerciais encarregadas da administração das salas, ficam impedidas de explorar a atividade após essa data.

Convém ressaltar, por oportuno, que a legislação ordinária brasileira já oferece instrumento de defesa contra as atividades ilegais ligadas ao jogo do bingo. Eliminado o Capítulo IX da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, tais práticas voltarão a estar sujeitas às sanções previstas para jogos de azar contidas no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais.

III – Voto

Em vista de nossa concordância com o que propõem as iniciativas sob exame, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, por força do que estabelece o inciso II, b, do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2002. — **Bernardo Cabral**, Presidente — **Iris Rezende**, Relator “Ad Hoc” — **Antonio Carlos Junior** — **Pedro Simon** — **Roberto Requião** — **Fernando Ribeiro** — **Gerson Camata** — **Ari Stadler** — **Sebastião Rocha** — **Luiz Otávio** — **Amir Lando** — **Jefferson Péres** — **Lúcio Alcântara**.

PARECER Nº 978, DE 2002

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Em prosseguimento ao rito legislativo, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, são submetidos ao exame da Comissão de Educação os Projetos de Lei do Senado nº 622 e nº 628, ambos de 1999, que tramitam em conjunto, por força de requerimento da Senhora Senadora Heloisa Helena, tendo em vista versarem sobre a mesma matéria.

Mediante revogação dos dispositivos que tratam da realização dos sorteios de “bingos” pelas entidades desportivas (arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências), as iniciativas propugnam pela proibição de sua prática, com base nas constantes denúncias de irregularidades e de desvirtuamentos na exploração da atividade.

Anteriormente examinado separadamente pela Comissão oh Constituição, Justiça e Cidadania, o PLS nº 622, de 1999, recebeu parecer favorável a sua aprovação. Os projetos estiveram à disposição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

Entre outras alterações apostas à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, incorporou decisão tomada pela Comissão Especial Mista do Congresso Nacional que, à época, examinou a matéria, de revogar os artigos constantes do diploma legal relativos aos bingos.

Em vista de negociação entre parlamentares de partidos com assento na Comissão Especial, fixou-se a data de 31 de dezembro de 2001 para entrada em vigor da nova determinação legal, respeitando-se as autorizações vigentes, até a data da sua expiração. Na prática, isso significou que as entidades de administração e de prática desportiva, mesmo que representadas por empresas comerciais encarregadas da administração das salas, ficariam impedidas de explorar os jogos de bingo após essa data.

Esgotado o interstício estabelecido para adaptação às novas disposições legais, diversas empresas e entidades desportivas que exploram a atividade vêm, de fato, entrando na ilegalidade, vencidas suas autorizações. A Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela fiscalização dos sorteios, não tem renovado ou concedido novas licenças para funcionamento dos bingos.

Nesse sentido, consideramos superado o objeto dos projetos de Lei em análise, em vista da entrada em vigor do que determina o art. 2º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.

III – Voto

Nesses termos, opinamos pela declaração de prejudicialidade dos PLS nº 622, de 1999, e PLS nº 628, de 1999.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Marluce Pinto** – **Nabor Júnior** – **Juvêncio da Fonseca** – **Adir Gentil** – **Moreira Mendes** – **José Jorge** – **Arlindo Porto** – **Francelino Pereira** – **Romeu Tuma** – **Antonio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Benício Sampaio** – **Reginaldo Duarte** – **Luiz Otávio** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido**.

LISTA DE VOTAÇÃO Nº FINAL - PLS 622/1999

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES					SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X				ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR	X				MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADIR GENTIL	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X				BERNARDO CABRAL				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA	X			
LEOMAR QUINTANILHA					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO SOUTO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PREITAS NETO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X				LUÍZ OTÁVIO - PPB	X			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY - PT					LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT	X				GERALDO CÂNDIDO - PT	X			
MARINA SILVA - PT					SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ÁLVARO DIAS - PDT	X				TIÃO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 18 SIM: 18 NÃO: — ABS: —

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/06/2002

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

LISTA DE VOTAÇÃO Nº FINAL - PLS 628 / 1999

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES					SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X				ALBERTO SILVA				
NABOR JUNIOR	X				MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVENCIO DA FONSECA	X			
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADIR GENTIL	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X				BERNARDO CABRAL				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA	X			
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO SOUTO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					GIACO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X				LUIZ OTÁVIO - PPB	X			
TITULARES - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)					LAURO CAMPOS - PDT				
EDUARDO SUPLICY - PT					GERALDO CÂNDIDO - PT	X			
EMÍLIA FERNANDES - PT	X				SEBASTIAO ROCHA - PDT				
MARINA SILVA - PT					TIÃO VIANA - PT				
ÁLVARO DIAS - PDT	X				SUPLENTE-PSB	SIM			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		ROBERTO SATURNINO				
PAULO HARTUNG									

TOTAL: 18 SIM: 18 NÃO: — ABS: —

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 06 / 2002

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/38/2002

Brasília, 4 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada no dia de hoje, deliberou pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622 de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Requião que, "Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências" e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador José Roberto Arruda que, "Revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", que tramita em conjunto.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 622/99 e do Projeto de Lei do Senado nº 628/99, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2001. – **Heloísa Helena**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****TÍTULO III****Da Organização do Estado****CAPÍTULO II
Da União**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI – procedimentos em matéria processual;

LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

Art. 2º Ficam revogados, a partir de 31 de dezembro de 2001, os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações que estiverem em vigor até a data da sua expiração.

LEI Nº 8.672, DE 6 DE JULHO DE 1993

Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/38/2002

Brasília, 4 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada no dia de hoje, deliberou pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622 de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Requião que, "Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências" e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador José Roberto Arruda que, "Revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", que tramita em conjunto.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nos termos do art. 91 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 622 e 628, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 521, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro dos Transportes, Dr. João Henrique de Almeida Souza, sobre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT:

1. Está o referido órgão realizando as funções de pesquisa hidroviária, anteriormente exercidas pelo INPH? De que forma?
2. Já incorporou os acervos técnico e bibliográfico, os bens e equipamentos utilizados pelo INPH em suas atividades?
3. Absorveu, em seu quadro, os empregados da Companhia Docas do Rio de Janeiro — CDRJ — lotados no antigo INPH?
4. Realiza, em seu âmbito institucional, a indispensável integração das modais de pesquisas hidroviárias, rodoviárias e ferroviárias? Como?

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2002. – Senador **Roberto Saturnino**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso LI, do Regimento interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Sala das Sessões, 31 outubro de 2002. – **Tião Viana – José Alencar – Amir Lando – Geraldo Melo – José Agripino – Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagem presidenciais:

– **Mensagem nº 233, de 2002-CN** (nº 858/2002, na origem), que encaminha, nos ter-

mos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$3.728.847,00 (três milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes”;

– **Mensagem nº 234, de 2002-CN** (nº 859/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$705.324.330,00 (setecentos e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”;

– **Mensagem nº 235, de 2002-CN** (nº 899/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$64.448.553,00 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais), em favor do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”;

– **Mensagem nº 236, de 2002-CN** (nº 900/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor global de R\$124.309.741,00 (cento e vinte e quatro milhões, trezentos e nove mil, setecentos e quarenta e um reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; e

– **Mensagem nº 237, de 2002-CN** (nº 901/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do De-

creto de 23 de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$41.758.583,00 (quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As mensagens vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 245, de 2002-CN** (Nº 909/2002, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 18 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

A Mensagem, anexada ao processado da Mensagem nº 125, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, da Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo – CAMMESP, manifestação favorável daquela entidade à decisão emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, que aplicou o BTNf nos contratos de empréstimos mobiliários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH como critério de correção referente a março de 1990.

O expediente, autuado como Petição nº 7, de 2002, está à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.060-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.418, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/RS, no trecho entre Osório/RS e a divisa com o Estado de Santa Catarina (TC nº 003.598/2001-5).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 76, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.069-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº

1.419, de 2002-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206,1 km, (TC nº 007.828/2002-3).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 92, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.072-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.420, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Secex/PI, nas obras do Açude Algodão II, no Estado do Piauí (TC nº 015.164/2002-6), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN.

O expediente, anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que, por orientação do Relator à matéria, Senador Antonio Carlos Júnior, procedeu a adequação redacional do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2001, de autoria do senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafos aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir a referência à unidade fiscal de referência, índice já extinto.

Esclarece ainda que, por se tratar de caso análogo, adotará o mesmo procedimento com o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Dutra, que altera os arts. 33 e 90 daquela Lei, para excluir a mesma referência.

As referidas proposições foram aprovadas terminantemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, durante o prazo regimental, não houve a interposição do recurso previsto no art. 91 do Regimento Interno.

São os seguintes os textos das matérias que ao à Câmara dos Deputados.

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2001

Acrescenta §§ aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa, na forma do art. 2º, a complementar as disposições referentes à divulgação de pesquisas eleitorais pelos meios de comunicação, em todo o território nacional.

Art. 2º Os arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação, as seguintes informações:

§ 5º Na divulgação de resultados das pesquisas os meios de comunicação devem informar:

I — a entidade ou empresa responsável pela pesquisa e quem a contratou;

II — o período em que foi realizada;

III — a margem de erro prevista;

IV — se a eleição for nacional, os Estados onde ocorreu a pesquisa; se for estadual, os Municípios; se for municipal, os Distritos e Bairros;

V — a idade e o sexo das pessoas entrevistadas.

§ 6º A divulgação de pesquisa sem as informações indicadas no § 5º sujeita o meio de comunicação responsável à multa prevista no § 3º.

§ 7º É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais das 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao início da votação até o seu encerramento pela Justiça Eleitoral.

§ 8º A inobservância do disposto no § 7º constitui crime punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais).” (NR)

“Art. 34.....

§ 4º Aplica-se a faculdade prevista no § 1º a comitês formados por partidos e outras entidades da sociedade civil.”

(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2000

Altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para aperfeiçoar as formas de controle sobre a produção e divulgação de pesquisas eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33.

.....

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita as entidades e empresas responsáveis pela execução da pesquisa e pela divulgação de seus resultados à multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais).

§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) e cassação de registro de funcionamento da empresa.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo são consideradas fraudulentas as pesquisas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

I — discrepância entre as condições de realização do trabalho de pesquisa e as informações registradas pelas entidades e empresas responsáveis;

II — discrepância entre os resultados obtidos e aqueles divulgados;

III — discrepância entre os resultados das pesquisas realizadas após o encerramento do prazo da propaganda eleitoral no rádio e televisão e o resultado das eleições, quando superiores às margens de erro adotadas.” (NR)

Art. 2º O art. 90 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

“Art. 90.

§ 1º Tratando-se de crime previsto no § 4º do art. 33, os prazos deverão ser reduzidos à metade.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-328/2002–CMO

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tendo em vista a votação do Parecer Preliminar à Proposta Orçamentária para 2003 (Projeto de Lei nº 60/2002-CN) ter ocorrido somente nesta data, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de apresentação de Emendas, assim como também de Publicação e distribuição dos avulsos das mesmas, conforme cronograma de tramitação abaixo:

Emendas

Apresentação perante a Comissão.....de 1º a 12-11-02

Publicação e distribuição..... até 17-11-02

Relatórios Setoriais

Apresentação, publicação, distribuição e votação até 27-11-02

Relatório Final

Apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão..... até 11-12-02

Encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional..... até 12-12-02

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Jose Carlos Aleluia**, Presidente.

ORÇAMENTO PARA 2003

ALTERADO-2

PROJETO DE LEI Nº 60/2002-CN

MENSAGEM Nº 190/2002-CN

(Nº 764/2002, na Origem)

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)

Relator-Geral: Senador Sérgio Machado (PMDB/CE)

30 de outubro de 2002

1. Leitura em Sessão do Congresso Nacional... 29-8-02
2. Publicação e distribuição de avulsos até 3-9-02
3. Realização de audiências públicas..... até 17-9-02
4. Apresentação do Parecer Preliminar perante a Comissão..... até 24-10-02

5. Apresentação de Emendas ao Parecer Preliminar..... de 28 a 29-10-02
6. Votação do Parecer Preliminar com Emendas pela Comissão até 31-10-02
7. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de 1º a 12-11-02
8. Publicação e distribuição de avulsos das Emendas* até 17-11-02
9. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Pareceres Setoriais pela Comissão..... até 27-11-02
10. apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do Parecer Final..... até 11-12-02
11. Sistema do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional..... até 12-12-02
12. Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo..... até 15-12-02

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

OF. Nº 117/02-GLPFL

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Em virtude do término da licença do Senador Bello Parga, comunico a V. Exa., e à Casa que S. Exa., voltará a integrar as seguintes Comissões Permanentes:

Comissão de Assuntos Sociais — CAS, como suplente;

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ, como titular;

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — CRE, como suplente;

Comissão de Fiscalização e Controle — CFC, como suplente.

Cordialmente, Senador Jose Agripino Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência designa o Senador Bello Parga como membro in-

tegrante da Bancada do PFL nas Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

LIDERANÇA DO PPB

Ofício nº 370/02

Brasília, 6 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Roberto Balestra, como titular, e o Deputado Pastor Amarildo, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 57, de 7 de agosto de 2002, que "autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS e a União à adquirirem ações da Companhia Energética de Goiás — CELG para efeito de inclusão no Programa Nacional de Desestatização — PND, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº 504/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como titular, em substituição ao Deputado Odelmo Leão, anteriormente indicado para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 46, de 25 de junho de 2002, que "Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal — ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº 529/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Fetter Júnior, como titular, e o Deputado Hugo Biehl, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a

apreciar a Medida Provisória nº 64, de 26 de setembro de 2002, que "Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº 530/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Augusto Nardes, como titular, e o Deputado José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002, que "Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 532/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Mário Negromonte, como titular, e o Deputado Simão Sessim, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 533/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Leodegar Tiscoski, como titular, e o Deputado Jair Bolsonaro, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 68, de 4 de setembro de 2002, que "Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 539/02

Ofício nº 535/02

Brasília, 09 de outubro de 2002

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado João Leão, como titular, e o Deputado Marcus Vicente, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que "Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 536/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Gerson Peres, como titular, e o Deputado Edmar Moreira, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que "altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 538/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Celso Russomanno, como titular, e o Deputado Luisinho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 62, de 22 de agosto de 2002, que "altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Dino Fernandes, como titular, e a Deputada Almerinda de Carvalho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002, que "cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências."

Atenciosamente, - Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº 119/02-GLPFL

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores indicados anteriormente, pelos Senadores Geraldo Althoff e Leomar Quintanilha, respectivamente, como titulares, e os Senadores Bello Parga e Paulo Souto, como suplentes, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 74, de 23 de outubro de 2002, que "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo."

Atenciosamente, - Senador **José Agripino** Líder do PFL no Senado Federal.

OF. PSDB/I/Nº/1.039/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa o Deputado Paulo Kobayashi, para integrar como membro titular a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Sampaio Dória que doravante passa a integrá-la, como membro suplente.

Respeitosamente, - Deputado **Jutahy Júnior**, Líder do PSDB.

Of. S/Nº/2002

Brasília, 31 de outubro de 2002

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta presidência, os Senadores do bloco PSDB/PPB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 76

Publicação **DOU**: 28-10-02

Assunto: Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Romero Jucá	Senador Benício Sampaio
Senador Artur da Távola	Senador Antero Paes de Barros
Senador Eduardo Siqueira Campos	Senador Lúcio Alcântara

Brasília, 31 de outubro de 2002. - **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do Bloco PSDB/PPB que compõem a Comissão Especial Mista Destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 77

Publicação **DOU:** 28-10-02

Assunto: Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mútuos com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Geraldo Melo	Senador Romero Jucá
Senador Luiz Pontes	Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Antero Paes de Barros	Senador Teotônio Vilela Filho

Brasília, 31 de outubro de 2002. - **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa projetos de lei do Congresso Nacional que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI Nº 68. DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil e quinhentos e dois reais), em favor das empresas COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., Banco do Estado do Ceará S.A., Companhia Docas do Espírito Santo, Companhia Docas do Pará e Companhia Docas do Rio de Janeiro, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte das dotações de outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502
26 TRANSPORTE		780,000
	TOTAL - GERAL	14.997,502
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZAÇÃO		250,000
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		780,000
	TOTAL - GERAL	14.997,502
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502
692 COMERCIALIZAÇÃO		250,000
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502
26 TRANSPORTE		780,000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		780,000
	TOTAL - GERAL	14.997,502
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		380,000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300,000
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		6.818,385
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.499,117
	TOTAL - GERAL	14.997,502
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		14.217,502
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		780,000
	TOTAL - GERAL	14.997,502
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		14.347,502
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		14.347,502
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		14.347,502
TOTAL DA RECEITA ...14.347,502	RECEITAS CORRENTES ...14.347,502	RECEITAS DE CAPITAL ... 0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 14.217,502		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZAÇÃO		250,000
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		6.818,385
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.399,117
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.		250,000
25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.		13.967,502
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		14.217,502
TOTAL		14.217,502
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		13.967,502
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		13.967,502
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		13.967,502
TOTAL DA RECEITA	13.967,502	RECEITAS CORRENTES 13.967,502 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250,000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		250,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZAÇÃO		250,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		250,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		250,000
TOTAL		250,000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	MÓDULO	EQUIPAMENTO	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							6.818.385
		PROJETOS					
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS					6.818.385
23 694	0781 3324 0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA					6.818.385
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	90	0 495	6.818.385
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							7.149.117
		ATIVIDADES					
23 694	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					4.048.165
23 694	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL					4.048.165
		BEM MOVEL MANTIDO (*)	I	4 - INV	90	0 495	4.048.165
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					3.100.952
23 694	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL					3.100.952
		ATIVO MANTIDO (*)	I	4 - INV	90	0 495	3.100.952
TOTAL - INVESTIMENTO							13.967.502

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 780.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		780.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		780.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		380.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		100.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
39211 COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO		380.000
39215 COMPANHIA DO CAS DO PARA		300.000
39216 COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO		100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		780.000
TOTAL		780.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		380.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		380.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		380.000
TOTAL DA RECEITA	380.000	RECEITAS CORRENTES 380.000
		RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 380.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		380.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		380.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		380.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		380.000
TOTAL		380.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		380.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		380.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		380.000
TOTAL DA RECEITA	380.000	RECEITAS CORRENTES 380.000
		RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO 1			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0230 CORREDOR LESTE			380.000					
		PROJETOS						
26 784	0230 3503	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA						180.000
26 784	0230 3503 0032	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						180.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	180.000
26 784	0230 3508	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES)						200.000
26 784	0230 3508 0032	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						200.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTO			380.000					

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 300.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		300,000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		300,000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300,000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		300,000
TOTAL		300,000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F.	G N D	M O D	I U E	F I E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								300,000
PROJETOS								
26 784	0237 3337	EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE BELEM						300,000
26 784	0237 3337 0015	EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA						300,000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495	300,000
TOTAL - INVESTIMENTO								300,000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 100.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		100,000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		100,000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		100,000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		100,000
TOTAL		100,000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F.	G N D	M O D	I U E	F I E	V A L O R
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			100,000					
		ATIVIDADES						
26 784	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						100,000
26 784	0807 4102 0033	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100,000
		BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	100,000
TOTAL - INVESTIMENTO			100,000					

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
26 TRANSPORTE			400,000
TOTAL - GERAL			650,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			400,000
TOTAL - GERAL			650,000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
26 TRANSPORTE			400,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			400,000
TOTAL - GERAL			650,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0230 CORREDOR LESTE			100,000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			300,000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
TOTAL - GERAL			650,000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
25000 MINISTERIO DA FAZENDA			250,000
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES			400,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			
ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 250,000			
- P. POR FUNCOES			250,000
- SERVICOS			
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			250,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			250,000
TOTAL			250,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			
ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250,000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			250,000
TOTAL			250,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			
ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
		ATIVIDADES	
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO	250,000
23 692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	250,000
		ATIVO MANTIDO (*)	250,000
TOTAL - INVESTIMENTO			250,000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E N F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								300.000
		PROJETOS						
26 784	0237 3269	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA)						300.000
26 784	0237 3269 0015	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARA						300.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 99	1	4 - INV	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTO								300.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 100.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		100,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		100,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		100,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		100,000
TOTAL		100,000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F I E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE								100,000
		PROJETOS						
26 784	0230 3341	DESAPROPRIACAO PARA EXPANSAO DE AREA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)						100,000
26 784	0230 3341 0033	DESAPROPRIACAO PARA EXPANSAO DE AREA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100,000
		AREA DESAPROPRIADA (M²) 7000	1	4 - INV	90	0	495	100,000
TOTAL - INVESTIMENTO								100,000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

O Projeto Lei nº 68, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para a apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 69, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.748.277,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 8.748.277,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais), em favor das empresas Hospital Cristo Redentor S.A., Hospital Fêmima S.A. e Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de “Aumento do Patrimônio Líquido – Outras Fontes”, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	8.748.277
TOTAL - GERAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.748.277
TOTAL - GERAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES	
10 SAÚDE	8.748.277
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.748.277
TOTAL - GERAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS	8.748.277
TOTAL - GERAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO	
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE	8.748.277
TOTAL - GERAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	8.748.277
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.748.277
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	8.748.277
TOTAL DA RECEITA ...8.748.277 RECEITAS CORRENTES ...0 RECEITAS DE CAPITAL ...	8.748.277
ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	
ANEXO	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 8.748.277	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS	8.748.277
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.	5.471.474
36209 HOSPITAL FEMINA S.A.	1.120.747
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.	2.156.056

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		8.748.277

TOTAL		8.748.277
-------	--	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		8.748.277
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.748.277
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES		8.748.277
TOTAL DA RECEITA		8.748.277

RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL	8.748.277
--------------------	---	---------------------	-----------

ORÇAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.471.474

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES		
10 SAÚDE		5.471.474

QUADRO SINTESE POR SUBFUNÇÕES		
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		5.471.474

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS		5.471.474

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.471.474

TOTAL		5.471.474
-------	--	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.471.474
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.471.474
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES		5.471.474
TOTAL DA RECEITA		5.471.474

RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL	5.471.474
--------------------	---	---------------------	-----------

ORÇAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS								5.471.474

PROJETOS								
10 302	0004 5219	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.						5.471.474
10 302	0004 5219 0043	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						5.471.474
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 5	I	4 - INV	90	0	495	5.471.474

TOTAL - INVESTIMENTO		5.471.474
----------------------	--	-----------

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								1.120.747
		PROJETOS						
10 302	0004 5217	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A.						1.120.747
10 302	0004 5217 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						1.120.747
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	1.120.747
TOTAL - INVESTIMENTO								1.120.747

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

O Projeto de Lei nº 69, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-1 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 70, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 2.367.078.669,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil e duzentos e quarenta e um reais), em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito internas e externas, de aportes de capital pela controladora e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei e de cancelamento em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407/2002), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 2.367.078.669,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1.00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDÚSTRIA		50.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
26 TRANSPORTE		305.814.954
	TOTAL - GERAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		148.573.520
692 COMERCIALIZAÇÃO		65.158.819
753 PETRÓLEO		1.111.656.155
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		104.832.718
	TOTAL - GERAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
22 INDÚSTRIA		50.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		50.000
23 COMERCIO E SERVIÇOS		65.158.819
692 COMERCIALIZAÇÃO		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		148.573.520
753 PETRÓLEO		1.111.656.155
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		103.563.350
26 TRANSPORTE		305.814.954
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		1.269.368
	TOTAL - GERAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		175.414.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL		58.849.500
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		891.310.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO		148.523.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		104.832.718
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS		294.045.586
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO		108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		61.790.787
	TOTAL - GERAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		1.843.369.241
	TOTAL - GERAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		902.761.676
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		362.190.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		362.190.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.078.616
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		75.078.616
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		441.033.060
6.3.1.0.00.00 INTERNAS		215.093.060
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		225.940.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		24.460.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS		24.460.000
TOTAL DA RECEITA ...902.761.676	RECEITAS CORRENTES ...362.190.000	RECEITAS DE CAPITAL ... 540.571.676
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.843.369.241		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDUSTRIA		50.000
23 COMERCIO E SERVICOS		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
26 TRANSPORTE		305.814.954
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUCAO INDUSTRIAL		148.573.520
692 COMERCIALIZACAO		65.158.819
753 PETROLEO		1.111.656.155
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		104.832.718
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		175.414.687
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		58.849.500
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		891.310.000
0288 REFINO DE PETROLEO		148.523.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL		104.832.718
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS		294.045.586
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO		108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		61.790.787
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.		679.567.781
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		65.158.819
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		175.414.687
32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A.		50.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.		305.814.954
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY		588.130.000
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.		29.233.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.843.369.241

TOTAL	1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	902.761.676
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	362.190.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	362.190.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	75.078.616
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA	75.078.616
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	441.033.060
6.3.1.0.00.00 INTERNAS	215.093.060
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	225.940.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	24.460.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS	24.460.000
TOTAL DA RECEITA	902.761.676 RECEITAS CORRENTES 362.190.000 RECEITAS DE CAPITAL 540.571.676

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 679.567.781	

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	679.567.781
25 ENERGIA	

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	108.602.443
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	119.290.520
753 PETROLEO	348.111.468
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	103.563.350

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL	303.180.000
0288 REFINO DE PETROLEO	119.290.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	103.563.350
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA DE PETROLEO	108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	44.931.468

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	679.567.781
TOTAL	679.567.781

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO-SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								303.180.000
ATIVIDADES								
25 753	0286 2753	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD)						32.000.000
25 753	0286 2753 0040	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD) - NA REGIAO SUL						32.000.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	32.000.000
25 753	0286 4109	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL						64.000.000
25 753	0286 4109 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						64.000.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	64.000.000
25 753	0286 4237	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						173.180.000
25 753	0286 4237 0001	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						173.180.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	173.180.000
25 753	0286 4393	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						5.000.000
25 753	0286 4393 0001	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						5.000.000
		POCO EXPLORATORIO PERFURADO (UNITADE)	1	4 - INV	90	0	495	5.000.000

		(UNIDADE)						
		PROJETOS						
25 753	0286 3095	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NOS CAMPOS PETROLÍFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUÇÃO DE 70 MIL BPD EM 2003)						16.000.000
25 753	0286 3095 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NOS CAMPOS PETROLÍFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUÇÃO DE 70 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						15.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35	1	4 - INV	90	0	495	16.030.200
25 753	0286 3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003)						13.000.000
25 753	0286 3317 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						13.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35	1	4 - INV	90	0	495	13.030.000
0288 - REFINO DE PETRÓLEO								119.290.520

		ATIVIDADES						
25 662	0288 4108	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO						16.894.420
25 662	0288 4108 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL						16.894.420
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	16.894.420
		PROJETOS						
25 662	0288 3129	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA)						13.547.950
25 662	0288 3129 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA						13.547.950
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	90	0	495	13.547.950
25 662	0288 3143	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG)						24.396.350
25 662	0288 3143 0031	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						24.396.350
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	24.396.350
25 662	0288 3151	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP)						61.573.050
25 662	0288 3151 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO						61.573.050
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	61.573.050
25 662	0288 3157	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP)						2.878.750
25 662	0288 3157 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO						2.878.750
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.878.750
0289 - TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL								103.563.350

		ATIVIDADES						
25 785	0289 4107	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						4.358.710
25 785	0289 4107 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL - NACIONAL						4.358.710
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	4.358.710
25 785	0289 4451	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO						84.726.640
25 785	0289 4451 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO - NACIONAL						84.726.640
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	84.726.640
		PROJETOS						

679.567.781

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 65.158.819		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS		65.158.819
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 692 COMERCIALIZACAO		65.158.819
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		58.849.500 6.309.319
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		65.158.819
TOTAL		65.158.819

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N O	M O D	I U D	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								58.849.500
		ATIVIDADES						
23 692	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						16.522.250
23 692	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						16.522.250
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	16.522.250
23 692	0283 2799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES						42.327.250
23 692	0283 2799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL						42.327.250
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	42.327.250
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								6.309.319
		ATIVIDADES						
23 692	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						528.738
23 692	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						528.738
		IMÓVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	528.738
23 692	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						5.780.581
23 692	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						5.780.581
		BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	5.780.581
TOTAL - INVESTIMENTO								65.158.819

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 175.414.687		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		175.414.687
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 PETROLEO		175.414.687

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A.

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A.

ANEXO I			RECREDITO SUPPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FLU./N.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								50.000
		ATIVIDADES						
22 662	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						50.000
22 662	0807 4102 0501	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	50.000
TOTAL - INVESTIMENTO								50.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 305.814.954

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE 305.814.954

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS 1.269.368

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL 1.269.368
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS 294.045.586
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 10.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 305.814.954

TOTAL 305.814.954

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 290.171.676
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 75.078.616
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA 75.078.616
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 215.093.060
6.3.1.0.00.00 INTERNAS 215.093.060
TOTAL DA RECEITA 290.171.676 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 290.171.676

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	F S	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL								1.269.368
PROJETOS								
26 785	0289 1045	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS	1	4 - INV	90	0	495	1.269.368
26 785	0289 1045 0001	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS - NACIONAL						1.269.368
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)						1.269.368
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS								294.045.586
PROJETOS								
26 784	0290 1061	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS	1	4 - INV	90	0	495	3.601.500
26 784	0290 1061 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						3.601.500
		NAVIO MODERNIZADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)						3.601.500
26 784	0290 1065	AQUISICAO DE NAVIOS DA PETROBRAS	1	4 - INV	90	0	495	290.444.086
26 784	0290 1065 0053	AQUISICAO DE NAVIOS DA PETROBRAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						290.444.086
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 7						290.444.086
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								10.500.000
ATIVIDADES								
26 784	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	4 - INV	90	0	495	2.500.000
26 784	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						2.500.000
		BEM MOVEL MANTIDO (%)						2.500.000
PROJETOS								
26 784	0807 1727	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	1	4 - INV	90	0	495	8.000.000
26 784	0807 1727 0033	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						8.000.000
		BEM ADQUIRIDO (UNIDADE)						8.000.000

TOTAL - INVESTIMENTO	305.814.954
----------------------	-------------

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 588.130.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA | 588.130.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
753 PETRÓLEO | 588.130.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL | 588.130.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 588.130.000

TOTAL | 588.130.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 588.130.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 362.190.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 362.190.000
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO 225.940.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS 225.940.000
TOTAL DA RECEITA 588.130.000 RECEITAS CORRENTES 362.190.000 RECEITAS DE CAPITAL 225.940.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA-AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U I	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL								588.130.000
ATIVIDADES								
25 753	0286 2851	AQUISICÃO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETRÓLEO E GAS NATURAL						588.130.000
25 753	0286 2851 0002	AQUISICÃO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						588.130.000
		BEM ADQUIRIDO (1% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495	588.130.000
TOTAL - INVESTIMENTO								588.130.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 29.233.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA | 29.233.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 29.233.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0288 REFINO DE PETRÓLEO | 29.233.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 29.233.000

TOTAL | 29.233.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		24.460.000
6.9.0.0.00.00	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		24.460.000
6.9.3.0.00.00	OUTRAS ESTATAIS		24.460.000
TOTAL DA RECEITA	24.460.000	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	24.460.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0288 REFINO DE PETROLEO							29.233.000
		ATIVIDADES					
25 662	0288 2555	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL					641.000
25 662	0288 2555 0043	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					641.000
		SISTEMA MANTIDO (1%)	1	4 - INV	90	0 495	641.000
		PROJETOS					
25 662	0288 5085	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS)					28.592.000
25 662	0288 5085 5043	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					28.592.000
		REFINARIA ADAPTADA (1% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0 495	28.592.000
TOTAL - INVESTIMENTO							29.233.000

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00**

QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
22 INDÚSTRIA			85.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			65.158.819
25 ENERGIA			2.286.191.572
26 TRANSPORTE			15.643.278
TOTAL - GERAL			2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA			10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			449.808.150
692 COMERCIALIZAÇÃO			66.078.669
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			11.000.000
753 PETRÓLEO			970.428.237
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			15.643.278
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			843.369.861
TOTAL - GERAL			2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
22 INDÚSTRIA			85.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			85.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			65.158.819
692 COMERCIALIZAÇÃO			65.158.819
25 ENERGIA			2.286.191.572
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA			10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			449.723.150
692 COMERCIALIZAÇÃO			919.850
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			11.000.000
753 PETRÓLEO			970.428.237
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			843.369.861
26 TRANSPORTE			15.643.278
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			15.643.278
TOTAL - GERAL			2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			177.839.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL			56.020.405
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			768.920.000
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET			5.140.581
0288 REFINO DE PETRÓLEO			449.723.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL			843.369.861
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS			1.643.278
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE			11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA			10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO			18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			24.279.233
TOTAL - GERAL			2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			2.367.078.669
TOTAL - GERAL			2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.426.471.104

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	745.779.719
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	745.779.719
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	680.691.385
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	680.691.385
TOTAL DA RECEITA ...1.426.471.104 RECEITAS CORRENTES ...745.779.719 RECEITAS DE CAPITAL ...	680.691.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
22 INDÚSTRIA	85.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	65.158.819
25 ENERGIA	2.286.191.572
26 TRANSPORTE	15.643.278

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	449.808.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	66.078.669
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	970.428.237
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	15.643.278
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	177.839.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL	56.820.405
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	768.920.000
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	5.140.581
0288 REFINO DE PETRÓLEO	449.723.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	843.369.861
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	1.643.278
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	24.279.233

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	2.106.003.885
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	65.158.819
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.	175.414.687
32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A.	85.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	15.643.278
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	4.773.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.367.078.669

TOTAL	2.367.078.669
-------	---------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.426.471.104
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	745.779.719
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	745.779.719
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	680.691.385
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	680.691.385
TOTAL DA RECEITA ...1.426.471.104 RECEITAS CORRENTES ...745.779.719 RECEITAS DE CAPITAL ...	680.691.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.106.003.885

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	2.106.003.885

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	444.950.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	919.850
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	795.013.550
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL	919.850
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	768.920.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO	444.950.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	843.369.861
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	7.701.550

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.106.003.885

TOTAL	2.106.003.885
-------	---------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				1.426.436.104
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS				745.744.719
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA				745.744.719
6.3.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO				680.691.385
6.3.2.0.00.00	EXTERNAS				680.691.385
TOTAL DA RECEITA	1.426.436.104	RECEITAS CORRENTES	745.744.719	RECEITAS DE CAPITAL	680.691.385

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL								919.850
		PROJETOS						
25 692	0283 3336	IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER						919.850
25 692	0283 3336 0001	IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER - NACIONAL						919.850
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 10	1	4 - INV	90	0	495	919.850
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL								768.920.000
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2751	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD)						5.000.000
25 753	0286 2751 0010	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD) - NA REGIÃO NORTE						5.000.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	5.000.000
25 753	0286 2759	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD)						48.000.000
25 753	0286 2759 0030	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD) - NA REGIÃO SUDESTE						48.000.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	48.000.000
25 753	0286 2761	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD)						217.920.000
25 753	0286 2761 0020	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD) - NA REGIÃO NORDESTE						217.920.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	217.920.000
		PROJETOS						
25 753	0286 1119	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUÇÃO DE 80 MIL BPD EM 2003)						402.000.000
25 753	0286 1119 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUÇÃO DE 80 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						402.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 19	1	4 - INV	90	0	495	402.000.000
25 753	0286 3312	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUÇÃO DE 570 MIL BPD EM 2003)						96.000.000
25 753	0286 3312 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUÇÃO DE 570 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						96.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	90	0	495	96.000.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO								444.950.150
		ATIVIDADES						

25 662	0288 2767	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO						6.704.000
25 662	0288 2767 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL						6.704.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	6.724.000
		PROJETOS						
25 662	0288 3125	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP)						7.834.250
25 662	0288 3125 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						7.834.250
		REFINARIA ADAPTADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495	7.854.250
25 662	0288 3135	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ)						203.800.650
25 662	0288 3135 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						203.800.650
		REFINARIA ADAPTADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	90	0	495	203.800.650
25 662	0288 3155	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP)						192.618.400
25 662	0288 3155 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						192.618.400
		REFINARIA ADAPTADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	90	0	495	192.618.400
25 662	0288 3161	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR)						33.992.850
25 662	0288 3161 0041	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR) - NO ESTADO DO PARANA						33.992.850
		REFINARIA ADAPTADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 7	1	4 - INV	90	0	495	33.992.850

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL.

843.369.861

		PROJETOS						
25 785	0289 1131	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM						1.618.000
25 785	0289 1131 0013	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM - NO ESTADO DO AMAZONAS						1.618.000
		GASODUTO IMPLANTADO (%) DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	90	0	495	1.618.000
25 785	0289 1173	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE						252.477.611
25 785	0289 1173 0020	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						252.477.611
		CAPACIDADE AMPLIADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 48	1	4 - INV	90	0	495	252.477.611
25 785	0289 3103	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 1 PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA						16.290.000
25 785	0289 3103 0032	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 1 PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						16.290.000
		SISTEMA AMPLIADO (%) DE EXECUCAO FISICA) 87	1	4 - INV	90	0	495	16.290.000
25 785	0289 3111	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM						77.252.067
25 785	0289 3111 0035	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM - NO ESTADO DE SAO PAULO						77.252.067
		GASODUTO IMPLANTADO (%) DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	90	0	495	77.252.067
25 785	0289 3165	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABIUNAS (RJ)						750.000
25 785	0289 3165 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						750.000
		SISTEMA IMPLANTADO (%) DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495	750.000
25 785	0289 5159	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE						185.328.052
25 785	0289 5159 0030	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE						185.328.052
		CAPACIDADE AMPLIADA (%) DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	90	0	495	185.328.052
25 785	0289 5161	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM						304.804.131

25 785	0289 5161 0030	(SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65	1	4 - INV	90	0	495	304.804.131
25 785	0289 5882	IMPLANTACAO/CONSTRUCAO DE GASODUTO						3.900.000
25 785	0289 5882 0002	IMPLANTACAO-CONSTRUCAO DE GASODUTO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ESTADO APOIADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	3.900.000
25 785	0289 7993	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 300.000 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAI DA ILHA GRANDE (RJ)						950.000
25 785	0289 7993 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 300.000 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAI DA ILHA GRANDE (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 120	1	4 - INV	90	0	495	950.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE								11.000.000
		PROJETOS						
25 751	0294 3117	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE						11.000.000
25 751	0294 3117 0020	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 55	1	4 - INV	90	0	495	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA AREA ENERGETICA								10.750.474
		ATIVIDADES						
25 572	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA						10.750.474
25 572	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA DE PETROLEO								18.392.000
		ATIVIDADES						
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL						18.392.000
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								7.701.550
		PROJETOS						
25 753	0807 1171	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS						7.701.550
25 753	0807 1171 0001	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	7.701.550
TOTAL - INVESTIMENTO								2.106.003.885

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 65.158.819

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMERCIO E SERVICOS

65.158.819

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
692 COMERCIALIZACAO

65.158.819

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0232 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL
0287 RACIONALIZACAO DO USO DE DERIVADOS DE PETROLEO E DO GAS NATURAL - CONPET
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

2.425.000
55.100.555
5.140.581
2.492.683

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	65.158.819
TOTAL	65.158.819

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	U S F	C N D	M O D	J U L	F I E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								2.425.000
PROJETOS								
23 692	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR						2.425.000
23 692	0282 5484 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						2.425.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (*) DE EXECUÇÃO FÍSICA) 56	1	4 - INV	90	0	495	2.425.000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								55.100.555
ATIVIDADES								
23 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						18.230.554
23 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						18.230.554
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (*)	1	4 - INV	90	0	495	18.230.554
23 692	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						20.009.393
23 692	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						20.009.393
		SISTEMA MANTIDO (*)	1	4 - INV	90	0	495	20.009.393
PROJETOS								
23 692	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						14.862.000
23 692	0283 3348 0010	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORTE						1.118.646
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	1.118.646
23 692	0283 3348 0020	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORDESTE						2.716.710
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.716.710
23 692	0283 3348 0030	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUDESTE						6.552.064
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 9	1	4 - INV	90	0	495	6.552.064
23 692	0283 3348 0040	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUL						2.556.903
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.556.903
23 692	0283 3348 0050	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE						1.917.677
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	1.917.677
23 692	0283 3351	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES						1.998.608
23 692	0283 3351 0030	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NA REGIAO SUDESTE						1.998.608
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	1.998.608
0287 RACIONALIZACAO DO USO DE DERIVADOS DE PETROLEO E DO GAS NATURAL - CONPET								5.140.581
PROJETOS								
23 692	0287 5263	INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA						5.140.581

23 692	0237 5263 0010	RODOVIÁRIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORTE	1	4 - INV	90	0	495	149.726
23 692	0237 5263 0020	CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 2 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	90	0	495	149.726 1.197.505
23 692	0237 5263 0030	CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 16 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	90	0	495	1.197.805 2.345.702
23 692	0237 5263 0040	CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 33 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUL	1	4 - INV	90	0	495	2.345.702 798.537
23 692	0237 5263 0050	CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 11 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	90	0	495	798.537 648.811
		CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 9	1	4 - INV	90	0	495	648.811
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								2.492.683
		ATIVIDADES						
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						2.492.683
23 692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						2.492.683
		ATIVO MANTIDO (*)	1	4 - INV	90	0	495	2.492.683
TOTAL - INVESTIMENTO								65.158.819

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 175.414.687		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		175.414.687
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 PETROLEO		175.414.687
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		175.414.687
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		175.414.687
TOTAL		} 175.414.687

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00	
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO			175.414.687
		PROJETOS	
25 753	0282 3275	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR	175.414.687
25 753	0282 3275 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	175.414.687
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 20000	175.414.687

TOTAL - INVESTIMENTO	175.414.687
----------------------	-------------

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 85.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
22 INDÚSTRIA | 85.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 85.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 85.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 85.000

TOTAL | 85.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 35.000
6.1.0.0.00,00 RECURSOS PRÓPRIOS 35.000
6.1.1.0.00,00 GERAÇÃO PRÓPRIA 35.000
TOTAL DA RECEITA 35.000 RECEITAS CORRENTES 35.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	E I E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								85.000
		ATIVIDADES						
22 662	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						85.000
22 662	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						85.000
		ATIVO MANTIDO (*)	1	4	INV	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO								85.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 15.643.278

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
26 TRANSPORTE | 15.643.278

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO | 15.643.278

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS 1.643.278
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 15.643.278

TOTAL | 15.643.278

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	V A L O R
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS			1.643.278					
PROJETOS								
26 784	0290 1063	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB						1.643.278
26 784	0290 1063 0033	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						1.643.278
		CONSTRUCAO DE NAVIO FISCALIZADA (6a) 50	1	4 - INV	90	0	495	1.643.278
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			14.000.000					
PROJETOS								
26 784	0807 1059	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS						14.000.000
26 784	0807 1059 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS - NACIONAL						14.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (6a DE EXECUCAO FISICA) 52	1	4 - INV	90	0	495	14.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO			15.643.278					

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.773.000								
QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
25 ENERGIA			4.773.000					
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES								
662 PRODUCAO INDUSTRIAL			4.773.000					
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0288 REFINO DE PETROLEO			4.773.000					
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			4.773.000					
TOTAL			4.773.000					

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	V A L O R
0288 REFINO DE PETROLEO			4.773.000					
ATIVIDADES								
25 662	0288 2557	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO						4.773.000
25 662	0288 2557 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.773.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	4.773.000
TOTAL - INVESTIMENTO			4.773.000					

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....
O Projeto de Lei nº 70, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 71, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito externas, de outros recursos de longo prazo da credenciadora, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e cancelamento em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES RS 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		1.539.365.662
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		178.920.000
0295 ENERGIA NO EIXO SUL		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		1.753.297.047
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.712.285.662
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		587.094.854
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		587.094.854
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		557.920.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		557.920.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		567.270.808
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		567.270.808
TOTAL DA RECEITA ...1.712.285.662	RECEITAS CORRENTES ...587.094.854	RECEITAS DE CAPITAL ...1.125.190.808
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DO ORGAO : RS 1.753.297.047		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		1.539.365.662
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		178.920.000
0295 ENERGIA NO EIXO SUL		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A.		32.384.000
32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY		30.270.808
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		2.627.385
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		6.000.000
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY		147.920.000
32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.		55.142.400
32286 BRASPETRO OIL COMPANY		27.131.662
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.753.297.047
TOTAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.712.285.662
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		587.094.854
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		587.094.854
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		557.920.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		557.920.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		567.270.808
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		567.270.808
TOTAL DA RECEITA	1.712.285.662	RECEITAS CORRENTES 587.094.854
		RECEITAS DE CAPITAL 1.125.190.808
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.		
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	C S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NO EIXO SUL								3.000.000
		PROJETOS						
25 751	0295 3174	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO EIXO SUL						3.000.000
25 751	0295 3174 0045	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO EIXO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 30	1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								29.384.000
		ATIVIDADES						
53	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						29.384.000
53	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL IMÓVEL MANTIDO (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	29.384.000
TOTAL - INVESTIMENTO								32.384.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 30.270.808		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		30.270.808
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 PETROLEO		30.270.808
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		5.270.808
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		25.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		30.270.808
TOTAL		30.270.808
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		30.270.808
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		15.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		15.000.000
6.1.1.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		15.270.808
6.1.1.0.00.00 CONTROLADORA		15.270.808
RECEITA	30.270.808	RECEITAS CORRENTES 15.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL 15.270.808

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO5.270.808								
		PROJETOS						
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						5.270.808
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						5.270.808
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	90	0	495	5.270.808
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL25.000.000								
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2100	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						25.000.000
25 753	0286 2100 0002	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						25.000.000
		PLATAFORMA MANTIDA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	25.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO30.270.808								

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								2.627.385
		PROJETOS						
23 692	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						2.627.385
23 692	0283 3347 0050	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE						2.627.385
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	2.627.385
TOTAL - INVESTIMENTO								2.627.385

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								6.000.000
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2100	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						6.000.000
25 753	0286 2100 0002	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						6.000.000
		PLATAFORMA MANTIDA (%) 100	I	4 - INV	90	0	495	6.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								6.000.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								147.920.000
		PROJETOS						
25 753	0286 1924	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO						147.920.000
25 753	0286 1924 0002	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO - NO EXTERIOR						147.920.000
		EQUIPAMENTO CONVERTIDO (% DE EXECUÇÃO FISICA) 2	I	4 - INV	90	0	495	147.920.000
TOTAL - INVESTIMENTO								147.920.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA - AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								55.142.400
		ATIVIDADES						
25 753	0282 2126	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA						19.521.600
25 753	0282 2126 0002	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA - NO EXTERIOR						19.521.600
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	19.521.600
		PROJETOS						
25 753	0282 1926	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						35.620.800
25 753	0282 1926 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						35.620.800
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 32	1	4 - INV	90	0	495	35.620.800
TOTAL - INVESTIMENTO								55.142.400

27,131,662

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								1.451.820.792
		PROJETOS						
	0282 3275	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						387.404.721
25 753	0282 3275 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						387.404.721
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 40000	1	4 - INV	90	0	495	387.404.721
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						258.225.585
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						258.225.585
		CAPACIDADE AMPLIADA (1% DE EXECUCAO FISICA) 25	1	4 - INV	90	0	495	258.225.585
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						39.110.307
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						39.110.307
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 53	1	4 - INV	90	0	495	39.110.307
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						767.080.179
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						767.080.179
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 61000	1	4 - INV	90	0	495	767.080.179
TOTAL - INVESTIMENTO								1.451.820.792

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
26 TRANSPORTE		97.428.000
TOTAL - GERAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZAÇÃO		2.627.385
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETRÓLEO		705.351.762
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		97.428.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
TOTAL - GERAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.627.385
692 COMERCIALIZAÇÃO		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETRÓLEO		705.351.762
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
26 TRANSPORTE		97.428.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		97.428.000
TOTAL - GERAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		675.967.762
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		260.638.412
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS		97.428.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
TOTAL - GERAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		1.069.045.559
TOTAL - GERAL		1.069.045.559
SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.028.034.174
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		229.453.362
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		229.453.362
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		798.580.812
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		798.580.812
TOTAL DA RECEITA ...1.028.034.174	RECEITAS CORRENTES ...229.453.362	RECEITAS DE CAPITAL ... 798.580.812
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.069.045.559		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
26 TRANSPORTE		97.428.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		705.351.762
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		97.428.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		675.967.762
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL		260.638.412
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS		97.428.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A.		32.384.000
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		2.627.385
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		675.967.762
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.		260.638.412
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY		97.428.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.069.045.559
TOTAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.028.034.174
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		229.453.362
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		229.453.362
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		798.580.812
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		798.580.812
TOTAL DA RECEITA 1.028.034.174	RECEITAS CORRENTES 229.453.362	RECEITAS DE CAPITAL 798.580.812
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.		

TOTAL - INVESTIMENTO	32.384.000
----------------------	------------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 675.967.762		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		675.967.762
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 PETROLEO		675.967.762
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		675.967.762
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		675.967.762
TOTAL		675.967.762
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		669.967.762
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		209.967.762
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		209.967.762
6.1.1.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		460.000.000
6.1.1.0.00.00 ENTERNAS		460.000.000
TOTAL DA RECEITA	669.967.762 RECEITAS CORRENTES 209.967.762 RECEITAS DE CAPITAL	460.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								675.967.762
		PROJETOS						
	25 753 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						162.576.294
		INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						162.576.294
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 20000	1	4 - INV	90	0	495	162.576.294
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						97.902.167
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						97.902.167
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 188	1	4 - INV	90	0	495	97.902.167
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						415.489.301
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						415.489.301
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 53000	1	4 - INV	90	0	495	415.489.301
TOTAL - INVESTIMENTO								675.967.762

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL								260.638.412
		PROJETOS						
25 785	0289 3352	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 44 MILHOES DE M3/DIA						260.638.412
25 785	0289 3352 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 44 MILHOES DE M3/DIA - NACIONAL						260.638.412
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 24	1	4 - INV	90	0	495	260.638.412
TOTAL - INVESTIMENTO								260.638.412

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

O Projeto de Lei nº 71, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 11.236.692,00, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.236.692,00 (onze milhões, duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no âmbito dos próprios Órgãos, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									6.580
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							6.580
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	128	6.580
TOTAL - FISCAL									6.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.580

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									11.229.106
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 273	0750 0110	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA							11.229.106
04 273	0750 0110 0001	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL							11.229.106
			F	3	P	90	0	250	11.229.106
TOTAL - FISCAL									11.229.106
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.229.106

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

O Projeto de Lei nº 72, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 73, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00 (cento e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN de 2001, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – incorporação de excesso de arrecadação de receitas financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 15.777.396,00 (quinze milhões, setecentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e seis reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 88.255.476,00 (oitenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0461 - EXPANSAO E CONSOLIDACAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO									40.000
		ATIVIDADES							
19 571	0461 4132	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA							40.000
19 571	0461 4132 0001	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA - NACIONAL							40.000
			F	4	P	90	0	150	40.000
0477 - DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS TECNOLÓGICOS									325.000
		ATIVIDADES							
19 571	0477 2291	METROLOGIA DE TEMPO E FREQUENCIA, GRAVIMETRIA E ORIENTACAO MAGNETICA							60.000
19 571	0477 2291 0001	METROLOGIA DE TEMPO E FREQUENCIA, GRAVIMETRIA E ORIENTACAO MAGNETICA - NACIONAL							60.000
			F	3	P	90	0	150	60.000
19 572	0477 4140	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL							265.000
19 572	0477 4140 0001	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL - NACIONAL							265.000
			F	3	P	90	0	150	265.000
0681 - GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									1.130.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 212	0681 0189	CONTRIBUICAO A FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS - FLACSO							140.000
19 212	0681 0189 0001	CONTRIBUICAO A FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS - FLACSO - NACIONAL							140.000
			F	3	P	80	0	100	140.000
19 212	0681 0190	CONTRIBUICAO AO UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC							800.000
19 212	0681 0190 0001	CONTRIBUICAO AO UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC - NACIONAL							800.000
			F	3	P	80	0	100	800.000
19 212	0681 0194	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO INTERAMERICANO PARA PESQUISA EM MUDANCAS GLOBAIS							100.000
19 212	0681 0194 0001	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO INTERAMERICANO PARA PESQUISA EM MUDANCAS GLOBAIS - NACIONAL							100.000
			F	3	P	80	0	100	100.000
19 212	0681 0196	CONTRIBUICAO AO CENTRO LATINO-AMERICANO DE FISICA - CLAF							90.000
19 212	0681 0196 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO LATINO-AMERICANO DE FISICA - CLAF - NACIONAL							90.000
			F	3	P	80	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									1.495.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									1.495.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR									141.105
19 572	0467 2961	ATIVIDADES							141.105
19 572	0467 2961 0001	DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS							141.105
		DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	141.105
0469 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA									3.636.291
10 303	0469 2478	ATIVIDADES							3.636.291
10 303	0469 2478 0001	PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS PARA A ÁREA MÉDICA							3.636.291
		PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS PARA A ÁREA MÉDICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	2.239.419
			F	3	P	90	0	280	1.346.872
0504 SEGURANÇA NUCLEAR									1.200.000
18 542	0504 2466	ATIVIDADES							1.200.000
18 542	0504 2466 0001	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES E RADIOATIVAS							1.200.000
		LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES E RADIOATIVAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	1.200.000
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO									164.476
19 306	0791 2012	ATIVIDADES							164.476
19 306	0791 2012 0001	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							164.476
		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	164.476
TOTAL - FISCAL									5.141.872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.141.872

ORGÃO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0680 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS									17.268.000
		ATIVIDADES							
07 122	0680 4504	REMUNERACAO E ENCARGOS SOCIAIS DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E TECNICO CONTRATADO NO EXTERIOR							17.268.000
07 122	0680 4504 0001	REMUNERACAO E ENCARGOS SOCIAIS DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E TECNICO CONTRATADO NO EXTERIOR - NACIONAL							17.268.000
			F	3	P	90	0	100	5.268.000
			F	3	P	90	0	150	12.000.000
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									54.883.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
07 212	0681 0128	CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS							54.883.000
07 212	0681 0128 0001	CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS - NACIONAL							54.883.000
			F	3	P	80	0	100	54.883.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									15.575.000
		ATIVIDADES							
07 301	0791 2267	ASSISTENCIA MEDICA DO SERVICO EXTERIOR							15.575.000
07 301	0791 2267 0001	ASSISTENCIA MEDICA DO SERVICO EXTERIOR - NACIONAL							15.575.000
			S	3	P	90	0	100	15.575.000
TOTAL - FISCAL									72.151.000
TOTAL - SEGURIDADE									15.575.000
TOTAL - GERAL									87.726.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0461 EXPANSAO E CONSOLIDACAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO									60.000
		ATIVIDADES							
19 571	0461 4123	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO EM FISICA TEORICA E EXPERIMENTAL							60.000
19 571	0461 4123 0001	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO EM FISICA TEORICA E EXPERIMENTAL - NACIONAL							60.000
			F	3	P	90	0	150	60.000
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE									8.305.000

		PROJETOS							
19 572	0464 3488	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS							8.000.000
19 572	0464 3488 0001	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS - NACIONAL	F	4	P	90	0	100	8.000.000
		ATIVIDADES							
19 572	0464 4195	RECEPCAO DE IMAGENS E GERACAO DE PRODUTOS DE SATELITES							305.000
19 572	0464 4195 0001	RECEPCAO DE IMAGENS E GERACAO DE PRODUTOS DE SATELITES - NACIONAL	F	3	P	90	0	150	305.000
TOTAL - FISCAL									8.365.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.365.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									164.476
		ATIVIDADES							
19 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							164.476
19 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							164.476
			F	3	P	90	0	100	164.476
TOTAL - FISCAL									164.476
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									164.476

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR									75.726.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 846	0352 0299	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992)							75.726.000
20 846	0352 0299 0001	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL	F	5	F	90	0	100	75.726.000
TOTAL - FISCAL									75.726.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.726.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

.....
O Projeto de Lei nº 73, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o se-

guinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, no valor global de R\$ 68.123.121,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 68.123.121,00 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil, cento e vinte e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro, no valor de R\$ 5.857.688,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais), apurado no Balanço Patrimonial da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 31 de dezembro de 2001;

II – excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas e de convênios, no valor de R\$ 6.488.896,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais);

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 55.437.037,00 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trinta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

IV – ingresso de Operação de Crédito Externa, a ser contratada junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de R\$ 339.500,00 (trezentos e trinta e nove mil e quinhentos reais).

Art. 3º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da Operação de Crédito Externa de que

trata o art. 2º, inciso IV, desta Lei, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, inciso V, da Constituição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									1.604.560
		ATIVIDADES							
15 451	0310 2400	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL							1.604.560
15 451	0310 2400 0001	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL - NACIONAL MAPA TEMATICO ELABORADO (UNIDADE)12	F	3	P	90	0	281	1.604.560
			F	4	P	90	0	281	1.424.560
									180.000
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO MINERAL									372.840
		ATIVIDADES							
22 663	0391 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS							372.840
22 663	0391 2398 0001	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	281	372.840
									372.840
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA									2.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0462 2394	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA							2.000.000
25 752	0462 2394 0001	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	185	2.000.000
									2.000.000
0497 AGUAS DO BRASIL									2.264.920

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
8025 INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES									48.727.205
		OPERACOES ESPECIAIS							
24 722	8025 0505	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES							26.570.520
24 722	8025 0505 0001	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES - NACIONAL	F	5	P	90	0	166	26.570.520
		ATIVIDADES							
24 722	8025 4343	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD							22.156.685
24 722	8025 4343 0001	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD - NACIONAL							22.156.685
		PROJETO APOIADO (UNIDADE)2	F	3	P	50	0	166	22.156.685
TOTAL - FISCAL									48.727.205
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.727.205

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8025 INOVACAO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES									48.727.205
		OPERACOES ESPECIAIS							
24 722	8025 0505	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES							26.570.520
24 722	8025 0505 0001	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES - NACIONAL	F F	3 4	P P	90 90	0 0	166 166	5.314.838 21.255.682
		ATIVIDADES							
24 722	8025 4333	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES							22.156.685
24 722	8025 4333 0001	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES - NACIONAL							22.156.685
		PROJETO APOIADO (UNIDADE)19	F F	3 4	P P	90 90	0 0	166 166	11.078.343 11.078.342
TOTAL - FISCAL									48.727.205
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.727.205

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita cor-

rente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação. inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI. desta Lei.

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000										
FUNC.	PROGRAMA/FICA	PROGRAMA/ACAO	SUBTITULO	PRODUTO	E	N	R	M	I	P	V A L O R	
					S	D	P	O	U	T		
0750 APOIO ADMINISTRATIVO											5.200.000	
12	122	0750	2000	ATIVIDADES								
12	122	0750	2000	0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							1.500.000
					MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							1.500.000
12	122	0750	2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							1.500.000	
12	122	0750	2002	0001	F	3	P	90	0	650	100.000	
					MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							150.000
12	126	0750	2003	ACOES DE INFORMATICA							3.600.000	
12	126	0750	2003	0001	F	3	P	90	0	650	3.600.000	
					ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL							3.600.000
TOTAL - FISCAL											5.200.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											5.200.000	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

O Projeto de Lei nº 75, de 2002-CN, vem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rododiferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – MS, tendo

Parecer favorável, sob nº 811, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem deseje encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002
(Nº 2008/99, na Casa de Origem)

Da denominação a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios e Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – RS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os municípios de Rubinéia, no Estado de São Paulo, a Aparecida do Taboado, no Estado do Mato Grosso do Sul, fica denominada da seguinte forma:

I – a parte ferroviária: “Ponte Senador Vicente Vuolo”.

II – a parte rodoviária: “Ponte Deputado Roberto Rollemberg”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*, tendo

Parecer sob nº 425, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 523, DE 2002

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que “acrescenta um inciso XI ao artigo 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas”, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

Considerando que este Projeto de Lei recebeu um voto em separado do Senhor Senador Bello Parga, o qual não foi apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, requeiro seu reexame pela referida Comissão a fim de que S. Exª possa defender sua posição sobre o assunto.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2002. – **Geraldo Melo.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra para encaminhar.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mediante o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, o Senador Pedro Simon propõe que se tomem impenhoráveis máquinas e equipamentos agrícolas. Esse projeto incorpora à lista existente no Código Civil Brasileiro as máquinas e equipamentos agrícolas, tornando-os impenhoráveis. Na minha opinião, a iniciativa é de extrema relevância para os produtores rurais do País, especialmente os pequenos. Entretanto, recebeu uma emenda do Senador Bello Parga, que estabelece uma restrição, também compreensível: exclui dessa imunidade as máquinas e equipamentos que tenham sido objeto de financiamento, à semelhança do que ocorre com veículos financiados que mantêm reserva de domínio.

Trata-se de uma importante cautela, expressa na emenda do Senador Bello Parga, embora mereça discussão mais aprofundada. Por mais razoável que seja a preocupação do Sistema Financeiro com a preservação dos seus interesses, também é extremamente razoável que esta Casa se preocupe prioritariamente com os interesses dos produtores rurais, especialmente os pequenos.

Como não há parecer sobre a emenda do Senador Bello Parga, que requer a volta do projeto à CCJ, como Líder de Bancada, encaminho o voto favorável ao requerimento do qual sou autor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em votação o requerimento.

Não havendo mais quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 570, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002**

(Nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 102, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 764, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 102, DE 2002**

(Nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 91, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco*, tendo

Parecer favorável, sob nº 572, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2002**

(Nº 993/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Poder Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº

1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 516, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2002**

(Nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artística da Cidade de Lavínia executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lavínia, Estado de São Paulo .

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a associação Cultural, Social e Artística da Cidade e Lavínia a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na ata de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos

Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2002**

(Nº 1.169, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de junho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 652, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002**

(Nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Mercom Brasília Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 179, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 774, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: **Ad Hoc** Senador Moreira Mendes, favorável, com a Emenda nº 1-CE, de redação.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

É a seguinte a Emenda aprovada.

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 179, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza

É lido o seguinte:

PARECER Nº 979, DE 2002

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405, de 2001, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, consolidando a emenda de redação da Comissão de Educação.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Ronaldo Cunha Lima.**

ANEXO AO PARECER Nº 979, DE 2002

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº , DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 235, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 805, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002**

(Nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão a Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo*

Parecer favorável, sob nº 752, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002**

(Nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão a sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do *Requerimento nº 522, de 2002*, lido no expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria só constará da Ordem do Dia com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 980, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 463, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 463, de 2002, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, alínea a, e artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado Justiça, informações sobre o repasse de recursos do Denatran para a campanha Educação no Trânsito, mediante os seguintes questionamentos:

1. Quais os agentes federais, estaduais e municipais, se for o caso, autorizados a receber tais verbas e como se dá o processo de liberação das mesmas?

2. Qual o prazo para a prestação de contas?
3. Qual o montante total liberado para a campanha?
4. Como se dá, no âmbito federal, o controle do uso das verbas destinadas aos agentes?
5. Que empresa ou empresas o Denatran contratou para execução da campanha?

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 463, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson**, Relator – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 981, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 488, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 488, de 2002, de autoria do nobre Senador Bello Parga, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre diárias e passagens a Procuradores da República, mediante os seguintes questionamentos:

1. De julho de 2001 a 4 de abril de 2002, quantas diárias e passagens foram fornecidas aos Procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, roteiros e valores;
2. Qual a motivação funcional, dizendo dos fatos específicos que motivaram seus deslocamentos;
3. Quais as Ordens de Serviço que foram dadas e os respectivos documentos arquivados nas áreas judiciária e financeira da Procuradoria-Geral da República;
4. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, foram colocados nestes cinco últimos anos à disposi-

ção do Ministério da Saúde, quais as funções que exerceram e que trabalhos realizaram; e

5. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar estiveram no Estado do Maranhão, nos meses de julho e agosto do corrente ano, em que datas, quais os motivos dessas viagens e quais as Ordens de Serviço que as autorizaram.

Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição não apresenta uma justificativa.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 488, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Carlos Wilson** – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**

PARECER Nº 982, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 491, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 491, de 2002, de autoria do nobre Senador Valmir Amaral, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

1. Por que a ANEEL concedeu reajuste de 14,05% na tarifa de energia elétrica para o Distrito Federal, a pedido da CEB?
2. Que impacto tal medida ocasionará junto à população do distrito Federal, principalmente a de baixa renda?
3. Que possíveis aumentos estão previstos para o exercício de 2003?

A autor da proposição argumenta que nos últimos anos os índices de reajustes da tarifa de energia elétrica, praticados pela CEB situam-se, sistematicamente, em patamares próximos a 200% da variação do INPC,

o que representa penalidades despropositadas à população do Distrito Federal.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 491, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 983, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 495, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 495, de 2002 de autoria do nobre Senador Moreira Mendes, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado das Comunicações, as seguintes informações:

1. Relação dos contratos de publicidade ou patrocínio cultural assinados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Estúdio Elifas Andreato; e
2. Cópia dos contratos firmados.

Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição não apresenta uma justificativa.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 495, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson**, Relator – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa aprovou os Requerimentos nºs 463, 488, 491 e 495, de 2002, de autoria dos Srs. Senadores Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Valmir Amaral e Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, por permuta com o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebo informações sobre ameaças graves que pairam sobre a Varig, nossa maior empresa de transporte aéreo. Além de ser a nossa maior empresa de aviação, é também, Sr. Presidente, um símbolo da Nação brasileira que corre pelo mundo afora.

A Varig passou por uma situação extremamente difícil, da qual esta Casa tomou conhecimento. Fez um ajuste grave, profundo, doloroso, vendeu aeronaves de sua propriedade, demitiu comandantes e empregados, cancelou vôos. Ou seja: fez um ajuste para preparar-se e fazer frente aos seus compromissos e débitos, que realmente são vultosos. Entretanto, após esse ajuste, a empresa está em condições de honrar os compromissos.

Consta, porém, que o Comitê de Credores – e é de salientar que a maioria esmagadora dos credores são empresas estatais, como a Petrobras, Infraero, Banco do Brasil e o BNDES – está fazendo exigências rigorosas, que consideramos injustificadas, Sr. Presidente. O cumprimento dessas exigências levariam a uma nova onda de demissões muito maior do que a anterior, ao cancelamento de vôos internacionais, o que inseriria a empresa em uma situação extremamente difícil.

Portanto, é preciso que a Casa se informe a respeito do que se está passando efetivamente na negociação da Varig com o Comitê de Credores. Assim, Sr. Presidente, terça-feira vou apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos um requerimento de convocação de uma audiência pública, em caráter de urgência, para que a mencionada Comissão e o Senado Federal possam tomar efetivamente conhecimento do que se está passando efetivamente na negociação da Varig com o Comitê de Credores. Assim, Sr. Presidente, na terça-feira apresentarei à Comissão de Assuntos Econômicos esse requerimento. Precisamos saber o qual é a verdadeira situação.

ação financeiro-econômica da Varig e a negociação com o Comitê dos credores.

Peço, por conseguinte, Sr. Presidente, ao anunciar essa iniciativa, o apoio dos nobres colegas para a aprovação e a urgência da convocação desta audiência pública.

Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca a gentileza de haver permutado comigo, permitindo que eu fizesse o anúncio nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive um momento histórico de grande relevância. Os resultados das eleições do último domingo foram uma demonstração irrefutável de que a democracia brasileira chega ao seu momento de maior maturidade. O nível de aprimoramento e de fortalecimento democrático a que chegamos não coloca nenhuma dúvida sobre a nossa vocação de convivência em harmonia. As instituições mostram-se prontas para colocar o cidadão no plano superior das decisões nacionais, mesmo diante da imensa e complexa diversidade social, cultural-étnica em que se encontra o País.

A sociedade brasileira está mostrando ao mundo, depois de atravessar longos períodos de arbítrio e de autoritarismo, que tem fortes raízes fundadas na tolerância, na harmonia e na liberdade, compreendendo, mais do que nunca, a importância de se promover o processo de alternância no poder dentro das regras do jogo, sem traumas de infância, dissensos, paranóias conspiratórias ou ressentimentos de classe, como antigamente. O ódio, que gera a intolerância, não existe entre nós, brasileiros.

Inegável deixar de reconhecer a importância que representa para o País ter no mais alto cargo da Nação um cidadão de origem humilde, líder sindical de muitas lutas. Chegou a hora, diz o novo Presidente, de fazer um encontro de contas com a questão das desigualdades, superando a miséria e a fome, formalizando um grande acordo no qual possamos superar adversidades que remontam séculos de injustiças.

Não temos dúvidas de que o Presidente eleito simboliza, para seus simpatizantes, a materialização de que todos podem contribuir decisivamente para transformar positivamente a dura realidade nacional. Não se pode

furtar de compreender claramente as implicações da sua eleição; não se pode deixar de ver os sinais que foram expostos com a sua votação significativa; não se pode virar as costas ao recado das urnas.

Não podemos também deixar de ressaltar, nesta ocasião, que a disputa presidencial, principalmente no segundo turno, colocou frente a frente dois grandes homens, brasileiros que souberam, com a sua história pessoal, contribuir para que o Brasil tivesse avanços consistentes, quer no aspecto político, quer no aspecto social, quer no aspecto econômico.

Eu gostaria de aproveitar este momento, Sr. Presidente, para fazer uma homenagem sincera ao Senador José Serra, que soube, de maneira honrada, oferecer propostas consistentes de transformação real do Brasil, estabelecendo bases de um projeto que ainda merecerá, no futuro, o devido reconhecimento da sociedade brasileira.

Com o passar do tempo, à medida que se desdobram os movimentos sucessivos de revisão de conceitos e que for feita uma avaliação correta e desapaixonada dos avanços havidos nos últimos oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o povo brasileiro compreenderá claramente os fatos que hoje inebriam pelo seu ineditismo, mas que, no fundo, apenas significam a continuidade de um projeto nacional, cujas bases foram lançadas em 1994 com a implantação do Plano Real. Não há dúvida de que a estabilidade econômica e o fim da escalada inflacionária significaram ganhos sociais que hoje se expressam no avanço da democracia brasileira.

Nesse sentido, conforme enfatizou o editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, o que se espera a partir de agora do Presidente eleito, além do evidente respeito às leis e aos contratos, “é que conduza o País de forma gradual rumo a um modelo menos dependente da poupança externa, apto a gerar as condições macroeconômicas que permitam uma retomada do desenvolvimento. Não foi outro o tema que predominou ao longo da campanha e com o que todos os candidatos se comprometeram”.

Nesse aspecto, devo salientar que o processo de sucessão contou com a sabedoria de um Estadista, como é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pela primeira vez na nossa história, o Brasil promove uma transição planejada, tecnicamente perfeita, que abre para o novo Presidente da República, que assumirá em janeiro, a rara oportunidade de estruturar-se antes de assumir efetivamente o poder. Podemos arriscar e dizer que, nesse sentido, o futuro Presidente tem muita sorte política por estar assumindo sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mesmo assim, sabemos de antemão que os desafios que o novo Presidente da República terá pela frente são imensos. Temos consciência de que o estoque de esperanças depositado num profundo processo de mudanças poderá, em pouco tempo, significar, na mesma proporção, caso não sejam adotadas as medidas necessárias, um acúmulo perigoso de frustração e revolta. Não podemos permitir que isso aconteça. Esta Casa será a guardiã da governabilidade, desde que democrática e de interesse nacional.

O quadro internacional é perigoso. O terrorismo crescente, aliado a uma retração acentuada da atividade econômica nos Estados Unidos, Europa e Japão, tem vitimado países emergentes como o Brasil de maneira drástica e persistente. Nos últimos dias, o cenário desenhado por especialistas das mais diversas áreas insiste em indicar que 2003 será um ano difícil. Para alguns, será um momento crucial que definirá a primeira década do século XXI. Para outros, será uma fase de ajustes necessários para que todos os países redefinam seus papéis diante de uma nova ordem global, em que prevalece a incontornável e incômoda internacionalização do capital.

Acreditamos que o ano de 2003 poderá ser ambas as coisas. Será uma fase especial da história que testará a nossa capacidade e a nossa competência para superarmos as dificuldades, sem que cedamos a tentações populistas, sem que permitamos o desenrolar do voluntarismo, sem que possamos flertar com o oportunismo de uma oposição irresponsável, que só atrapalhe o País. Queremos construir algo novo, mas isso não significa que vamos permitir que se abandonem as conquistas e avanços obtidos até aqui.

Somos esperançosos de que o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, após tanta luta, esteja amadurecido para o exercício do poder. Certamente, ele terá a clareza da distância incomensurável entre as promessas de campanha e os resultados concretos dos atos de governo. Poderá concluir, como já o fizeram outros, que governar é uma atividade quase impossível. Mas deverá ter parcimônia e humildade para ouvir a oposição responsável que o nosso Partido, o PMDB, fará quando compreender que aquilo que ocasionalmente propõe em nome de interesses gerais não é o mais adequado para a sociedade brasileira.

O momento é de intensa expectativa. Não podemos atropelar os fatos e dar emergência a temas que há décadas aguardam soluções. Não podemos fazer desaguar as imensas demandas sociais em um só momento no escoadouro das questões de urgência urgentíssima, sem que haja avaliação conseqüente e amadurecida dos resultados de cada iniciativa.

Por outro lado, Mato Grosso do Sul, o meu Estado, continua administrado pelo PT em virtude da reeleição do Governador. Os últimos quatro anos foram de intenso relacionamento, tendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso distinguido o referido Estado com especialíssima atenção. Os investimentos foram substanciais, revelando o espírito de estadista, pouco importando as divergências partidárias.

Agora, com o novo Presidente, também do PT, presume-se que a atenção para a região será mais intensa e prestigiosa para a solução dos grandes problemas a serem administrados. Estamos no momento delicado da busca dos grandes investimentos para desenvolver o Estado, seja na área privada ou na pública.

Destacamos a nossa malha viária federal, cuja carência é enorme. O Ministério dos Transportes tem uma programação de obras que precisa não só ser preservada, mas também incrementada no próximo Governo.

O trecho Norte/Sul, de 380 Km, que liga Sonora a Campo Grande (BR-163), foi objeto de licitação recente, com serviços de restauração e manutenção – já contratados – de extremo interesse para o Estado. O trecho Leste/Oeste, de 250 Km, que vai da divisa com São Paulo até Nova Alvorada do Sul (BR-267), com licitação pronta, também constitui obra imprescindível para o nosso desenvolvimento, ligando áreas produtivas com o Estado de São Paulo.

O trecho licitado, de aproximadamente 250 Km, da BR-267, que liga Rio Brilhante, Maracaju e Jardim, é o coração da produção agrícola e pecuária do Estado. Trata-se de obra de restauração e adequação, sem a qual o Estado não promoverá o seu desenvolvimento. Outro trecho de importância e já com obras de restauração e adequação sendo executadas é o de Água Clara até Campo Grande, na BR-262, com cerca de 200 Km. É uma obra que não pode parar, sob pena de estagnação do progresso da região.

Os contornos rodoviários de Campo Grande e de Corumbá, como o ferroviário de Campo Grande – obras em execução – são fundamentais para aliviar a área urbana dessas cidades, ordenando definitivamente o transporte.

Finalmente, a grande expectativa é a restauração da BR-262, no trecho de 220 Km, entre Miranda e Corumbá. Trata-se da única estrada de penetração para o Pantanal, de extrema importância para o turismo da região. O Pantanal é uma dádiva de Deus. Suas belezas incomensuráveis – seja da fauna, da flora, das águas –, admiradas pelo mundo todo contrastam gravemente com a falta de uma estrada de qualidade para os visitantes.

Depositamos, nas mãos do novo Presidente, nossas esperanças de desenvolvimento, a começar pelas estradas. A Bancada de Senadores do Estado do Mato Grosso do Sul, agora enriquecida com o Senador do PT, certamente servirá – como sempre quis servir e serviu – de instrumento para alavancar o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Moreira Mendes, por permuta com o Senador Romero Jucá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nesta tarde, após esse período de eleições gerais no País, quando pude participar como candidato e observar a grande festa democrática e ter a certeza e a segurança de que o Brasil se constituiu hoje em uma grande e consolidada democracia, venho a esta tribuna para fazer conhecido de todos os Srs. e Sr^{as} Senadores de todo o Brasil que aquilo que se constituía em uma das maiores preocupações dos pecuaristas rondonienses agora se tornou uma das principais conquistas tanto para a pecuária brasileira como também e principalmente para os produtores do meu Estado. A febre aftosa está definitivamente erradicada do Estado de Rondônia.

Essa fantástica conquista não se deu por acaso, Sr. Presidente, mas foi o resultado de um imenso trabalho de equipe e da firme determinação, do pulso forte do Governador José de Abreu Bianco em tirar o Estado da vergonhosa condição de risco desconhecido para a condição de livre da febre aftosa, com vacinação, conforme se depreende da Portaria n.º 543, de 22 do corrente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinada por este grande parceiro da agricultura e da pecuária brasileira, Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Devo registrar, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que toda esta conquista de Rondônia se realizou em menos de quatro anos, exatamente três anos e onze meses de muito trabalho, de muita determinação do Governo, dos pecuaristas, das prefeituras, enfim, da sociedade de Rondônia como um todo.

Foram momentos de muitas dificuldades e, às vezes, até de descrença por parte dos pecuaristas, do setor produtivo, dado o descaso de ex-Governantes do Estado de Rondônia com a questão.

Mas valeu a pena e valeu o esforço de todos. E assim os obstáculos e as dificuldades foram paulatinamente, uma a uma, superadas, graças à notável parceria le-

vada a efeito entre o Governo do Estado de Rondônia, através do Idaron (Instituto de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia), a iniciativa privada, através do Fefa (Fundo Emergencial de Combate à Febre Aftosa do Estado de Rondônia), e o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além, evidentemente, dos produtores e da sociedade como um todo.

Vale a pena, portanto, Sr. Presidente, lembrar alguns fatos e conquistas dessa luta. Em janeiro de 1999, o Governador José Bianco acabava de tomar posse, e já com esse problema. E seu Governo foi exatamente o divisor de águas da pecuária do Estado de Rondônia, pecuária de qualidade conhecida no Brasil e no mundo. Foi quando teve início o combate efetivo da doença. De maio de 1999 a junho de 2000, foi efetuado o cadastramento agropecuário do Estado, que resultou em cerca de 84 mil e 194 propriedades e 5 milhões e 750 mil cabeças de gado, que era o que constituía o rebanho bovino do Estado àquela época, segundo dados do Idaron, criado com o objetivo de defesa sanitária, em junho de 1999, pela Lei Complementar n.º 215, votada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador Bianco.

Durante este processo, trabalharam no cadastramento dessas propriedades servidores da Emater, da Secretaria da Agricultura, da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental, ambas do Estado, do Incra, da Ceplac, do DFA de Rondônia, o Departamento Federal de Agricultura no Estado, as Prefeituras Municipais, os produtores rurais, sendo instituído o Fundo Emergencial de Erradicação da Febre Aftosa – FEFA, dirigido pelo nosso grande amigo e companheiro José Vidal.

Quero, neste momento, homenagear e parabenizar todas essas pessoas que direta ou indiretamente participaram desse cadastramento e dessa vigorosa luta no Estado de Rondônia de combate à febre aftosa, pela dedicação e pelo valoroso empenho na erradicação da doença.

Em março de 1999, a notícia ruim. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que haviam obtido a Declaração Nacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, motivaram Rondônia a continuar na luta, por ver que era possível. Porém, em agosto daquele ano, registrou-se, lamentavelmente, um foco da febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul, o que fez com que ele perdesse o **status** de zona livre sem vacinação, o que trouxe inquietude para o País. Rondônia, então, deu início ao treinamento e à capacitação dos servidores do Idaron.

Sr. Presidente, hoje o Idaron possui um quadro de 404 servidores concursados, distribuídos em 60 unidades locais, ou seja, nos 52 Municípios do Estado e mais 08 distritos. É bom registrar que, de janeiro de 1999 a

maio de 2002, houve investimentos de cerca de R\$35 milhões pela iniciativa privada por meio da vacinação. Cerca de R\$4 milhões por parte do Governo Federal, via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o DFA, em Rondônia. Cerca de R\$17 milhões do Governo Estadual por meio da Secretaria da Agricultura e do Idaron, e mais cerca de R\$2,5 milhões por via da iniciativa privada, os próprios pecuaristas contribuindo pelo Fefa, totalizando aproximadamente R\$77 milhões. Isso é o que custou ao Estado de Rondônia, aos seus produtores e ao Governo Federal para que fosse possível erradicar a febre aftosa no Estado.

Em 1999, o Estado de Rondônia era classificado como de risco desconhecido para a febre aftosa, sem serviço de defesa animal. Em 2000, com a vacinação, Rondônia passa à condição de área de risco médio para a febre aftosa. E, hoje, a Portaria n.º 543, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em seu art. 1º, “declara o Estado de Rondônia como livre da febre aftosa com a vacinação”.

E o próximo passo, Sr. Presidente, será levar essas informações à Organização Internacional de Epizootias, que se reunirá no Brasil no final do próximo mês de novembro, e, muito provavelmente, ela acolherá todas essas informações e, certamente, poderá declarar o Estado de Rondônia livre da febre aftosa, o que abrirá uma vasta possibilidade, no comércio internacional, para o nosso “boi verde”, o nosso “boi ecologicamente correto”, o nosso “boi de capim”, criado em nosso Estado e tão procurado no mundo inteiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que eu, como representante do Estado de Rondônia, informo que sua pecuária conta com cerca de oito milhões de cabeças de bovinos, dos quais, aproximadamente, seis milhões são de gado de corte e os outros dois milhões de gado de leite, com uma produção diária de cerca de um milhão e quinhentos mil litros de leite, contando também com 49 laticínios, todos “sifados”, com nove frigoríficos de alta tecnologia, também “sifados”, com um abate diário de cerca de três mil cabeças, e está definitivamente livre da febre aftosa. Rondônia tem um rebanho **per capita** que é a maior média brasileira, de cerca de 5,7 reses por habitante, quando a média do Brasil é de cerca de 0,97. O Estado tem, ainda, a facilidade e competitividade de exportação para toda a América Latina, principalmente pela proximidade com alguns países, como o Peru, a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia especialmente, e para a Europa, oferecendo carne de qualidade, aquela a que me referi do “boi natural”, do “boi verde”, do “boi de capim”, com um baixo custo de frete, aproveitando a hidrovias Madeira-Amazonas e ainda a internacionalização do nosso

aeroporto na capital, Porto Velho. O Estado possui, evidentemente, terra barata, clima favorável, com grande luminosidade, fertilidade do solo e chuva o ano todo, e isso favorece pastagens de boa qualidade.

Para encerrar minhas palavras, quero registrar, como um rondoniense orgulhoso, esse importante fato. Quero prestar uma homenagem a todos os que contribuíram para essa conquista.

Merece destaque o Governador José Bianco, por sua mão forte e determinada. Em momento algum S. Ex^a permitiu que o assunto fosse politizado no Estado, não admitindo interferência política na indicação e nomeações de cargos. O assunto foi tratado de forma absolutamente técnica.

Quero registrar, também, a importância do Idaron, a agência de defesa sanitária do Estado. Na pessoa de seu Presidente, Irineu Barbieri, quero homenagear todos os seus servidores, dos mais humildes aos técnicos, que contribuíram para isso.

De forma muito clara e efusiva, quero homenagear o grande companheiro José Vidal Hilgert, que é o Presidente do Fefa, um fundo privado que também colaborou muito com a solução da questão.

Evidentemente, preciso homenagear, também, o Dr. Luiz Carlos de Oliveira, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, além do próprio Ministro Pratini de Moraes, que foi um grande incentivador. Finalmente, não posso deixar de destacar aquele que foi o grande entusiasta da idéia e desde o começo levantou a bandeira em Rondônia. Falo de um servidor do Ministério da Agricultura: Fernando José Soares Pinto. Trata-se de um fiscal agropecuario federal lotado em Vilhena, no Estado de Rondônia, que, desde o início, teve uma participação muito intensa nessa conquista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta tarde. Em Rondônia, estamos todos orgulhosos e felizes por ver o Estado com todo o seu rebanho bovino vacinado, livre da febre aftosa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, Governador eleito pelo PMDB do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ocuparei por mais de dois ou três minutos esta tribuna. Quero apenas fazer algumas considerações sobre o meu Partido e a eleição presidencial.

O PMDB, mal orientado e mal conduzido, afundou num tremendo desastre eleitoral. Em qualquer país civilizado do mundo, a direção nacional do partido já teria mostrado o seu arrependimento e, automaticamente, re-

nunciado à condução da direção partidária. Mas parece que isso não acontece no Brasil. A nossa direção nacional, de uma forma arrogante, sem sequer pretender convocar o diretório nacional ou o conselho do Partido, já faz declarações no sentido da velha política do adesismo remunerado.

Vejo nos jornais, primeiro, a manifestação de que o Partido será de oposição ao Governo do PT ou, então, a manifestação do desejo da troca, da obtenção de Ministérios e as declarações de que tudo deve passar pela instituição formal partidária.

Eu, na verdade, não esperava a exclusão da direção do Partido – não vamos a essa violência –, mas sua renúncia. Briguei muito para que o PMDB tivesse uma posição independente, um candidato à Presidência da República, para que o PMDB apoiasse o sentimento de mudança da Nação brasileira em determinado momento, acompanhando o desejo do Brasil, que se manifestava de forma clara na candidatura do Lula, na candidatura do PT. Mas a insensível direção nacional manteve a postura arcaica do adesismo remunerado, da liberação das emendas para a eleição de alguns deputados. O desastre foi fantástico.

Eu, Presidente, como sou cristão, estou disposto a perdoá-los, mas a perdoá-los segundo o Código Canônico, porque até o perdão segue um rito especial para a nossa igreja. A Igreja Católica subsiste há dois milênios fundamentalmente por praticar o instituto do perdão. E o perdão vem acompanhado de um rito específico: primeiro, o arrependimento, pelos erros, pela má-condução, pelo adesismo remunerado; depois, a confissão, que tem que ser pública, o **mea culpa**, o “erramos”; em seguida, a penitência. Só depois se pode falar no perdão. Estranho a arrogância das nossas lideranças, que passaram por cima da base partidária e do desejo da Nação, fazendo uma composição rigorosamente absurda, que atendia apenas os desejos da fisiologia.

Ontem, dei uma entrevista ao jornalista Ilimar Franco, do **Jornal do Brasil**, e disse exatamente o que estou dizendo nesta tribuna. Tenho ficado quieto, estou cansado da campanha, mas, no corredor, instado, mostrei a posição que estou assumindo na tribuna agora. Duas horas depois, o Líder do nosso Partido no Senado, Senador Renan Calheiros, telefona-me: “Olha, li sua entrevista: não é bem assim”. Hoje, comprei o **Jornal do Brasil** para ver a minha declaração e o comentário do Senador Renan Calheiros, mas parece que fui objeto de censura. Não entendo como o Líder da minha Bancada leu uma entrevista que dei ao **Jornal do Brasil** e também não entendo como se publica a entrevista dele e a minha é suprimida. Parece, no entanto, que as nossas lideranças institucionais, se hoje não têm muito prestígio

com o povo brasileiro, têm grande prestígio com setores da imprensa, porque fui censurado.

Aqui, na tribuna, deixo clara minha indignação com esse fato, mas, fundamentalmente, digo que nosso Partido tem que entender que o que sobrou da eleição sobrou da aliança com o PT. O PMDB do Paraná, pela quarta vez consecutiva, apoiou o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

E eu ganhei a eleição dessa extrema direita que o Brizola organizou no Paraná e no Brasil de forma rigorosamente irracional, mas foi a aliança do PMDB com o PT que garantiu a vitória no Paraná.

Em Santa Catarina, ocorreu a mesma coisa: Luiz Henrique (*) é Governador de Santa Catarina pela obra, graça e apoio dado por Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT.

Portanto, teríamos dois Governadores eleitos pelo PMDB: o Roriz, aqui em Brasília e não me parece que ele seja um exemplo de Governador para o PMDB e para o País e o Jarbas Vasconcelos (*), com a sua aliança com o PFL, em Pernambuco.

Mas isso não justifica a arrogância da Direção Nacional, a pretensão de falar em nome do Partido! O Partido deve imediatamente convocar o Diretório Nacional e uma Convenção Nacional para resolver sobre os rumos. E, se não posso exigir a dignidade ética da Direção, que se traduziria pela renúncia, pelo menos posso fazer isto: daqui da tribuna do Senado, não numa entrevista ao **Jornal do Brasil** que provavelmente, mais uma vez, não seria publicada, tenho condições de exigir da Direção Nacional a convocação de uma Convenção Nacional do PMDB, para que os rumos do Partido sejam traçados pela base.

Errar é humano, persistir no erro é burrice. E essa Direção, que conduziu tão mal o Partido, tem de fazer uma autocrítica, uma reflexão. O meu apelo à unidade partidária exclui qualquer possibilidade de retaliação por parte daqueles que percebem hoje, com clareza, que estavam na posição certa há muito tempo; mas não podemos admitir mais a prepotência e a arrogância na condução de negociações que não passam decididamente pelos autores da derrota.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Senador Roberto Requião, antes de mais nada, quero cumprimentar V. Exª por ter sido eleito Governador do Paraná mais uma vez. Cumprimento-o pela experiência, pelo tra-

balho. Novamente, V. Ex^a chega a uma posição que lhe é consagrada pelo voto do povo paranaense. Quero dizer a V. Ex^a que não posso entrar numa análise interna da vida do PMDB porque não seria ético, uma vez que pertenço a outro partido. Mas o que V. Ex^a está dizendo aplica-se também ao meu Partido, o PPS. Esta é uma hora em que os partidos políticos precisam ter clareza do seu passado e do seu presente, para poder enxergar um pouco deste futuro que vem pela frente. O regime presidencialista que estruturamos no Brasil é o único, no planeta, que se sustenta em cima de um sistema multipartidário. O presidencialismo, no mundo inteiro, sustenta-se em uma essência bipartidária. Às vezes, há algumas variantes dois ou três partidos, mas a essência é bipartidária. Dois grandes partidos sustentam o regime presidencialista. De modo que o Congresso Nacional, quando se elege um presidente da República, normalmente tem uma maioria parlamentar favorável ao eleito. Não é o caso do Brasil. Somos a única nação que adotou o regime presidencialista multipartidário, como é o sistema eleitoral, o sistema proporcional, o sistema partidário italiano, como é multipartidário o sistema partidário belga, por exemplo. Só que, nesses dois países, tanto na Bélgica como na Itália, o regime de governo é parlamentarista. O único presidencialismo multipartidário é o do Brasil. Isso resulta em que o Presidente da República precisa construir uma base de apoio parlamentar mediante negociação. Isso valeu inclusive para os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, apesar de haver uma base de apoio ampla, majoritária, assistimos a cenas explícitas de troca de favores, de busca de interesses escusos por parte de alguns grupos parlamentares, que barganharam apoio ao Governo em determinadas situações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Apesar dos partidos. Foi o adesismo remunerado com benefícios individuais.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Com benefícios individuais, evidentemente!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E esse adesismo liquidou o PMDB no Brasil.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – E veja V. Ex^a: muitas vezes, líderes que negociaram esses apoios obtiveram vantagens para si, e não para o Partido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Com votações fantásticas!

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Vantagens para grupos de interesses, não para o seu partido, não para o País! Vantagens muitas vezes específicas e individuais, e algumas até não publicáveis. De modo que V. Ex^a está diante de um quadro a ser vivido pelo País, um quadro assustador! O Governo eleito tem uma base

de apoio de 91 Parlamentares na Câmara dos Deputados e 11 Senadores nesta Casa. O próximo Governo vai precisar também de montar a sua base de apoio quase que tópica e pontualmente, ou seja, matéria por matéria, questão por questão. Projeto por projeto terá que ser negociado com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados. Imagine V. Ex^a, Senador e Governador Roberto Requião, o que está prestes a acontecer, que bazar persa será instalado no Congresso Nacional! E não digo que essa disposição de barganhar exista no Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, porque, como será a primeira vez que exercerá um cargo executivo, não se pode acusá-lo de já ter feito isso antes. Essa acusação – reitero – não cabe ao Lula. No entanto, sabemos que algumas personagens do Congresso Nacional têm enorme experiência na arte de barganhar, na arte de comprar e vender, de trocar influências, interesses e vantagens em favor de si próprios. V. Ex^a flagra isso com muita precisão. Saliento que isso se aplica também ao meu Partido. Não pode haver esse adesismo em troca de vantagem, do benefício imediato, do favorecimento pessoal. Registro isso porque V. Ex^a está apontando na direção certa. É preciso que haja uma composição política. Composição política – repito –, e não de interesses pessoais, para beneficiar o País nas grandes decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador José Fogaça, a observação de V. Ex^a é de extrema precisão. O adesismo remunerado viabilizou a aquisição de votações fantásticas para alguns determinados candidatos. Isso ocorreu não somente no PMDB, mas no Congresso Nacional.

Agora, essa foi a razão do enterro eleitoral do PMDB. Daqui da tribuna, cobro uma posição ética dos dirigentes do nosso Partido. Eles devem colocar à disposição seus cargos institucionais essa estrutura institucional do Partido que eles levantam agora como bandeira, para serem interlocutores de uma negociação provavelmente na mesma linha antiga do adesismo remunerado. E uma Convenção Nacional do Partido haverá de confirmá-los ou não. Mas, o mínimo que se pode exigir da Direção Nacional do PMDB é a disposição dos cargos. Convoca-se uma Convenção, eles se submetem à crítica e à autocrítica, e o Partido dirá a eles se serão perdoados ou não, depois do público arrependimento, da confissão e da penitência. Antes disso, não há absolvição. E a arrogância é absolutamente injustificada.

Alardeiam por aí: “O PMDB será um partido de oposição.” Ao mesmo tempo, nos órgãos de imprensa, solicitam ministérios. Não, não mais! Não negociam o PMDB do Paraná, não negociam o PMDB de Santa Catarina.

Hoje, pela manhã, conversei com o Governador eleito Germano Rigotto, que, muitas vezes, não teve uma posição muito semelhante a minha em algumas questões partidárias, mas que tem um comportamento de uma correção indiscutível. Como não vou estar aqui na tal reunião de Governadores, que não é o órgão para decidir coisa alguma, deleguei ao Governador Germano Rigotto* a competência de falar em meu nome que não aceitamos mais conversa mole em reunião de três ou quatro Governadores.

O PMDB do Paraná quer convenção nacional para discutir os rumos e solicita, gentil e cordialmente, à direção nacional do Partido o comportamento ético e decente desejável de colocar à disposição da convenção os seus mandatos institucionais, depois dessa absurda, injustificável e fragorosa derrota que o Partido sofreu em virtude da péssima condução partidária.

Apesar do **JB**, utilizando esse milagre da televisão do Senado, manifesto a minha posição e deixo uma pergunta: como o Líder da minha Bancada, Senador Renan Calheiros, lê, antes provavelmente do editor-chefe do **JB**, uma entrevista que dei, reclama dela, dá uma outra entrevista e, no dia seguinte, não são publicadas a minha entrevista nem a dele? Que respondam os responsáveis pela editoria do **JB**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PSDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passadas a eleição e esta semana de início de **démarches** políticas, como Líder do Governo, registro a postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso durante todo o processo eleitoral, colocando-se como magistrado, apesar de ter uma preferência de voto pessoal, por conta, inclusive, da sua vinculação partidária.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu uma história diferente no Brasil, porque era normal, no País, governantes usarem a máquina pública para buscar a eleição própria ou de seus apoiados. Em alguns Estados do Brasil, isso ocorreu, mas, no Governo Federal, não. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma demonstração de maturidade e de responsabilidade do estadista que é, conduzindo essa eleição pelas normas mais modernas e mais consistentes de respeito, de responsabilidade, em caminhos que puderam levar ao desenlace dessa eleição.

Apurado o resultado das urnas, apurada a vontade do povo brasileiro, o Presidente Fernando Henrique, mais uma vez, agiu exemplarmente, montando no País uma transição nunca ocorrida, fazendo história e dando

condições, com seu exemplo, para que a democracia no País seja reforçada ainda mais.

Após essa transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a sociedade brasileira cobrará, no futuro, transições iguais ou melhores. Esse é um fato auspicioso, sobre o qual eu poderia ter falado, como Líder do Governo, anteriormente, mas esperei passar toda a semana.

Recebemos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Senado Federal, e, como Líder do Governo, fiz questão de cumprimentá-lo. Respeitaremos o resultado das urnas e, mais do que isso, na Liderança do Governo, continuaremos o procedimento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou: do respeito, da responsabilidade e de buscar colaborar para que o País seja melhor.

Na Liderança do Governo, iremos atuar para reforçar esse processo de transição e para dar condições ao Partido dos Trabalhadores, que, com o seu discurso, com as suas propostas e com a sua história, ganhou a eleição de forma limpa – temos de reconhecer isso –, de implementar, na prática, todas as mudanças que fizeram com que o povo brasileiro lhe desse a expressiva votação.

Essas ações começam ainda neste ano. Com relação à aprovação de todos os assuntos que forem importantes para o Partido dos Trabalhadores e para a Oposição, para que tenham os pré-requisitos para cumprir os seus compromissos, a partir de primeiro de janeiro, serei um aliado, passando pelo Orçamento. Discutiremos o Orçamento que o PT quiser.

Já houve aqui muitos embates. Tínhamos até defendido outras posições. Na questão do salário mínimo, por exemplo, quantas vezes discutimos que cada real de aumento representa R\$165 milhões de despesa para a Previdência Social! O discurso era diferente. E foi esse discurso diferente que ganhou. Aprovaremos, então, na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, o valor que o PT quiser para o salário mínimo.

No que tange ao reajuste salarial dos servidores públicos federais, apoiaremos e aprovaremos, no Orçamento Federal, o montante que desejar o PT. Espero até que seja uma grande alteração a fim de que o salário dos Senadores também possa ser reajustado, pois há muito tempo não temos aumento.

Trabalharemos sintonizadamente. No que diz respeito ao superávit primário, se a posição do futuro Governo for outra, nós a discutiremos. No tocante a investimentos sociais, também pretendemos o máximo e colaboraremos para que ele seja efetivamente implementado.

Estamos dando demonstrações desse pensamento. O Senador Sergio Machado abordou esse assunto, ontem, e consta hoje em manchete no **Jornal do Senado**, na página três: “Comissão dá prazo a Lula para mudar o Orçamento”. Essa é uma ação que partiu do Relator do Orçamento, do Governo e de sua Base, que tem maioria na Comissão. Mas respeitaremos os votos recebidos pelo Presidente eleito, Lula. Repito que faremos o Orçamento que o PT desejar. Para isso, foram concedidos mais 30 dias de prazo que o Partido dos Trabalhadores apresente qualquer sugestão ou emenda ao Orçamento.

Vamos mais além: é bom que o Orçamento seja aprovado até 31 de dezembro, mas necessariamente não é preciso cumprir esse prazo. No início de janeiro, já no Governo Lula, poderemos votar o Orçamento, se for uma questão colocada pelo PT.

Registro, então, que o PSDB tomou uma posição e que o Parlamentar do PSDB indicado para relatá-la é o Senador Geraldo Melo, Líder do Partido, no Senado. Aqui, retrato a postura do Governo, que é de colaboração, de respeito ao resultado das urnas e de contribuição para o País, na tentativa de trabalhar para que tudo o que foi exposto, que gerou esperança no coração dos brasileiros e que deixou a população ansiosa para receber possa efetivamente ser atendido no máximo das condições do nosso País.

Encerro minhas palavras, louvando novamente a ação e o exemplo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa postura norteará o nosso trabalho, no Senado Federal. Tomarei, no próximo ano, a postura assumida pelo PSDB, e o Senador Geraldo Melo será o explicitador dessa questão. Em 2003, certamente não serei Líder do Governo – com certeza –, mas estarei vigilante e atuante, trabalhando efetivamente para fazer com que a sociedade brasileira possa melhorar.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Muito brevemente, Senador Romero Jucá, acompanho o pronunciamento de V. Exª e faço minhas as palavras do Presidente eleito, Lula, de que estamos vivendo um processo de transição exemplar para o nosso País. Talvez esta seja a primeira vez em que ocorre um processo de transição com sintonia respeitosa, diria até fraterna, entre o Governo que sai e o que está chegando, creio, numa demonstração de amadurecimento das instituições democráticas em nosso País. Acompanho o raciocínio de V. Exª, quando diz que estará, como Partido de oposição, contribuindo para que o Partido dos Trabalhadores im-

plemente o programa com o qual ganhou as eleições. É correto o raciocínio de V. Exª, inclusive, da nossa parte, temos que aprender muito com o que aconteceu no passado. Lembro que quando o Presidente Fernando Henrique disputou o seu segundo mandato, o discurso que o levou à Presidência era muito focado na questão de que, nos primeiros quatro anos, foi alcançada a estabilização econômica e que os oito seguintes seriam necessários para os ajustes sociais. Sei que quando V. Exª nos cobra a implementação do programa que nos levou à vitória nas eleições, deve estar focando a experiência do prejuízo que é o não-cumprimento de compromissos de campanha. Por isso, recebo essa observação como uma crítica solidária pela experiência vivida pelo Partido de V. Exª, que, em função de “n” fatores, não pôde cumprir com o compromisso de campanha, quando do segundo mandato, de aprofundar as políticas sociais, principalmente quanto ao combate à exclusão social dos 50 milhões de pobres, pois hoje temos quatro milhões de trabalhadores sem terra e 15 milhões de jovens analfabetos. Recebo como uma contribuição fraterna e solidária, pela experiência da cobrança da sociedade. Eu, como historiadora, tenho que estar aberta para aprender como a história, que se repete como tragédia ou comédia, coisa que, é claro, nenhum de nós quer para o Brasil. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento que faz.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Agradeço à Senadora Marina Silva e registro, inicialmente, que, por enquanto, não estamos cobrando nada, até porque o Presidente Lula ainda não assumiu.

Teremos, aí sim, uma postura diferente da do PT ou de sua maioria com o Presidente Fernando Henrique. Não iremos agir da forma como o PT, ou parte do PT – V. Exª é uma exceção no processo – agiu neste plenário e no plenário da Câmara. Não faremos isso.

V. Exª lembrou bem: as urnas falaram. O resultado da eleição foi insofismável. O Governo Fernando Henrique fez muito, mas, na avaliação do povo brasileiro, não fez o necessário para continuar na mesma linha; foi colocada uma outra linha de mudança.

Teríamos duas posturas a adotar: ou ser oposição radical, atrapalhar, com a nossa maioria ou com a nossa eventual maioria, o andamento das precondições para que o Governo possa funcionar, como parte do PT fez – aliás, no passado –, ou a outra opção, que foi a opção decidida e tomada, primeiramente, pelo Presidente Fernando Henrique, durante o período eleitoral e, posteriormente, de implementar essa transição. Portanto, é um exemplo, repito, que será ou terá que ser seguido, no futuro, por qualquer Partido.

A sociedade brasileira, graças a Deus, tem amadurecido muito – a eleição foi um amadurecimento, deve-

mos reconhecer – e tem aprendido que este é o caminho da democracia. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso exerce um papel importante nesse processo, assim como exerceu o ex-Presidente José Sarney, anteriormente, ao implantá-lo.

O Brasil avançou muito, nos últimos 12, 15 anos. E vamos continuar avançando. Nossa postura será mais útil na oposição. Mas na oposição responsável, propositiva, colaborativa, a fim de que o Partido dos Trabalhadores e os Partido aliados possam ter um contraponto. Toda unanimidade é ruim. Então, é importante que haja segmentos da sociedade cobrando, repensando, mas ajudando. E estamos começando a ajudar, repito. Como Líder do Governo, no Congresso Nacional e na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual sou Membro, votarei em todas as propostas que o PT fizer – todas; se o reajuste salarial for de 72%, vamos aprovar; se o salário mínimo for de R\$400,00, como sugere o projeto do Deputado Paulo Paim, vamos aprovar; se for menos, vamos discutir e vamos aprovar também. Não criaremos nenhum óbice, nenhum problema.

Lembrando Carlos Drummond de Andrade, a quem homenageamos hoje pelo seu centenário de nascimento, não colocaremos nenhuma pedra no caminho para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha de chutá-la. Vamos, sim, ao contrário, colaborar, participar, discutir e, no momento certo, cobrar. Também não se pode começar um governo cobrando, até porque existe um tempo de maturação e de implementação. Mas podem ter certeza o PT e o Presidente Lula, a quem quero parabenizar, reconhecendo a sua vitória e desejando felicidades a S. Ex^a e a sua Equipe, que estaremos vigilantes, atuantes e colaborativos nos assuntos que forem importantes para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – A Presidência propõe a designação dos Senadores Jorge Bornhausen, Freitas Neto e Benício Sampaio para integrar a delegação brasileira, na qualidade de observadores parlamentares, na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Em votação a proposta. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra, pela Liderança do PT, a Senadora Marina Silva, do Acre.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr.

Presidente. Procurarei ser breve, mas é a primeira vez que tenho a oportunidade de me manifestar no plenário da Casa, depois das eleições.

Gostaria de iniciar, agradecendo a Deus pela vitória nessa caminhada, tanto no Estado do Acre quanto no plano nacional, também ao povo acreano e ao povo brasileiro pela compreensão que tiveram do momento histórico que estamos vivendo e das necessidades de aprofundar as mudanças no Acre e de realizar as mudanças no Brasil.

De sorte, Sr. Presidente, que eu gostaria aqui de fazer um breve registro, que para mim é motivo de orgulho e de satisfação: em 1994, quando fui eleita Senadora, obtive 63 mil votos e, desta vez, na minha reeleição, obtive 157 mil votos. Isso significa que o houve uma compreensão por parte da sociedade acreana de que os temas ligados ao desenvolvimento sustentável, às ações de combate à pobreza e à defesa dos direitos humanos passaram a ter eco na ação política de uma Parlamentar do Acre. Isso para mim é motivo de satisfação.

Também fico feliz de que as ações do Governo do Estado, do Governador Jorge Viana, tenham sido reconhecidas com a maior votação dada ao Governador, no 1º turno. Isso significa também que as ações do desenvolvimento sustentável, de uma ação de governo voltada para os que não são, não sabem, não podem, não têm, começa a ter um eco na sociedade acreana.

Quando faço minhas campanhas, costume não falar dos defeitos dos meus adversários, mas anunciar as minhas qualidades ou a dos meus aliados. Foi assim que fiz minha campanha, portanto, com todo respeito aos meus opositores. Acho que nenhum deles pode dizer que a Senadora Marina teve uma postura agressiva, em qualquer nível, em relação as suas candidaturas. Foi uma campanha de afirmação de um projeto de desenvolvimento que está primando pela realização do sonho sustentável do povo acreano nos aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos e, até mesmo, pela sustentabilidade política que começa a ser estabelecida no Acre, a qual, espero, também possa estabelecer-se no Brasil.

Registro, com satisfação, que pude ver o crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional. Haverá, agora, 10 senadoras, dentre as quais 5 são do meu partido, o que para mim, também, é motivo de orgulho. Significa que, no Partido dos Trabalhadores, a participação e a presença das mulheres não é apenas nominal e instrumental. Mas, de fato, nas estruturas de mando e comando do partido, as mulheres têm uma força muito grande. Isso se expressou na eleição de 5 senadoras numa bancada de 14 senadores.

Portanto, para mim, também, é motivo de orgulho e é uma sinalização de que o trabalho das mulheres no Congresso Nacional, não apenas do meu Partido e dos Partidos aliados, mas de todos os outros, tem se constituído numa referência positiva para que outras mulheres também possam ingressar na vida pública.

Gostaria também de agradecer a Deus e ao povo brasileiro pela vitória do Lula. O que está acontecendo neste País é algo que ainda nem conseguimos dimensionar. Uma coisa é certa: estamos tendo uma oportunidade ímpar pelo que ela evoca de complexidade, do ponto de vista das expectativas da sociedade para o novo Governo, mas expectativas que não estão, apenas, relacionadas a resultados. Creio que a visão patrimonialista do Estado – o Estado provedor, a figura messiânica do Presidente como sendo aquele que irá resolver todos os problemas da população – está sendo superada. Hoje, as pessoas querem ver um Estado que faz realizações com a sociedade, ao invés de fazê-las para a sociedade. Penso que foi esse o grande mérito da campanha de Lula ao sinalizar para a sociedade brasileira que ela pode buscar em suas entranhas o melhor que tem e colocar à disposição das instituições públicas, do setor produtivo, de todos os segmentos, pois agora teremos um manejador de competência. Para mim, o grande mérito de Lula é saber manejar competências. S. Ex^a teve essa capacidade à frente do maior sindicato da América Latina, na construção do maior Partido da América Latina e de uma frente que vem se formando há 13 anos e que agora é vitoriosa com a participação de vários segmentos, de vários partidos políticos. Isso é fundamental para o processo de governabilidade.

Vejo a manifestação, a mobilização das pessoas e constato que nos mais diferentes segmentos – do humilde funcionário ao intelectual que está formulando políticas públicas para o País – as pessoas estão se dispondo a dar o melhor de si, pois agora estão sendo instadas a oferecer o melhor.

O processo de transição está sendo, também, exemplar. S. Ex^a vai facilitar o novo momento que se estabelece, que, para mim, é criador de uma nova concepção de Estado. Falo de um Estado que se dispõe a manejar as várias competências, a estabelecer parcerias com a sociedade. É o que a sociedade brasileira espera do Governo Lula e é ao que me disponho. Falo sobre a questão com muita tranquilidade, Sr. Presidente, porque durante meus 8 anos de mandato no Senado tenho feito oposição ao Governo. Faço uma oposição propositiva, afirmativa. Agi assim desde os primeiros dias de meu mandato. Quando assumi, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou-me para uma reunião no Estado do Amazonas com várias entidades não-governamenta-

is. Creio ter sido a única parlamentar presente, uma parlamentar da Oposição. Sua Excelência lançou, naquela oportunidade, a proposta de criação do Banco do Povo. Fui a primeira a sair defendendo tal proposta. Infelizmente, ela não obteve sucesso por parte do Governo Federal. No entanto, alguns Governos e Prefeituras do PT a assumiram. Hoje, constitui-se um sucesso significativo a implementação do Banco do Povo no Estado do Rio Grande do Sul e de Belém. Estou citando esse exemplo para dizer que, graças a Deus, da parte de vários segmentos do Partido dos Trabalhadores temos tido uma ação afirmativa, propositiva.

Lembro-me da crise dos extrativistas, ocasião em que não havia preço para a borracha. A proposta de criação de um subsídio para a borracha foi apresentada por mim ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que a acolheu e encaminhou ao Congresso. A proposta foi aprovada. A criação do Programa Amazônia Solidária, que hoje está implementado, foi uma contribuição do meu mandato. A criação da primeira linha de crédito para os extrativistas também foi uma contribuição do meu mandato ao Governo federal.

É claro que para que haja colaboração é preciso aceitação. Nesse sentido, tanto o Senador Tião Viana quanto o Governador Jorge Viana e eu temos sempre registrado uma parceria entre o Acre e o Governo Federal em vários aspectos. Nem por isso, tive de fazer um discurso fácil; sempre defendi as minhas idéias nas votações e a minha visão crítica em relação à problemática social e ambiental do País. Também nunca me furtei de apresentar sugestões e propostas – muitas delas acolhidas –, que hoje, se Deus quiser, serão aprofundadas no futuro Governo Lula.

Faço este registro, porque a sinalização do Senador Jucá de que será uma oposição afirmativa, propositiva, de colaboração, mas autônoma, não é um mérito apenas do PSDB. Tive a oportunidade de vivenciar isso e sei que é o melhor caminho e a melhor forma de contribuição ao País.

O novo Governo Lula com certeza terá a oportunidade de fazer algo que para mim é fundamental na relação entre os representantes e os representados, já que somos eleitos para representar e não para substituir as pessoas.

O Congresso Nacional deverá estar bastante atento para o fato de que a sociedade brasileira almeja para o País o crescimento econômico, uma política da geração de emprego, uma política que possa fazer frente às desigualdades sociais. E é isso que o Congresso Nacional tem que decodificar dessas eleições, tanto nos Estados quanto na Federação. Então, como representantes que não substituem os representados, teremos que aqui votar em sintonia

com as exigências e as necessidades daqueles que representamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Os Srs. Senadores Mauro Miranda, Valmir Amaral, Romero Jucá e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, difícil é enaltecer, em justa medida, o papel do Ministério Público no aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia brasileira. Em sua função, “essencial à justiça”, de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, para nos atermos às definições do **caput** do art. 128 da Constituição Federal, a sociedade conta com um precioso, um imprescindível aliado.

Ressalte-se que não apenas as atribuições do Ministério Público vêm se ampliando, mas também os resultados efetivos das mesmas. O Ministério Público, tanto o da União quanto os dos Estados, tem aumentado a visibilidade de sua atuação nos últimos anos, ou, se quisermos, desde a promulgação da carta constitucional vigente.

Um aspecto a ser destacado, nessa atuação, é o que diz respeito à vigilância no gasto do dinheiro público e à fiscalização de outros atos dos detentores do poder. Os interesses da sociedade exigem que todos se atenham aos ditames legais – e isso vale muito significativamente para aqueles que foram investidos da responsabilidade de administrar o serviço e o patrimônio públicos, fazendo-os instrumentos do bem geral da população.

Cabe, portanto, ao Ministério Público, entre suas importantíssimas funções, a de fiscalizar o fiel cumprimento da lei pelos governantes. Essa não é, entretanto, tarefa fácil, pois é próprio dos que abusam do poder político dele se valerem para se resguardarem da devida punição.

Pelo ordenamento institucional do Ministério Público, toma-se ainda mais difícil essa tarefa, uma vez que a nomeação de seus dirigentes máximos é feita pelo chefe do respectivo Poder Executivo. Lembremo-nos de que, no caso do Ministério Público da União, o Procurador-Geral da República é indicado pelo Presidente da República e nomeado após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal. A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça, dirigentes dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, é feita pelos governadores, dentre os componentes de uma lista tripartite eleita pelos integrantes de carreira do órgão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é manifesto que a Constituição de 1988 assinalou um grande avanço no processo de escolha dos dirigentes do Ministério Público, exigindo que sejam integrantes das respectivas carreiras, bem como sua aprovação pelo Senado, no caso do Procurador-Geral da República, ou, ainda, a votação prévia de uma lista tripartite, no caso dos Ministérios Públicos dos Estados e do DF.

Permanece passível de questionamento, entretanto, que a autoridade que deve fiscalizar os atos dos dirigentes do Poder Executivo seja nomeada pelo chefe deste mesmo Poder, dele dependendo ademais sua recondução ao cargo e, no caso do Procurador-Geral da República, a iniciativa para a sua destituição. No caso específico da escolha do Procurador-Geral de Justiça, a vontade do Governador sequer é submetida à apreciação do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, há inúmeros aspectos em que a atuação do Ministério Público deve ser aperfeiçoada, como ocorre com quaisquer das instituições humanas. Se cabe a este órgão o importantíssimo papel de fiscal da lei, não é de modo algum contestável que a sociedade deva exigir-lhe o melhor desempenho.

Poderíamos citar, entre esses aspectos, o crescimento dos gastos orçamentários, incluindo aqueles relativos à construção de sedes suntuosas, gastos que nem sempre se refletem em aumento da eficiência do órgão. Em que pese a notória competência da maioria dos procuradores e promotores, há que se ter cuidado com a manutenção de um comportamento discreto e profissional, que não resvale para o estrelismo e para a promoção pessoal.

Nenhum desses problemas, no entanto, pode ser equiparado ao da subserviência e vinculação aos chefes do Poder Executivo, ainda mais patente no nível dos governos estaduais. Tal disposição afeta o Ministério Público em um requisito que lhe é essencial, que é o da sua independência.

Questionando o processo de escolha e de destituição do Procurador-Geral de Justiça, o jurista Hugo Nigri Mazzilli assevera que “a experiência tem demonstrado que não raro os procuradores-gerais se integram à administração pública, até buscando e querendo mesmo servir o chefe da administração, de quem recebem orientação política em sua atuação funcional”.

Esse é o comportamento repulsivo que nos cabe alijar, o qual é responsável pelo retardamento ou arquivamento improcedente de tantos processos que encerram graves suspeitas ou acusações.

Inadmissível é que o Ministério Público alcance apenas os infratores da Lei desprovidos de dinheiro e

poder, às vezes meros pés-de-chinelo, e deixe ilesos os poderosos de plantão, cujos crimes podem resultar em vultosas perdas ao patrimônio público. Ademais, a corrupção contribui para aumentar a miséria, que por sua vez estimulará o recurso à violência pelos cidadãos de pauperados e desesperados, demandando mais ações do Ministério Público e afetando a segurança de toda a sociedade.

Quero referir-me aqui a projeto de lei de minha autoria, que julgo possa contribuir para a diminuição da odiosa prática do engavetamento de processos para acoberter atos ilegais das autoridades. No Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2001, propomos que seja alterada a tipificação de prevaricação constante do art. 319 do Código Penal, de modo a suprimir a expressão “para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”, resumindo-se assim o *caput* do artigo em “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei”. Entendemos que ao retirar do elemento subjetivo da prevaricação o dolo específico, de difícil configuração, torna-se muito mais exequível “a comprovação da materialidade do delito e, por conseguinte, a responsabilização penal dos infratores”.

Embora medidas legais possam contribuir para o aperfeiçoamento do Ministério Público, é evidente que muito depende do seu amadurecimento como instituição, de uma mudança de postura do conjunto de seus membros e de seus dirigentes, de uma maior transparência de suas ações perante a sociedade, para que a almejada independência tome-se efetiva, inabalável, eficaz.

São os votos que faço, Sr. Presidente.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a expectativa de mudanças que o Brasil vive hoje nos cenários político e partidário, a possibilidade de serem implantadas novas políticas sociais e econômicas e o surgimento de novos quadros dirigentes não deveriam nos fazer esquecer nossos graves problemas na área da saúde pública nem, tampouco, deixar de homenagear o principal protagonista no campo da saúde: o médico.

Dezoito de outubro é o dia dedicado ao médico, o profissional por excelência da área da saúde, aquele que cuida do bem mais importante: a própria vida, em seus aspectos físico e mental.

Certamente, a atividade do médico não se confunde com um mero prestador de serviço, de uma atividade comercial ou técnica.

Trata-se de um profissional com características muito especiais, para poder acolher com desprendimento,

dedicação e dignidade seres humanos acometidos de doenças muitas vezes graves e incuráveis.

Enfrentar esses momentos difíceis com espírito fraterno, humano e profissional confere ao médico um elevado grau de reconhecimento social, que merece uma homenagem e uma comemoração especial na data que lhe é dedicada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saúde, a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados são direitos sociais assegurados pela Constituição Federal.

Infelizmente, ainda estamos muito distantes da concretização desses ideais estabelecidos na Constituição, pois não existem recursos suficientes para assegurar a todos os brasileiros aquilo que representa o mínimo para uma vida digna, principalmente em termos de alimentação, educação e saúde.

A atividade do médico, muitas vezes, é prejudicada por fatores externos à área específica de saúde, pois a falta de saneamento básico, de água potável, de condições de higiene, de oportunidade de trabalho, como também pelo nível de renda da população, impossibilitam uma ação mais efetiva da medicina e do trabalho do médico.

Temos um aviltamento salarial dos profissionais da área médica, com médicos obrigados a enfrentar mais de um emprego, com uma carga de trabalho excessiva, tendo que atender um número muito grande de pacientes, comprometendo a qualidade do atendimento, com o risco do chamado “*erro médico*”.

Para aqueles que estão pessimistas em decorrência dos baixos níveis de remuneração do médico, das dificuldades do exercício da profissão e dos cortes de verbas para a saúde, não podemos deixar de reconhecer as recompensas que existem na profissão médica, como trazer uma criança à vida, aliviar a dor de um paciente, salvar uma vida, curar uma doença.

Quero neste momento reiterar minhas homenagens a todos os médicos do Brasil, pela dedicação, trabalho abnegado e proficiência, para que todos os brasileiros tenham verdadeiramente direito à saúde, como determina a Constituição, pois esse direito só se concretiza com o trabalho do médico.

Deixo aqui meu profundo respeito por todos aqueles que cumprem fielmente o Juramento de Hipócrates, exercendo a medicina com ética, com respeito aos pacientes, com dignidade e com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs; Senadores, venho hoje a esta tri-

buna para elogiar o discurso de prestação de contas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante dos seus Ministros, em reunião realizada no Palácio do Planalto.

Em seu detalhado pronunciamento, praticamente de despedida, o Presidente da República fez um balanço aprofundado dos oito anos de mudanças, de desenvolvimento, de estabilidade, de democracia e de conquistas sociais que marcaram o Brasil durante os seus dois mandatos presidenciais.

Inegavelmente, nesses oito anos de modernização acelerada, o nosso País mudou radicalmente e tem hoje um encontro agendado com um futuro bem mais promissor. Saiu do isolamento geográfico, político e macroeconômico em que sempre esteve mergulhado durante séculos e acabou transformando-se na nona economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 600 bilhões de dólares, segundo a mais recente classificação divulgada há poucos dias pelos mais importantes organismos internacionais. Assim, com determinação, ousadia e competência, no período Fernando Henrique, o Brasil trocou o universo provinciano de suas fronteiras e aderiu ao mundo sofisticado da ciência, da técnica, da informação rápida, da era digital e da globalização, demonstrando eficiência, rapidez, organização, versatilidade, ganhos importantes de produtividade, capacidade de gestão, condições de competitividade e ação concreta nos fóruns mais importantes das decisões políticas e econômicas mundiais.

Por exemplo, na América do Sul, impulsionou e liderou todo o processo de organização do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), um importante tema de integração. Ao mesmo tempo, usando o seu peso econômico e o seu prestígio, conseguiu atrair para o mesmo projeto, Chile, Bolívia, Venezuela e Guianas.

Por outro lado, no que se refere à América Latina, tem sido exemplar na luta pelo fortalecimento da democracia e reconhecido pela maturidade e por não se deixar abater diante das graves crises econômicas que assustam constantemente as chamadas economias emergentes.

No plano continental, ou seja, no espaço geográfico representado pela América, ao lado dos Estados Unidos, o Brasil divide a liderança. Atua sem arrogância e sem qualquer desejo de dominação em sua área de influência. Comporta-se com muita responsabilidade e é reconhecido por todos os povos americanos como a segunda potência econômica e industrial mais importante.

No que diz respeito ao chamado mundo ocidental, mais uma vez, o Brasil aparece, após os Estados Unidos, como a segunda maior democracia. Por fim, vale ressaltar que, em nível mundial, o nosso País continua a ser um exemplo onde as liberdades políticas, religiosas e de opinião são respeitadas. Só a Índia e os Estados Uni-

dos gozam do privilégio de ocupar a primeira e a segunda posições nesse importante quesito mundial sobre a liberdade humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em seu marcante pronunciamento de prestação de contas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiado em dados oficiais, apresentou os progressos alcançados pela sociedade brasileira nesses oito anos em que esteve à frente do seu destino.

Segundo suas próprias palavras, logo que assumiu a Presidência da República, no início de 1995, poucos brasileiros acreditavam que seria possível organizar o Estado nacional, ganhar a confiança da Nação, inserir o País no mercado internacional globalizado, colocar ordem nas finanças públicas, controlar a inflação, estabelecer metas econômicas e sociais prioritárias, modernizar a vida social, enfim, garantir um processo duradouro de edificação da democracia, e ao mesmo tempo, de reformas fundamentais que precisavam ser feitas urgentemente em todo o sistema de organização institucional.

Pois bem, logo que assumiu o seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso depարou-se com o gigantesco desafio de colocar ordem no Brasil, até então, um País totalmente sem rumo e descreditado no mundo todo.

Na verdade, depois de vinte e um anos de ditadura militar, de quatro anos de transição referendada pelo chamado "Colégio Eleitoral", e de apenas três anos de regime plenamente democrático, mas completamente tumultuado pelos desmandos praticados no período Collor, no final dessa agitada conjuntura que durou quase oito anos, o Brasil estava politicamente esgotado, institucionalmente desorganizado, internacionalmente desmoralizado e totalmente à mercê de novos ventos de instabilidade.

Como podemos concluir, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o seu primeiro mandato em um período crucial da história do Brasil. Afinal, após tantos desencontros nacionais, o povo brasileiro esperava que ele anunciasse um novo rumo, apontasse um novo caminho, determinasse uma nova trajetória, garantisse a paz, a construção da democracia e a estabilidade.

E foi justamente isso que ele fez. Com o destemor que sempre o caracterizou durante toda a sua vida pública, não hesitou um minuto sequer e resolveu encarar o imenso sacrifício de comandar os destinos de um País onde tudo estava por ser feito. Todavia, ao contrário dos seus antecessores, sabia que não tinha o direito de errar.

Sem nenhuma dúvida, o significado desse papel histórico de grande dimensão que teve a coragem de avocar e o inegável resultado positivo que conquistou ao longo desses oito anos de trabalho incansável elevarão o Presidente Fernando Henrique, sem mais tardar, à condição de um grande governante. Assim, com reconhecimento, ele será consagrado por todos, mesmo pelos

mais ferrenhos adversários de hoje, como um dos maiores estadistas que este País já produziu. Além de tudo, as próximas gerações reconhecerão que ele foi, ao mesmo tempo, um intelectual respeitado, um político de visão, um mandatário tolerante, um militante corajoso, um homem dos novos tempos, um democrata por excelência, um humanista convicto e um grande exemplo de dedicação, de competência e de probidade no trato da coisa pública.

O discurso do Presidente perante os seus Ministros fecha com chave de ouro um período de grandes transformações e deixa pronta uma respeitável infra-estrutura que permitirá ao Brasil, em curto espaço de tempo, completar a sua tão sonhada trajetória em direção ao Primeiro Mundo. Aliás, esse sempre foi o desejo de todo o povo brasileiro e essa sempre foi a grande motivação do Presidente que daqui a pouco se despede das luzes do poder, tendo cumprido grande a missão de colocar o País no caminho certo do seu destino. Por isso, sairá do Palácio do Planalto com a consciência tranqüila e com a certeza de que cumpriu a grande missão de colocar o País no caminho certo para a conquista do seu glorioso futuro.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das realidades mais duras que atingem o meio rural é a falta de condições, por boa parte dos produtores, de enfrentar as graves distorções na correção de suas dívidas. E o mais grave é que os pequenos e médios agricultores das regiões mais pobres do País – como o Norte e o Nordeste – têm mais dificuldades que seus companheiros do Sul e do Sudeste, em assegurar a repactuação dos seus saldos devedores.

Sem isso, os produtores rurais ficam impedidos de estabelecer mecanismos para dinamizar a economia regional, o que agrava ainda mais o quadro social do interior.

Por tudo isso, se reveste de extrema importância a edição de medida provisória, publicada no “Diário Oficial da União” da última segunda-feira, que vai permitir a renegociação das dívidas rurais de todo o País estimadas, hoje, em 2 bilhões e seiscentos milhões de reais.

As novas regras definidas na MP vão beneficiar, diretamente, pelo menos 241 mil pequenos produtores e agricultores familiares, inscritos no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Uma longa e extenuante negociação vinha sendo conduzida pela bancada de senadores de Alagoas junto ao Gabinete Civil e ao corpo técnico dos ministérios desde agosto passado e, somente agora, pôde ser finalizada.

De acordo com as novas regras, os produtores do semi-árido do Nordeste – inclusive os de Alagoas – e os do norte de Minas Gerais vão ter mais prazo para rene-

gociar suas dívidas. O prazo anterior terminava em outubro, mas a MP o estendeu até 31 de março de 2003.

Além do novo prazo, o valor das dívidas a serem renegociadas foi ampliado. Antes, a renegociação contemplava apenas agricultores cujos empréstimos originais não ultrapassassem 15 mil reais. Agora, o teto de repactuação das operações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aos programas de financiamento dos fundos constitucionais vai para 35 mil reais.

Isto permitirá a inclusão de cerca de 180 mil contratos que estavam em atraso, de acordo com estimativas, beneficiando diretamente os trabalhadores rurais de pequeno porte.

Outra novidade estabelecida na medida é que os produtores serão dispensados de pagar os 10% exigidos da soma das prestações vencidas até maio de 2002 para ter direito à renegociação.

A MP determinou, também, que sejam suspensas todas as execuções judiciais dos bancos. E abriu o caminho para que voltem a ser liberados os empréstimos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, que estavam sendo retidos mesmo para os produtores rurais adimplentes, que já tinham apresentado propostas e garantias.

Ficou definido, ainda, que o prazo de carência dos empréstimos tomados entre 1994 a 1998 vai ser aumentado, com bônus gradativos. No caso dos empréstimos do Pronaf, os juros ficaram estabelecidos em um e meio por cento ao ano, com rebate de até 40% para os que se adiantarem na quitação das dívidas.

É, sem dúvida, um desfecho satisfatório para um problema grave, que precisava ser enfrentado e que estava angustiado milhares de pequenos produtores rurais de Alagoas, de outros estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais.

Mas, Sr. Presidente, gostaria, também, de registrar – mesmo que somente agora, diante da normal desaceleração dos trabalhos legislativos durante as eleições – um outro fato, de importância histórica, ocorrido no último dia 28 de agosto.

Nesta data – 23 anos após a Anistia Política e quase 14 anos depois da Constituição de 88! – o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em cerimônia no Palácio do Planalto, na presença de ministros, parlamentares e inúmeros anistiados, uma Medida Provisória que regulamentou os benefícios e a concessão de indenizações para pessoas atingidas por atos de exceção de 1946 até 1988.

A MP foi elaborada com base em relatório que elaborei aqui no Congresso, ampliando os benefícios às pessoas, e que foi aprovado por aclamação na Comissão Mista Especial. Devo registrar que o próprio Presidente Fernando Henrique fez questão de agradecer, durante a solenidade, o trabalho do Congresso Nacional na elaboração do texto que baseou a MP.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, há cerca de 3 anos, tive a iniciativa de propor a formação de uma comissão ministerial que estudaria os casos de reparação junto a milhares de anistiados.

Para se ter uma idéia, os movimentos ligados aos anistiados calculam que cerca de 20 mil processos estavam parados, aguardando a regulamentação dos benefícios.

Por tudo isso, devo registrar, com justiça, o gesto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que permitiu a reparação das injustiças passadas ao assinar a medida

provisória. A anistia pertence ao povo brasileiro, à sociedade organizada, ao ideário republicano e à nossa vocação democrática.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, dia 5 de novembro, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I – PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQUENTES

(Art. 170, § 2º, III, do Regimento Interno)

Dia 05.11.2002, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Oradores inscritos:	1. Senador (<i>continuam abertas as inscrições</i>)	
Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95, na Casa de origem)	Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99). Pareceres nºs: - 826/2002-CCJ, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; - 827/2002-CAE, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e - 828/2002-CE, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com apresentação da Subemenda; e pela rejeição do PLS nº 59/99, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
2 Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999 Senador Edison Lobão	Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o PLC nº 11/98). Pareceres nºs: - 826/2002-CCJ, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável ao PLC nº 11/98, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que oferece (Substitutivo); - 827/2002-CAE, Relator: Senador Freitas Neto, favorável ao PLC nº 11/98, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e - 828/2002-CE, Relator: Senador Casildo Maldaner, contrário à matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com apresentação da Subemenda nº 1-CE, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2002 (nº 1.523/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 569/2002-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2002 (nº 997/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás. Parecer nº 767/2002-CE, Relator: Senador Maguito Vilela, favorável.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2002 (nº 1.028/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo. Parecer nº 573/2002-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.	Discussão, em turno único.
6 Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2002 (nº 1.101/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 574/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2002 (nº 1.113/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 575/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.
8 Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2002 (nº 1.138/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio a Mariluz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná. Parecer nº 769/2002-CE, Relator: Senador Áivaró Dias, favorável.	Discussão, em turno único.
9 Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2002 (nº 1.149/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 576/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.)

(OS 19460/02)

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002
(Publicada no Diário do Senado Federal de 26 de outubro de 2002)

R E T I F I C A Ç Ã O

Às páginas nºs 18556, 2ª coluna, e 18557, no calendário estabelecido para tramitação da Medida Provisória nº 74, adotada em 23 de outubro de 2002 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo,

Onde se lê:

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **24-10-2002**
- Designação da Comissão: **25-10-2002**
- Instalação da Comissão: **28-10-2002**
- Emendas: **até 30-10-2002** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **24-10-2002 a 6-11-2002**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **6-11-2002**
- Prazo na CD: **de 7-11-2002 a 20-11-2002**(15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **20-11-2002**
- Prazo no SF: **de 21-11-2002 a 4-12-2002** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **4-12-2002**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **5-12 a 7-12-2002** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **8-12-2002** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **21-2-2003** (60 dias)

Leia-se:

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **24-10-2002**
- Designação da Comissão: **25-10-2002**
- Instalação da Comissão: **28-10-2002**
- Emendas: **até 30-10-2002** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **24-10-2002 a 6-11-2002**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **6-11-2002**
- Prazo na CD: **de 7-11-2002 a 20-11-2002**(15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **20-11-2002**
- Prazo no SF: **de 21-11-2002 a 4-12-2002** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **4-12-2002**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **5-12 a 7-12-2002** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **8-12-2002** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **22-2-2003** (60 dias)

ATA DA 117ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2002
(Publicada no Diário do Senado Federal de 30 de outubro de 2002)

R E T I F I C A Ç Õ E S

No sumário da Ata, à página 18661, 1ª coluna, na numeração do Projeto de Resolução, constante no item 1.2.1

Onde se lê:

Projeto de Resolução nº 67, de 2002, ...

Leia-se:

Projeto de Resolução nº 66, de 2002, ...

Na página 18665, 1ª coluna, na numeração do Projeto de Resolução,

Onde se lê:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

Leia-se:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66, DE 2002

.....

**Ata da 15ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 30 de outubro de 2002**

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dois, às dezessete horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Presidente; Edison Lobão, 1º Vice-Presidente; Carlos Wilson, 1º Secretário; Antero Paes de Barros, 2º Secretário; e Ronaldo Cunha Lima, 3º Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, anunciando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimentos nºs **463** e **488**, de 2002, de autoria dos Senadores **Antonio Carlos Júnior** e **Bello Parga**, respectivamente, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; **491**, de 2002, de autoria do Senador **Valmir Amaral**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; e **495**, de 2002, de autoria do Senador **Moreira Mendes**, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. O Senhor Presidente comunica que distribuiu anteriormente os requerimentos ao Senador Carlos Wilson para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Carlos Wilson apresenta os seus relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 2:** Requerimentos nºs **507**, de 2002, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; **508**, de 2002, de autoria do Senador **Roberto Saturnino**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; **514**, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; e **520**, de 2002, de autoria do Senador **Valmir Amaral**, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. O Senhor Presidente distribui os requerimentos aos Senadores Edison Lobão (nº 507/2002), Carlos Wilson (nºs 508 e 520/2002) e Antero Paes de Barros (nº 514/2002) para relatar, nos termos do § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, às dezessete horas e vinte minutos, ao tempo em que determina que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezessete horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 30 de outubro de 2002.


Senador Ramez Tebet
Presidente

ATOS DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE****Nº 072 DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE dispensar o servidor **EYMARD DE ALMEIDA MOUSINHO**, matrícula nº 1068, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 1º de novembro de 2002.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002



Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 073 DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE designar a servidora **CLÁUDIA APARECIDA LESSA DA CUNHA CANTO**, matrícula nº 3690, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a função comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 1º de novembro de 2002.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002



Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal

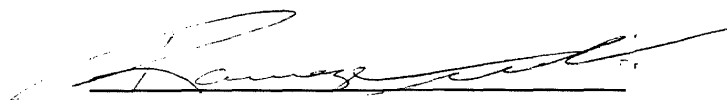
ATO DO PRESIDENTE

Nº 074 DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE dispensar o servidor **CLÁUDIO AUGUSTO VIZIOLI**, matrícula nº 5061, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo (Área de Taquigrafia), da Função Comissionada de Assessor Técnico, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 1º de novembro de 2002.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002



Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE

Nº 075 DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE designar o servidor **EYMARD DE ALMEIDA MOUSINHO**, matrícula nº 1068, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a função comissionada de Assessor Técnico, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 1º de novembro de 2002.

Senado Federal, 31 de outubro de 2002



Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 130 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º - Dispensar da Comissão do Tour dos Finais de Semana, instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 679, de 2002, o servidor Edivaldo Dias da Silva, matrícula 4933.

Art. 2º - Designar para integrar a Comissão, na qualidade de membro, o servidor José Messias Feitosa dos Santos, matrícula 1444.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2002.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.



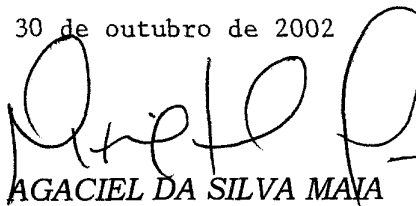
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1174 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012659/98-3 (anexos 014355/97-3 e 001028/01-4),

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a EDINÉRIA DEL FIUME MANSUR, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ ANTÔNIO MANSUR, matrícula 03967, a partir da data do óbito, 10/06/1989.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 1175 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012088/02-1,

RESOLVE dispensar o servidor SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula 4462, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, a partir de 21 de outubro de 2002, e lotá-lo na Diretoria-Geral a partir da mesma data.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

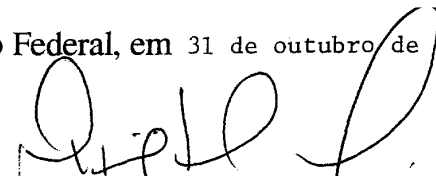
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1176 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.397/02-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO OTTO VON SPERLING** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Eduardo Dutra.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

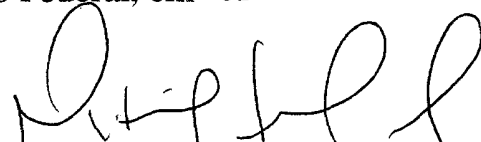
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1177 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.396/02-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SEBASTIÃO RIOS CORRÊA JÚNIOR**, matrícula n.º 32.622, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Eduardo Dutra.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

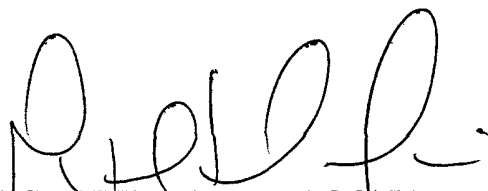
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1178 , de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IX do art. 1.º do Ato da Comissão Diretora n.º 12, de 1995,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1092, de 2002, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2620, de 02 de outubro de 2002, que reverteu **ZÉLIA DE SOUZA FROTA**, para o serviço ativo, em virtude de não ter entrado em exercício no prazo previsto no art. 6.º do Ato da Comissão Diretora n.º 3, de 2002.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)
PFL	- Antonio Carlos Júnior	PMDB	- Alberto Silva
PFL	- Waldeck Ornelas	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Paulo Souto	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
RIO DE JANEIRO		PFL	- José Agripino
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PTB	- Tasso Rosado
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	SANTA CATARINA	
BLOCO	- Roberto Saturnino (PT)	PMDB	- Casildo Maldaner
MARANHÃO		PFL	- Geraldo Althoff
PFL	- Bello Parga	PFL	- Jorge Bornhausen
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	- João Alberto Souza	PMDB	- Renan Calheiros
PARÁ		BLOCO	- Teotônio Vilela Filho (PSDB)
PSB	- Ademir Andrade	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro	SERGIPE	
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PERNAMBUCO		BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	AMAZONAS	
PFL	- José Jorge	PFL	- Bernardo Cabral
SÃO PAULO		PDT	- Jefferson Péres
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- Romeu Tuma	PARANÁ	
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Osmar Dias
MINAS GERAIS		PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Francelino Pereira	PDT	- Álvaro Dias
PTB	- Arlindo Porto	ACRE	
PL	- José Alencar	BLOCO	- Marina Silva (PT)
GOIÁS		PMDB	- Nabor Júnior
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Tião Viana (PT)
PMDB	- Iris Rezende	MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Maguito Vilela	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
MATO GROSSO		PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Carlos Bezerra	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PFL	- Lindberg Cury
RIO GRANDE DO SUL		PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	TOCANTINS	
PMDB	- Pedro Simon	PTB	- Carlos Patrocínio
CEARÁ		PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Sérgio Machado	AMAPÁ	
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- Glívam Borges
PARAÍBA		PDT	- Sebastião Rocha
PTB	- Wellington Roberto	PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	RONDÔNIA	
PMDB	- Ney Suassuna	BLOCO	- Chico Sartori (PSDB)
ESPÍRITO SANTO		PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Luiz Pastore	PMDB	- Amir Lando
BLOCO	- Ricardo Santos (PSDB)	RORAIMA	
PSB	- Paulo Hartung	PMDB	- Marluce Pinto
PIAUÍ		BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TTULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (Inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (Inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (Inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (Inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (Inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (Inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hemandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.08.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291	2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁵		
Belo Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2212	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)					
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁷	PI	3085	3. (vago) ¹⁰		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹					
Heloísa Helena (PT)	AL	3107	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pérez (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051					

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES ¹

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Pères	AM	2081

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2301/2307	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 30/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001			

REUNIÕES:

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2001/2007
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

**JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062**

PFL

**MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217**

BLOCO PSDB/PPB

**LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

**HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337**

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074
PFL	
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	AC – 3038/3493
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:**

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
2141/47			
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
3173/75			
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ						
Presidente: BERNARDO CABRAL						
Vice-Presidente: OSMAR DIAS						
(23 titulares e 23 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062	
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146	
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95	
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074	
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297	
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346	
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago			
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123	
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237	
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667	
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245	
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	
BLOCO PSDB/PPB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352	
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432	
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086	
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024	
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187	
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607	
PDT						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247	
Osmar Dias	PR	2121/2125				
PSB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231	

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 31/10/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: RICARDO SANTOS					
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
-----------------------	------------	------	--

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampalo	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
Atualizada em :31/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francellno Perelra	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Pêres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 31/10/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,

pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercossul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

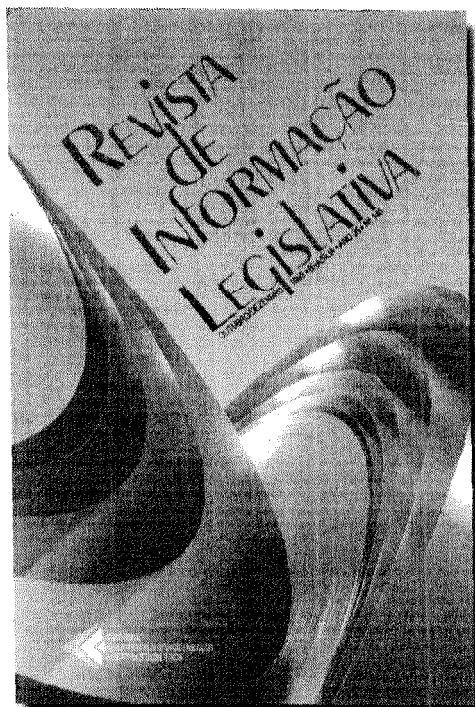
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 224 PÁGINAS